

4º CONFUP

Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros

TIRE O EMPREGO DO FHC

ANTES QUE ELE TIRE O SEU

Dias 7, 8 e 9 de agosto de 1998

Santos -SP

COMISSÃO ORGANIZADORA

Averaldo M. Almeida (FUP)

Aldemir de C. Caetano (FUP)

Luiz Alberto A. e Silva (SINDIPETRO SANTOS)

Maurício França Rubem (FUP)

Silvio Marques (FUP)

AGRADECIMENTO

Agradecemos a Diretoria e aos funcionários do Sindipetro Cubatão, Santos e São Sebastião que não mediram esforços para que o nosso Congresso transcorresse da melhor forma.

FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS

DIRETORIA EXECUTIVA

Titulares

Maurício França Rubem
Roberto Odilon Horta
José Samuel Magalhães
João Antônio de Moraes
Dary Beck Filho
Paulo Cesar C. Martins
Luíza Maria Gomes Botelho
Ademir de Carvalho Caetano
Clarkson M. A. Nascimento
Charles da Vitória Reis
José Celso de Araújo
Agnelson Camilo da Silva
William de Queiroz Corbo

Suplentes

Antonio Carlos Spis
Hélio Luiz Seidel
Wanderley Antunes Bezerra
Antonio Tarciso A. de Moraes
João Carlos Borges Nóbrega
Alexandre Jatczak Almeida
Armando Marques Tripoli
José Devanilton P. da Silva
Francisco Isnard Barrocas
Paulo Roberto G. Marinho
Antonio Ribeiro Duarte
Jorge Eduardo C. do Nascimento
Zenilde Santana Santos

CONSELHO FISCAL

Titulares

Averaldo Menezes Almeida
Eduardo Viana Menezes
Roberto de Santana Gutierrez

Suplentes

André Luiz Martins Barreto
Pedro Ronaldo G. de Melo
José Alcivan de Azevedo

4° CONFUP

ÍNDICE

1. Apresentação _____	04
2. Abertura do 4° CONFUP _____	05
3. Regimento Interno _____	06
4. Análises de Conjuntura Internacional e Nacional _____	11
Tese 1 - Sindipetro/AM _____	11
Tese 2 - Sindipetros SE/AL e PA _____	17
Tese 3 - Sindipetros Campinas, Cubatão, Mauá, S. José dos Campos, PR e SP _____	31
Tese 4 - Stiep/ES _____	43
Tese 5 - Sindipetro/RN _____	50
5. Resoluções Finais _____	71
6. Pauta de Reivindicações _____	74
7. Deliberações dos Encontros: Jurídico; Saúde, Tecnologia e Meio Ambiente _____	96
8. Documentos Complementares _____	101

4º CONFUP

APRESENTAÇÃO

O 4º CONFUP foi realizado nos dias 7, 8 e 9 de agosto na cidade de Santos, no Estado de São Paulo, e contou com a participação de 368 delegados representando todos os Sindicatos filiados à Federação Única dos Petroleiros, FUP.

O nosso congresso prestou uma homenagem aos 15 anos da CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT - pela sua história de lutas junto à classe trabalhadora e aos povos oprimidos em geral.

O 4º CONFUP teve como objetivos gerais, realizar um balanço da conjuntura atual e promover uma discussão para nos capacitar ao enfrentamento da campanha reivindicatória, prevista para o mês de setembro.

Além da CONJUNTURA NACIONAL e INTERNACIONAL, resolvemos também incluir neste caderno todas as teses sobre SINDICALISMO e AÇÃO SINDICAL, embora nestes tenha sido objeto de votação os seus pontos polêmicos.

Neste congresso também tivemos a eleição da nova Direção da Federação Única dos Petroleiros, onde se inscreveram para o pleito duas chapas: CHAPA 1, encabeçada por MAURICIO FRANÇA RUBEM, que obteve 234 votos, e a CHAPA 2, por CLARKSON NASCIMENTO que conseguiu 125 votos, havendo ainda 4 abstenções e 5 delegados que não votaram.

Respeitando a proporcionalidade estatutária, no total de 13 diretores, a CHAPA 1 ficou com 8 vagas e a CHAPA 2 com 5.

Neste caderno, estão retratadas as discussões e decisões finais do 4º CONFUP. Aproveitamos para agradecer a todos pelo respeito com que trataram as diferenças e também pelo exercício da plena democracia que norteou este congresso.

Saudações sindicais,

Coordenação do 4º CONFUP.
Santos, 14 de Agosto de 1998

ABERTURA DO CONGRESSO

A abertura do 4º CONFUP aconteceu na noite do dia 7 de agosto de 1998 e contou com a presença de companheiros representando trabalhadores da Construção Civil, Bancários, Metalúrgicos, Portuários, Trabalhadores na Alimentação, Ambientalistas, representantes de partidos políticos do campo democrático popular, da Central Única dos Trabalhadores - CUT e de entidades internacionais de trabalhadores.

A mesa de abertura foi composta pelos(as) companheiros(as) Antônio Carlos Spis, Coordenador da FUP; Luiz Alberto Amado e Silva, Presidente do Sindipetro de Santos, Cubatão e São Sebastião; Carolyn Kazdin, representante da AFL-CIO; José Dirceu, Presidente Nacional do PT; Edilson de Paula Oliveira, Coordenador da CNQ; João Felício, Secretário Geral da CUT; Victor Thorpe, Secretário Geral da ICEM; Valério Arcary, representando o PSTU; Sueli Torres, representando o PC do B e José Lopes Feijóo, Presidente da CUT-São Paulo.

Também estiveram presentes ao nosso congresso diversos parlamentares, como: os deputados federais pelo PT Luiz Eduardo Greenhalgh, Jair Meneguelli, TeIma de Souza e Luciano Zica, que também é petroleiro; a deputada estadual pelo PT, Mariângela Duarte; vereadores(as) pelo PT de Santos Fausto Figueira e Cassandra Morrone; e pelo PT de São Vicente, Brito Coelho. Prestigiaram o evento também vários dirigentes da CUT Nacional e Estadual e de Sindicatos da região.

Todos os companheiros(as) enfatizaram que o movimento sindical petroleiro constitui-se numa referência de luta para todos os brasileiros, numa conjuntura tão hostil aos trabalhadores, ao enfrentar um governo que joga na lata do lixo a CLT, entrega nossas Estatais, como Telebras, Vale do Rio Doce etc, destrói a Petrobrás por dentro, entre outras atrocidades. Os integrantes da Mesa também ressaltaram a importância de elegermos um Governo que tenha compromisso com a classe trabalhadora, com os marginalizados. Após as falas dos membros da mesa, o Coordenador da FUP deu como aberto o 4º CONFUP e chamou a companheira petroleira da base do Sindipetro local, Lúcia Pereira Machado, para entregar aos dirigentes Nacionais da CUT uma placa comemorativa pelos 15 anos da Central e, em seguida, o companheiro Tarcísio, da Bahia, fez uma homenagem a Chico Mendes, com um cordel de sua autoria.

4º CONFUP

Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros

**TIRE O EMPREGO DO FHC
ANTES QUE ELE TIRE O SEU
Dias 7, 8 e 9 de agosto de 1998**

Santos -SP

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO 1

Da Convocação e Realização

Artigo 1º - A Federação Única dos Petroleiros convoca o 4º CONGRESSO NACIONAL DA FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS - 4º CONFUP, a ser realizado na cidade de Santos no dias 07, 08 e 09 de agosto de 1998.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos

Artigo 2º - O 4º CONFUP terá como objetivo:

- a) discussão e deliberação das teses e propostas ao temário referido no artigo 3º;
- b) interação entre os delegados no campo político, ideológico e cultural, pautando-se o relacionamento na fraternidade e na ética da classe trabalhadora;
- c) a solidariedade ao movimento operário nacional e internacional.

CAPÍTULO III

Do Temário

Artigo 3º - O 4º CONFUP, para cumprir os seus objetivos, discutirá e deliberará sobre o seguinte temário:

Análise de Conjuntura Nacional e Internacional

As posições políticas sobre este tema serão apresentadas pelas forças políticas, no sábado de manhã com a participação de todos os delegados.

Não haverá votação e cada visão política apresentará uma síntese para as resoluções do 4º CONFUP.

Discussão e proposta sobre Organização e Ação Sindical

Nesse tema se fará um balanço da Campanha Reivindicatória 97/98, discutir-se-á formas de organização sindical que contraponha a tentativa de desmonte dos Sindicatos de Petroleiros, além de definir Metas e Ações Sindicais.

Políticas Específicas: Aposentados e PETROS, Terceirização e Regulamentação do Setor Petróleo.

Políticas de Saúde, Meio-Ambiente e Novas Tecnologias

Pauta de Reivindicações

CAPÍTULO IV

Da Organização

4º CONFUP

Artigo 4º - A organização do congresso será desenvolvida pela Comissão Organizadora, composta pela FUP (Averaldo, Caetano, Maurício e Sílvio) e pelo Sindipetro Santos, Cubatão e São Sebastião.

Parágrafo Único - A mesa diretora do congresso será composta por cinco membros eleitos entre os delegados sendo um presidente, dois secretários e dois relatores, cabendo:

- a) ao presidente, dirigir os trabalhos;
- b) aos secretários, fazer as inscrições e controlar o tempo;
- c) aos relatores, a elaboração do relatório final do 4º CONFUP.

CAPÍTULO V

Da Divulgação

Artigo 5º - A FUP, num prazo máximo de 60 dias, deverá divulgar as resoluções do congresso, quando encerrar os trabalhos da Comissão Organizadora.

CAPÍTULO VI

Dos Delegados

Artigo 6º - Os delegados ao congresso serão eleitos em Assembléias Gerais e/ou Congressos Regionais, ou eleitos nas suas bases, especificadamente convocados pelos sindicatos filiados à FUP, segundo os critérios do artigo 70 do seu estatuto.

Parágrafo Único - Os membros da Diretoria Executiva da FUP serão delegados natos ao 4º CONFUP, conforme parágrafo 7º, do artigo 14, do Estatuto da Federação.

Artigo 7º - O número máximo de delegados será definido pelo seguinte critério, de acordo com a base de representação sindicalizada, de cada sindicato participante:

Critério:

Nº Sindicalizados	Delegados Eleitos
Até 1.000	12
De 1.001 a 2.000	16
Acima de 2.000	16 + 1 a cada 360 sindicalizados

Parágrafo 1º - Os delegados e suplentes eleitos para o 4º CONFUP deverão estar inscritos junto a Comissão Organizadora, até o dia 20 de julho de 1998, via documento ou fax-simile.

Parágrafo 2º - Serão inscritos delegados suplentes para substituição à ausentes da chapa em que se elegeram.

Parágrafo 3º - Os delegados suplentes poderão ser credenciados, em substituição aos delegados efetivos, até uma (1) hora após o encerramento das inscrições. Os mesmos deverão ser inscritos e credenciados obedecendo a ordem decrescente enviada pelos sindicatos.

Parágrafo 4º - Delegados suplentes poderão se inscrever no horário normal de inscrição, caso haja desistência mediante documento assinado dos delegados efetivos.

CAPÍTULO VII

Das Teses e Moções

Artigo 8º - As teses terão que aprovadas em Assembléia ou Congresso Regional, deverão ser inscritas na Comissão Organizadora até o dia 20 de julho de 1998.

Parágrafo 1º - As teses que não forem enviadas à FUP até o dia 20 de julho não serão incluídas no Caderno de Teses, cabendo aos sindicatos que não cumprirem o prazo reproduzirem e distribuírem as mesmas.

4º CONFUP

Parágrafo 2º - As teses deverão ser gravadas no sistema Word e enviadas em dois disquetes junto com cópia xerográfica.

Parágrafo 3º - Qualquer delegado inscrito poderá apresentar moções no Congresso, sendo que as mesmas deverão ser atinentes à questões de interesse geral dos trabalhadores.

Parágrafo 4º - As teses somente poderão tratar dos assuntos constantes do temário, estando a Comissão Organizadora desobrigada de reproduzir qualquer tese, no todo ou em parte, que não conste do temário.

CAPÍTULO VIII

Do Funcionamento, Credenciamento e Instalação

Artigo 9º - O funcionamento do 4º CONFUP deverá obedecer a seguinte programação:

Dia 07.08.98 (sexta-feira)

12:00 às 22:00h - Credenciamento

18:00 às 20:00h - Jantar

20:00 às 22:00h - Abertura solene

Dia 08.08.98 (sábado)

08:30 às 10:00h - Votação do Regimento Interno

10:00 às 10:30h - Eleição da Mesa Diretora dos trabalhos

10:30 às 11:30h - Plenária de apresentação das visões de análise de conjuntura

11:30 às 13 :00h - Painel: O Futuro do Movimento Sindical

12:00h - Prazo final para credenciamento dos delegados titulares

12:00 às 13: 00h - Credenciamento de delegados suplentes

13:00 às 14:30h-Almoço

Trabalho em grupo

Grupo 1 - Sindicalismo e Ação Sindical

Grupo II - Balanço Campanha Reivindicatória 97/98 - Pauta de Reivindicação

18:00 - Plenária fechamento dos destaques dos grupos.

21:00- Jantar

Dia 09.08.98 (domingo)

09:00 às 12:00h - Painel: Reforma da Previdência e Futuro dos Fundos de Pensão Petros e Aposentadoria Especial - resoluções

12:00 às 13:30h - Almoço

13:30h - Prazo final para inscrição das chapas para a Direção e Conselho Fiscal da FUP.

13:00 às 1400h - Apresentação das chapas inscritas para Direção e Conselho Fiscal da FUP

14:00 às 16:00h - Eleição da Direção e Conselho Fiscal FUP

16:00 às 17:00h - Posse da Direção e Conselho Fiscal

17: 00h – Encerramento

CAPITULO IX

Das Discussões e Votações

4º CONFUP

Artigo 10 - Cada delegado, devidamente credenciado, terá direito a um voto.

Artigo 11 -. As votações nas sessões plenárias serão feitas levantando-se os crachás de votação.

Parágrafo 1º - A conferência dos resultados das votações, serão feitas por contraste que, em caso de dúvida, a critério da mesa, serão conferidas individualmente por credencial.

Parágrafo 2º - Não serão permitidos votos por procuração.

Parágrafo 3º - Serão convidados pela mesa diretora, quando necessário, 4(quatro) delegados para contarem os votos dos participantes da plenária,

Artigo 12 - Nas sessões Plenárias somente será permitida a discussão de matéria constante da pauta e com intervenções de, no máximo, 3(três) minutos.

Artigo 13 - Todo delegado que desejar intervir nas sessões Plenárias, deverá se inscrever previamente junto a mesa com a entrega do crachá, e o fará seguindo a ordem de inscrição.

Parágrafo Único - As inscrições se encerrarão ao final da palavra do quinto orador.

Artigo 14 - O sistema de votação nas sessões plenárias, será o de maioria simples.

Parágrafo 1º - Qualquer delegado poderá solicitar a mesa “Questão de Ordem, “Questão de Esclarecimento” ou “Questão de Encaminhamento”, limitado a 01(um) minuto.

Parágrafo 2º - Qualquer delegado poderá solicitar à mesa “Declaração de Voto após ter se absterido na votação e será limitado a 01(um) minuto e até 03(três) delegados por votação.

CAPÍTULO X

Da Plenária

Artigo 15 - .A mesa diretora da plenária será a mesma prevista no art. 40 parágrafo único.

Artigo 16 - A plenária é órgão máximo e soberano do 4º CONFUP e será composta pelos delegados devidamente credenciados e visivelmente identificados pelos crachás.

Artigo 17 - A plenária só poderá modificar, aprovar ou rejeitar, em parte ou totalmente este Regimento, quando da sua apreciação.

Artigo 18 - As propostas de emendas (aditivas, supressivas e modificativas) à tese guia serão destacadas e encaminhadas por escrito a mesa diretora.

CAPÍTULO X

Dos Observadores

Artigo 19 - A Comissão Organizadora poderá credenciar observadores com direito a voz, até 3 por sindicato, e sem direito a voto, previamente apresentados pelos sindicatos ou pela FUP.

Parágrafo Único - Também poderão ser credenciados, a critério da Comissão Organizadora, todos os assessores, com direito somente a voz, quando solicitados pela mesa de trabalho, ligados as entidades do movimento sindical e sindicatos dos petroleiros tais como DIEESE, DIESAT, etc., previamente apresentados pelos sindicatos ou pela FUP.

CAPÍTULO XII

Das Despesas

Artigo 20 - As despesas do 4º CONFUP serão de responsabilidade dos sindicatos e rateadas proporcionalmente entre os sindicatos, tendo como base o número de delegados eleitos nas assembléias, independente do número de delegados efetivamente credenciados. As despesas rateadas são a que envolvem transporte e despesas da infra-estrutura do 4º CONFUP, tais como, alimentação, papel, transporte e hospedagem.

Parágrafo Único - Não estão contempladas no rateio as despesas efetuadas pelos sindicatos sem autorização da Comissão Organizadora.

Artigo 21 - Todas as delegações participantes do 4º CONFUP deverão estar em dia com suas obrigações financeiras junto a FUP.

4° CONFUP

Parágrafo 1° - Os sindicatos em débito deverão estar quites com as mensalidades de abril, maio e junho e seus débitos anteriores negociados até o dia 30 de junho.

Parágrafo 2° - Até 15 de julho deverá ser pago o pré-rateio correspondente a 50 % (cinquenta por cento) da estimativa do custo do Congresso.

Parágrafo 30 - Até o dia 30 de julho deverá ser feito o pagamento restante do rateio (50 % - cinquenta por cento) através de ordem de pagamento ou cheque; à partir desse prazo o pagamento só será aceito em espécie.

Parágrafo 40 -. Não serão aceitos pagamentos individuais por delegados.

CAPÍTULO XIII

Das Disposições Finais

Artigo 22 - Caberá à Comissão Organizadora, a centralização do recebimento das informações dos sindicatos e manter os respectivos controles documentais e financeiros.

Artigo 23 - Os casos omissos serão apreciados pela Comissão Organizadora do Congresso.

Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros

TIRE O EMPREGO DO FHC

ANTES QUE ELE TIRE O SEU

Dias 7, 8 e 9 de agosto de 1998

Santos -SP

TESE 1

Sindipetro/AM

Conjuntura Internacional

Situação Internacional

1. O mundo atual, cenário de grande desordem, desequilíbrio e instabilidade, caracteriza-se pelo agravamento dos antagonismos econômicos, sociais e políticos do sistema capitalista. A chamada nova ordem, globalizada e interdependente, apresenta-se como uma dolorosa e tumultuada transição histórica, durante a qual o sistema capitalista, em prolongada decadência, promove brutal ofensiva contra a soberania das nações, os direitos dos povos, as conquistas das classes trabalhadoras, a paz e a democracia.

A Crise do Sistema Capitalista

2. A crise econômica, crônica e prolongada, manifesta-se através do progressivo declínio das taxas de crescimento, fenômeno que afeta indistintamente, embora de forma desigual, os países capitalistas, em particular os mais desenvolvidos. Este declínio, observado desde 70 e acentuando-se nas décadas de 80 e 90, traduz uma tendência à estagnação. Nos anos 60 a taxa de crescimento médio anual do PIB dos países capitalistas mais desenvolvidos foi de 5%, nos anos 70 caiu para 3%, despencou para 2,8% na década de 80 e situa-se em torno de 2% na atual década. Esta continuada marcha declinante configura uma fase crítica, decadente, que não pode ser confundida com o movimento cíclico da reprodução social do capital e a crise de superprodução que lhe é característica. Atinge todo o sistema, contrastando com o período de relativa prosperidade ocorrido no imediato pós-guerra quando chegou a criar-se uma situação de virtual pleno emprego (as taxas de desemprego oscilavam em torno de 1,5%) e as perturbações cíclicas então observadas podiam ser amenizadas pelos mecanismos reguladores de inspiração keynesiana. Na fase atual tal regulação tornou-se mais difícil. Durante as crises de 1974/76, 1982/84 e 1990/93 já se configuraram crises mais longas e de recuperação mais lenta e acidentada. Em fins de 1997 e começo de 1998, o mundo financeiro foi abalado pela quebradeira gera! dos chamados “TIGRES ASIÁTICOS”, até a bem pouco tempo, modelo de economia a ser seguido pelo resto do mundo
3. A crise do sistema capitalista decorre da tendência à queda da taxa média de lucro provocada pelas revoluções na composição orgânica do capital impulsionadas pelo avanço da produtividade, lei tendencial do modo de produção capitalista. O progressivo declínio das taxas de crescimento é também influenciado pelo crescente parasitismo do sistema em sua fase imperialista.
4. O crescimento da composição orgânica do capital e o avanço da crise aceleram o processo de concentração, centralização e “globalização” do capital, traduzido por uma onda crescente de aquisição, fusões e mega-fusões de empresas. Como resultado, os efeitos da crise têm maior repercussão mundial, tornam-se mais devastadores na medida em que passam a condicionar as políticas econômicas governamentais na maioria dos países. Para os países do Terceiro Mundo, este processo, facilitado e impulsionado pelas privatizações, tem significado o aumento do grau de desnacionalização e fragilização de suas economias. Os mega monopólios desempenham papel

4º CONFUP

preponderante na vida econômica dos países em desenvolvimento e são, em última instância, o principal fator de estagnação de suas economias.

5. O resultado mais dramático da crise da economia capitalista é o crescimento extraordinário do desemprego agravado pelo desenvolvimento tecnológico. O desemprego e o subemprego, de acordo com a OIT, atinge hoje 820 milhões de trabalhadores, 1/6 da população mundial. Expressão maior da crise econômica, o desemprego é, por decorrência, o mais grave problema social por ela gerado. Revela a crescente ineficiência do sistema capitalista na utilização dos recursos colocados à disposição da humanidade pelo progresso das forças produtivas e do desperdício do que com a principal força produtiva da economia - a força de trabalho.
6. Em contraste com as imensas possibilidades de desenvolvimento material e espiritual sociedade produzidas pela revolução técnico-científica, a época atual e seu quadro de crise constituem pesada ata de acusação ao capitalismo, incapaz não só de promover este desenvolvimento, como o de oferecer os mínimos meios de subsistência a gigantesca parcela da população do planeta. Hoje o capitalismo é, mais do que nunca, um freio ao desenvolvimento e ao progresso social. Condena milhões e milhões de pessoas à fome, à miséria, à indignidade. Retira-lhes a perspectiva de vida, ensombrese-lhes o horizonte, atira-as à marginalidade e exclusão da atividade produtiva, do consumo, da educação, do acesso à cultura e ao entretenimento. Como nunca, o sistema capitalista concentra riquezas num pólo da sociedade e aumenta a pobreza no outro. A quinta parte da população do globo que vive nos países pobres tem 1,4% do rendimento mundial, enquanto a quinta parte que vive nos países ricos fica com 85% desse rendimento. Só para ilustrar: os 358 homens mais ricos do mundo possuem uma fortuna que se iguala aos rendimentos anuais de 45% da população mundial (2 bilhões 300 milhões de pessoas).

Projeto Neoliberal

7. Em face da bancarrota de anterior modelo de desenvolvimento e da patente decadência do sistema capitalista, a burguesia e o imperialismo adotam o Projeto Neoliberal, num esforço também fadado ao fracasso, para escapar da crise e prolongar por certo tempo histórico seu domínio sobre o mundo. O neoliberalismo, que vem sendo aplicado desde os anos 70 e com maior intensidade a partir dos anos 80, constitui uma solução pretensamente global implementada segundo as particularidades nacionais e regionais. Tendo adquirido ares de verdade absoluta e obstinada após as derrotas do chamado Socialismo Real, seu objetivo é maximizar os lucros dos grandes monopólios do capital financeiro imperialista. através de impiedosa e voraz espoliação dos povos, das nações dependentes e das massas trabalhadoras.
8. A política neoliberal prevê uma ampla desregulamentação e liberalização das regras de comércio e alocação de capitais internacionais, a quebra de barreiras alfandegárias, a abertura das Bolsas de Valores e de todos os setores da economia às empresas ou consórcio de empresas multinacionais que exigem regras de proteção para o seu capital e para os seus produtos, como atestam os setores agrícolas dos Estados Unidos, Japão e Países da Comunidade Européia embora isso entre em contradição com o receituário do neoliberalismo.
9. É parte essencial do Projeto Neoliberal uma reestruturação do Estado visando privatizações em massa, redução de impostos e tributos sobre o capital e o desmanche do chamado Estado do Bem- Estar Social. Nos países dependentes, a ofensiva do neoliberalismo nesse campo constitui séria ameaça à própria existência do Estado Nacional. O neoliberalismo implica ainda, em patamar muito mais elevado, a subordinação do Estado aos interesses dos grandes monopólios, particularmente da oligarquia financeira. Nos países desenvolvidos o capitalismo monopolista de Estado manifesta-se com força através da transferência de parte crescente da renda nacional para pagamento das enormes dívidas públicas, cujos credores são os grandes monopólios do capital financeiro.
10. O neoliberalismo dirige uma ofensiva avassaladora contra os trabalhadores, objetivando uma nova repartição do produto entre o lucro e o salário, revelando de maneira cristalina que a velha e perversa base em que se sustenta o sistema capitalista (extração da mais-valia) continua a mesma. Medidas que resultam na redução drástica do padrão de vida dos trabalhadores são ingredientes comuns da receita neoliberal, observadas em

4º CONFUP

todos os países em que é adotada. São iniciativas que implicam a derrogação de legislações trabalhistas e previdenciárias, conquistadas com heróicas lutas da classe operária, a elevação do nível de desemprego bem como o desmanche da rede de seguridade social e a degradação das condições de trabalho. Seu objetivo é a busca da maximização dos lucros, o que constitui a essência do receituário do neoliberalismo.

11. As potências imperialistas agrupadas no G-7 têm um razoável e unidade na aplicação da política neoliberal que, para as economias nacionais dos países dependentes, adquire sentido destrutivo, pois as regras das políticas econômicas neoliberais são impostas num quadro em que as condições de competição são bastante desiguais. O resultado de tais políticas é o aumento do endividamento, da desnacionalização, da dependência e da espoliação. Em benefício das grandes potências e em detrimento do desenvolvimento dos países mais pobres, o neoliberalismo promove uma nova divisão internacional do trabalho, deixando como saldo uma parcial destruição do setor produtivo e, em alguns casos, a desindustrialização. Baseada na chamada Teoria dos Círculos Concêntricos, a política neoliberal faz com que a produção de bens e serviços de maior densidade tecnológica se concentre nos pólos avançados do capitalismo, ao passo que às regiões mais atrasadas atribui-se a produção de bens que requerem baixa inversão tecnológica e mão-de-obra barata.
12. Tamanha ofensiva contra a soberania nacional dos países do Terceiro Mundo, tornam falaciosas e ilusionistas as prédicas difundidas pelos centros de propaganda e elaboração teórica das potências imperialistas de “inserção” das economias nacionais dos países dependentes na economia internacional. Com as sucessivas crises econômicas, o assalto aos direitos dos trabalhadores e o ataque a soberania desses países é inevitável o descontentamento, a indignação, o protesto, a resistência e a luta dos povos em todos os continentes. A invariável respostas da classe dirigente, representante da burguesia e do capital, é o aumento das restrições aos direitos e do estado democrático. Por todos os países onde foram adotados os receituários neoliberais, guardadas as particularidades nacionais e regionais, campeia o autoritarismo, As classes dominantes, temerosas da resistência e luta dos trabalhadores e dos povos, modificam o arcabouço jurídico-político dos Estados, reforçam o aparato autoritário, elaboram legislações coercitivas, anti-sindicais e antidemocráticas, visando excluir do convívio institucional as massas populares e as correntes avançadas de esquerda que as representam. Mas os trabalhadores e o movimento popular não se cala. A resistência ao neoliberalismo está presente nas lutas contra o colonialismo e o racismo em movimentos de maior ou menor envergadura ao redor do mundo.

Conjuntura nacional

Situação nacional

13. O Brasil permanece uma nação dependente. O governo FHC subordina o país à “globalização” que serve a pretensão de hegemonia do imperialismo norte-americano A tendência democrática que ressurgiu com o fim do regime militar começou a ser invertido no governo de Fernando Collor de Mello e retrocedeu no governo atual . O povo brasileiro sofre as agruras do autoritarismo (intervenção nos nossos sindicatos), da perda de conquistas (flexibilização das leis do trabalho, reforma da previdência, quebra da estabilidade no serviço público, etc) e da desestruturação do Estado Nacional. O plano de FHC é economicamente vulnerável (vide crise da economia dos chamados “Tigres Asiáticos”) e impõe o desmonte das instituições democráticas. Esta situação condiciona um quadro político que se caracteriza pela inconstância e instabilidade. Amadurece a possibilidade de vingar e crescer um grande movimento de oposição democrática de reestruturação nacional e de retornada e ampliação das conquistas sociais.
14. A eleição de Fernando Collor de Mello desencadeou o processo de abertura da economia brasileira à concorrência predatória dos oligopólios internacionais. Ele iniciou também a privatização em massa das empresas estatais, principalmente no setor siderúrgico e petroquímico e revogou a lei que protegia a indústria nacional de informática. A vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais de 1994 marcou um novo predomínio da onda neoliberal. Em dois anos de governo, ele

4º CONFUP

conseguiu do Congresso a quebra dos monopólios estatais nas áreas de telecomunicações, petróleo e navegação de cabotagem; anunciou a privatização das empresas de telecomunicações e da Vale do Rio Doce, aprovou uma nova legislação sobre patentes e deu pleno curso à integração associada aos interesses dos norte-americanos.

15. O Programa de Estabilização obteve sólido apoio das classes dominantes e aceitação de vastos setores das camadas médias brasileiras. O fato de ter debelado a espiral inflacionária neutralizou e iludiu contingentes significativos da população pobre. A aliança PSDB/PFL encarregou-se de transformar em programa de governo a conhecida e histórica subserviência das elites brasileiras aos interesses internacionais.
16. O neoliberalismo concebe um Estado mínimo nas atribuições de desenvolver o país, regular a economia, gerar empregos e fornecer serviços básicos como educação e saúde. Ao mesmo tempo, amplia as funções desse mesmo Estado quando trata de proteger os interesses dos monopólios, principalmente a alta rentabilidade de suas gigantescas aplicações financeiras custodiadas pelo dinheiro público.
17. O Executivo sobrepõe-se aos demais poderes. Dele partem a centralização e o controle das políticas de estabilização. O Legislativo vai, rapidamente, sendo transformado em órgão auxiliar, homologador dessas políticas, humilhantemente dobrado a chibatadas quando ensaia qualquer veleidade de autonomia. Quando são parlamentares ditos da base governista, são publicamente chamados de traidores do programa de governo e ameaçados de expulsão de seus partidos, de perda dos cargos que por ventura tenham, por indicação, na máquina; se da oposição, são acusados de traidores da pátria e do povo, sem qualquer possibilidade de defesa, já que a mídia, na sua totalidade, não permite. A edição e reedição de medidas provisórias - o atual presidente é campeão com uma média de 36 MP's ao mês - caracteriza aberta usurpação de atribuições do Legislativo. O Judiciário também é alvo da mesma tentativa de enquadramento para que seus julgamentos não ameacem as decisões, muitas das vezes arbitrárias e mesmo ilegais, da administração federal.
18. O Brasil é constrangido a não tirar proveito das próprias contradições entre os blocos econômicos formados pelos Estados Unidos, pela Europa unificada e pelo Japão e os países que estão sob sua área de influência. Associado ao projeto norte-americano sem qualquer contra partida, abre mão da reciprocidade natural na relação entre países que preservam sua autonomia na relação de comércio entre parceiros iguais.
19. No caso do Mercosul é notória a pressão norte-americana para incorporá-lo ao NAFTA que é mercado cativo de suas grandes empresas. Preocupado com os déficits descomunais na balança comercial brasileira e pressionado por setores industriais de São Paulo, FHC simplesmente encena uma aproximação com a comunidade européia.
20. Os valores nacionais, a história e o passado de nossa gente são alvo do achincalhe dos governantes travestidos em pregadores da excelência da "globalização" e da rapinagem imperialista. Em palestra no Colégio do México, templo do pensamento daquele país, FHC chegou ao cúmulo de comparar a "globalização" com o Renascimento. A hegemonia cultural do neoliberalismo esmaga a cultural nacional e estimula padrões estéticos de acordo com as regras do mercado e os interesses puramente comerciais.

Nível de desenvolvimento econômico atual

21. O PPA - Plano Plurianual que FHC enviou ao Congresso para o período 1996-1999 previa um crescimento do PIB da ordem de 4% em 1996, 4,5% para 1997, 5% para este ano e para 1999, como se sabe o Brasil cresceu 2,8% em 1996, medíocres 2,5% em 1997 e já não tem a mínima condição de atingir a meta para este ano. É verdade que não há aí nada de surpreendente, uma vez que o PPA repete coerentemente as diretrizes do programa de estabilização que originou o Plano Real que preparou o Brasil para não crescer. Apoiar a estabilização econômica, como acreditava FHC na nuvem de capitais especulativos em circulação pelo planeta, implicava atraí-los com juros exorbitantes, o que certamente inibiria a capacidade nacional de investir e crescer.
22. Em 1994, ainda como ministro da Fazenda, FHC comprou o país com o pagamento de 141,3 bilhões de dólares até o ano 2000 na amortização de juros principal da dívida, na época FHC ironizava as advertências dos críticos de seu plano e pintava horizontes róseos dando como exemplo os planos a ser seguido os do México e Argentina. Mas o

4º CONFUP

desastre que abalou a economia mexicana em 1994/95 obrigou o governo de FIJC torrar 10 bilhões de dólares para evitar que o Brasil seguisse o mesmo caminho e a Argentina só é citada hoje em dia como exemplo a ser evitado.

23. A dívida pública interna é outro elemento desestabilizador da economia nacional. Ela somava 125 bilhões de dólares em 1994 e hoje é da ordem de 250 bilhões. Cresce movida pelas ainda estratosféricas taxas de juros e pelos dólares que o Banco Central transforma em reservas cambiais para garantir o retorno dos capitais que aqui entram.
24. Drenando recursos orçamentários crescentes para custear as despesas financeiras, o governo reduz cada vez mais os investimentos e os gastos sociais. No orçamento para este ano, os recursos destinados ao pagamento de juros e serviços da dívida quase igualam as demais. O impacto dessa política sobre a população não poderia ser mais devastador. Sem investimentos na produção e em obras, o país acumula assombrosas taxas de desemprego na cidade e no campo esse agravado pelo pela má-vontade do governo de promover uma Reforma Agrária profunda entregando as terras improdutivas a quem, de fato, quer trabalhar. Para se ter uma idéia do tamanho do problema, só na Grande São Paulo, termômetro do que acontece nos demais Estados onde existe indústrias, o desemprego registra a taxa recorde de 18% da mão-de-obra economicamente ativa fora do mercado de trabalho. É interessante notar que, enquanto a indústria desemprega seu faturamento cresce.
25. É iminente o colapso do sistema público de saúde. O Brasil mantém um gasto de 80 dólares/habitante para o setor, muito distante dos 300 dólares do Uruguai e Chile e incompatível com a média de 1.200 a 2.000 dólares da França, Estados Unidos e Inglaterra. Doenças como dengue, febre amarela e malária que se imaginava sob controle, voltam em forma de epidemias totalmente fora de controle já que a deterioração dos programas de vacinação em massa, sob a responsabilidade do governo federal é visível.
26. A estrutura fundiária, mantida ao longo de séculos, revela sua face cruel no drama dos trabalhadores rurais sem terra. O latifúndio no Brasil modernizou-se em parte marginalizando milhões de camponeses e assalariados agrícolas. Aproximadamente metade das terras cadastradas pelo INCRA (153 milhões de um total de 325 milhões de hectares) são improdutivas, evidenciando que a concentração fundiária é socialmente perversa e economicamente iníqua.
27. A educação pública padece da ausência de recursos. A repetência no ensino fundamental e de nível médio é de mais de 30% e a evasão, superior a 5%. No nordeste, a repetência atinge a 38% dos alunos matriculados. O analfabetismo entre a população com idade superior a quinze anos está em torno de 20% e há 3,5 milhões de crianças em idade escolar fora das pública e privada de ensino.
28. Privadas de recursos, as universidades públicas vão perdendo completamente seu papel de centros de elaboração científica. As instituições de pesquisa e tecnologia assistem a evasão de talentos por falta de estímulo e salários dignos. Muitos pesquisadores vão para o exterior depois de amadurecer e completar seus estudos custeados (mesmo que precariamente) pelo governo que agora se nega a aproveitar seus serviços.
29. Agravam-se as condições de vida nos centros urbanos, sobretudo das massas populares. Em conseqüência da precarização da situação de moradia, transporte, aumento da violência urbana e intensificação do tráfico e do narcotráfico.

Derrotar o projeto neoliberal e o continuísmo do governo FHC é a tarefa que está sendo colocada para o movimento sindical neste momento.

30. Com a aproximação das eleições gerais de outubro, destacadamente a sucessão presidencial, o desenvolvimento da situação política nacional está sendo marcada por uma série de manobras e jogadas comandadas pelo Palácio do Planalto com propósitos claramente continuístas. A imposição de FHC como candidato único das forças conservadoras e neoliberais, com o apoio do imperialismo norte-americano e do capital financeiro internacional, é motivo forte para fazer soar o sinal de alarme para o povo brasileiro e as forças organizadas e progressistas, democráticas e patrióticas da sociedade. Por trás do proscênio da luta sucessória e da acomodação das agremiações partidárias das classes dominantes, desenvolve-se cada vez mais intensamente o processo de liquidação do regime democrático e da ordem institucional implantada no

4º CONFUP

país desde a promulgação da Constituição de 1988. Sob a bandeira das Reformas Institucionais e do Estado as classes dominantes caminham, mais celeremente do que muitos se dão conta, rumo à instauração de um sistema político fechado, excludente, com poderes excessivos e monopolizados nas mãos do Presidente da República e de um seleto grupo de chefetes de dois ou três partidos políticos conservadores e neoliberais. As mudanças já efetivadas na Constituição e as que se pretende impor caso o atual presidente seja reeleito, dão forma a uma espécie de DITADURA CIVIL CONSTITUCIONAL cujo o escopo é levar as últimas conseqüências o receituário neoliberal! do imperialismo e perpetuar as classes retrógradas no poder.

31. O crescente autoritarismo do governo FHC e seus intentos continuístas precisam ser barrados. No atual quadro político nacional esta questão se apresenta como principal divisor de campos. A persistir a orientação anti-nacional, anti-democrática e anti-social que FHC representa, a perspectiva e a degradação continuada da vida nacional, cujas marcas negativas se farão sentir por muito tempo, comprometendo o futuro do povo brasileiro. Impedir a reeleição de FHC é questão de salvação nacional. Por isso, no momento em que se tornam mais graves as ameaças a soberania do país, à vida democrática e mais penosas as condições de vida do povo, é imperativo organizar e pôr em movimento a resistência para derrotar nas urnas, FHC e seus cupinchas e eleger o maior número possível de parlamentares comprometidos com as causas populares e com os interesses nacionais.

Sindicalismo

Contra o sindicato orgânico

32. Sem dúvida, faz-se urgente a modificação de toda a estrutura sindical. A ofensiva neoliberal e a “globalização” da economia, a introdução de novas tecnologias que reduzem o número de trabalhadores em importantes setores da produção, a terceirização, o aumento do desemprego, a precarização da relação de emprego provocam impactos na estrutura organizacional dos sindicatos.
33. O sucesso da resistência dos trabalhadores a ofensiva neoliberal depende da alteração da atual correlação de forças entre o movimento operário e sindical e as forças do capital. Apontar o sindicato orgânico como condição necessária para a vitória dos trabalhadores é uma simplificação extremada da realidade. Em países onde o modelo sindical é orgânico, como na Itália e Espanha, os trabalhadores também convivem com problemas crescentes de desemprego, perda de direitos, não sindicalização e apatia política.
34. Todas as forças que compõem a direção da CUT apontam no sentido de mudanças e defendem o sindicato por ramo de atividade. A única questão de fundo é se o mesmo deve ser orgânico ou não. Defendemos um Sindicato por Ramo de Atividade e com Unicidade Sindical na base territorial.
35. A proposta de sindicato orgânico como aprovado na 8ª Plenária Nacional da CUT, apesar de registrar alguns avanços, leva inevitavelmente à divisão dos trabalhadores. A afirmação de “no Brasil não existe a unidade dos trabalhadores em uma única estrutura e projeto sindical” é uma meia verdade. A divisão do movimento acontece na cúpula das Centrais. A argumentação que dentro de uma mesma empresa já existem diversos sindicatos atuando, também não serve como justificativa para que os trabalhadores tomem a iniciativa de se dividirem. Mesmo que existisse a divisão já consumada dos sindicatos, a luta mais conseqüente seria para reconquistar a unidade e não aprofundar a divisão. O exemplo italiano é ilustrativo. Na Itália existe o sindicato orgânico. A divisão na base estava prejudicando tanto os trabalhadores que as centrais voltaram atrás e estão tentando reunificar novamente a luta com a criação da RSU - Representação Sindical Unitária. Não tem sido fácil reunificar e, enquanto isso não acontece, os trabalhadores é quem saem perdendo.
36. A ameaça à democracia sindical e o prejuízo à mobilização são outros aspectos importantes da proposta do sindicato orgânico. A concentração de poderes exagerados na cúpula acarreta uma estrutura extremamente rígida, burocrática e centralizadora prejudicando a luta na base que exige descentralização de recursos e agilidade na ação. Além disso, os trabalhadores perdem a oportunidade de serem escutados e terem sua

4º CONFUP

opinião levada em consideração. Para que possamos ilustrar o que significa o sindicato orgânico, vejamos dois exemplos:

- a) O acordo fechado pelas centrais em 96 com o governo de FHC, a maioria dos trabalhadores da previdência foi contrária a abrir mão de seus direitos. A reação dos trabalhadores e dos sindicatos acabou inviabilizando o tal acordo. Caso já estivesse funcionando a estrutura baseada no sindicato orgânico, o acordo possivelmente teria sido consumado.
 - b) Em 1993 as cúpulas das centrais sindicais italianas concordaram em acabar com a reposição automática das perdas com a inflação. Houve uma verdadeira revolta dos trabalhadores, mas a luta ficou muito difícil porque o aval da cúpula vale como concordância legal de todos. A base não tinha instrumentos de luta independentes e autônomos (os sindicatos orgânicos são controlados pela cúpula).
37. O modelo de sindicato orgânico é contrário a um sindicato de massas, autônomo e independente. Por só representar os trabalhadores filiados, exclui da participação e representação, a maioria. Hoje no Brasil a média dos trabalhadores sindicalizados é de 16% e esta taxa está em queda, como no mundo todo.
38. Outro importante debate é quanto a autonomia e independência dos sindicatos. A pluralidade de opiniões e até mesmo as divergências, longe de ser prejudicial é um fator de democracia e unidade nas entidades e no movimento sindical. E a garantia da possibilidade de renovação e avanço das entidades. O alinhamento político e ideológico imposto pelo sindicato orgânico é contrário a natureza dos sindicatos como entidades representativas do conjunto dos trabalhadores - apartidários e pluralista, residindo aí sua força e sua independência. A unidade mais geral não se conquista por ações burocráticas. É um desafio permanente para a Central no sentido de elaborar políticas que unifiquem e mobilizem o conjunto da classe trabalhadora.

A caminho do sindicato unitário por ramo de atividade

39. Por outro lado, o sindicato unitário por ramo de atividade, apoiado na organização unitária por local de trabalho, é a resposta imediata a falta de enraizamento dos sindicatos nas bases, evita a divisão dos trabalhadores e preserva os sindicatos com independência e autonomia
40. As OLT's devem ser unitárias, representando todos os trabalhadores sindicalizados. A criação de outros organismos devem ser evitados sob pena da multiplicação de aparatos, a burocratização excessiva e a pulverização das ações em defesa dos trabalhadores.
41. O sindicato unitário por ramo de atividade é uma proposta que pode ser implantado imediatamente. Sua construção deve ter como base a vontade soberana e democrática dos trabalhadores e passa pela estruturação das OLT's.
42. Neste sentido, este Congresso indica que a Direção do SIND1PETRO-AM abra discussão na base sobre a constituição de sindicato unitário por ramo de atividade e que seja esclarecido as diferenças fundamentais entre esta proposta e a de sindicato orgânico.

TESE 2

Sindipetros SE/AL e PA

Conjuntura internacional

1. A globalização da economia significa um salto na internacionalização do capital, dentro da época imperialista, que provoca um grau maior de polarização no mundo, entre as classes e as nações.

4º CONFUP

2. A internacionalização do capital não começou agora, pois ela é inerente ao próprio capitalismo, ela apenas se apresentava com outra forma e intensidade. Não acreditamos também que o momento atual tenha levado a uma superação das fronteiras nacionais ou tenha promovido uma real integração econômica de todo o planeta. Ao contrário, a “globalização” gera um processo contraditório de integração econômica e exclusão de setores crescentes da população mundial.
3. Essa situação exerce um nível maior de exploração do proletariado em todo o mundo e uma submissão, sem precedentes, de muitos países ao controle do imperialismo.
4. Este processo tem levado a mudanças estruturais na economia, dentro do marco da dominação imperialista. Trata-se não só de uma resposta econômica do capital, mas também de um ataque político contra a classe trabalhadora e suas organizações. O perfil do mundo atual é dado pela extrema concentração de riqueza num polo da sociedade e pelo aumento da pobreza no polo oposto. Os 447 bilionários do planeta têm uma renda maior do que a metade da população do mundo.
5. O aumento dos investimentos estrangeiros diretos tem enorme importância na própria gênese da “globalização” da economia.
6. São investimentos, altamente concentrados, em primeiro lugar nos próprios países imperialistas, sendo que alguns poucos países semicoloniais e dependentes recebem também estes investimentos diretos (aplicados na produção, diferenciados dos fluxos financeiros), como parte da estratégia dos oligopólios e grupos multinacionais.
7. A maioria desses investimentos não gera ampliação da capacidade produtiva, sendo apenas transferência de propriedade de capital, através de aquisições, fusões, privatizações de empresas estatais, etc.
8. Ao contrário do que afirmam os defensores do neoliberalismo, nem o fato de ser um destes países escolhidos para investimentos pelos oligopólios assegura um crescimento econômico. O Brasil foi o 50º país em volume de investimentos no ano de 96, com um impacto insignificante sobre o nível de emprego.
9. A queda das barreiras alfandegárias levou a uma mudança brutal no nível de concorrência.
10. A produção com custos mais baixos (seja pela incorporação de novas tecnologias ou pela utilização de trabalho semi-escravo) em um país determina a falência de toda uma região em outro país. Isto é possível uma vez que os oligopólios podem enfrentar e exterminar a concorrência de empresas nacionais menores, antes protegidas pelas barreiras alfandegárias
11. As multinacionais podem, também, deslocar sua produção de um país a outro, em função de menores gastos (com mão-de-obra, impostos ou transporte) ou da existência de mercados promissores. Com isto têm em suas mãos um elemento de pressão sobre o movimento operário, assim como sobre os próprios governos burgueses
12. O nível de concentração do capital, expresso nos oligopólios, e o aumento da produtividade das indústrias, dos países industrializados e semi-industrializados, são fatores determinantes para o crescente desemprego em todo o mundo.
13. A liberdade para a movimentação do capital permite que “a troca de um americano por três asiáticos” seja uma das formas de garantir a super-exploração do proletariado em todo o planeta. A destruição das barreiras alfandegárias leva a que as cerca de 20 milhões de crianças empregadas nas fábricas da China seja superior à força de trabalho empregada na indústria americana, que é de 19,7 milhões de trabalhadores.

A formação dos blocos comerciais

14. A contradição existente entre a produção mundializada e as fronteiras nacionais não se resolve com a “globalização”.
15. Ao contrário, se agudiza. As multinacionais têm uma base nacional em um país e utilizam sua influência sobre esse estado para defender seus lucros contra as concorrentes. As disputas entre os EUA com a Europa ou com o Japão são crescentes. Ao se ampliar a internacionalização da economia e se manter a propriedade privada, as contradições aumentaram, gerando constantes enfrentamentos comerciais que podem terminar causando novas guerras.

4º CONFUP

16. O MERCOSUL é um acordo regional completamente subordinado à hegemonia dos 3 grandes blocos imperialistas, que busca negociar em melhores condições sua adesão à globalização.
17. Este arremedo de bloco surgiu dos interesses das multinacionais instaladas no Cone Sul, que queriam levar adiante o processo de desregulamentação da economia (abertura comercial e queda nas tarifas aduaneiras) com o intuito de aproveitar a capacidade de produção instalada no Brasil e na Argentina, aumentando a economia de escala, reduzindo seus investimentos e melhor explorando o conjunto dos trabalhadores de todo o Cone Sul. Portanto, o seu conteúdo é de reforço aos lucros da burguesia monopolista e das grandes empresas multinacionais instaladas, em particular as montadoras.

A possibilidade de uma crise financeira generalizada

18. Com a hipertrofia do setor financeiro e o endividamento generalizado, o capital conseguiu o adiamento de sua crise, às custas da ampliação de suas contradições internas.
19. Ao contrário da ordem e da estabilidade apregoados pelos defensores do neoliberalismo, o que se pode constatar é o aumento da instabilidade e da desordem. A qualquer sinal de crise econômica ou política, os capitais se volatizam, aprofundando a instabilidade.
20. A atual hegemonia neoliberal pode ser derrotada, ela não é invencível.
21. O neoliberalismo é apresentado como a única alternativa possível no mundo atual. No entanto, o seu domínio tem uma determinação histórica precisa.
22. A resistência ao neoliberalismo se multiplica por várias regiões do planeta: São mobilizações na Europa, cuja expressão recente mais alta é a insurreição do povo albanês e vitória dos trabalhadores do “tigre” coreano, demonstrando que é possível passar da resistência a ofensiva. Com o aprofundamento da crise econômica internacional a partir da Ásia, novamente os trabalhadores retornam a defesa de seus interesses frente à tentativa dos patrões de descarregar o peso da crise nas costas da classe trabalhadora e até mesmo regimes ditatoriais como o de Suharto na Indonésia começam a balançar. Na França, a continuidade das mobilizações contra o desemprego, com manifestações radicalizadas, mostra também a resistência dos trabalhadores contra a política neoliberal.
23. Um relatório do Banco Mundial é a expressão da resistência operária e popular às medidas neoliberais: Em 1997 os trabalhadores haitianos iniciaram o ano com uma Greve Geral exigindo a renúncia do primeiro ministro Rosny Smarth; na Colômbia o presidente Samper decretou estado de emergência econômica para aumentar impostos e reduzir salários e enfrentou uma Greve Geral; na Venezuela os professores e funcionários das Universidades iniciaram o ano com paralisações; outro ponto alto da luta em 97 foi a Greve Geral do Equador, que derrubou o presidente Bucaran.

As tarefas internacionais do movimento sindical cutista

24. A alternativa ao neoliberalismo é a luta dos trabalhadores, é a resistência que prepare a ação mais geral do conjunto da nossa classe contra a exploração imposta.
25. É possível e necessário unificar internacionalmente as lutas. Este é um dos desafios do movimento sindical que deve também ser assumido pelos Petroleiros, Petroquímicos e Químicos do Brasil, em sua ação e como proposição à Federação, à CNQ e à Central.
26. A luta contra os planos neoliberais na América Latina, e em especial no Cone Sul, indicam a necessidade urgente de uma coordenação latino-americana de trabalhadores.

Propomos que 4º CONFUP delibere:

27. Propomos que a Federação e os Sindicatos encampe a campanha internacional de luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário;
28. Criação de uma plataforma comum de luta, a Carta dos Trabalhadores, que mobiliza:

➤ Pelo fim do trabalho escravo e infantil;

4º CONFUP

- Pela equiparação salarial dos trabalhadores das empresas multinacionais;
- Contra todo tipo de discriminação aos trabalhadores imigrantes;
- Contra a Discriminação Racial;
- Contra a Violência no Campo;
- Contra o Desemprego.

Conjuntura nacional

A inserção dependente do Brasil na “globalização”

29. O Brasil está inserido na economia mundial e mantém uma relação de dependência completa ao imperialismo. Os laços da burguesia, dita nacional, com o capital internacional são orgânicos, isto é, capital de origem brasileira é o sócio menor do imperialismo.
30. A subordinação brasileira ao capital internacional vem da década de 70 e 80, mas agora eleva-se o grau da dependência. com o retrocesso na industrialização, a dependência de capitais estrangeiros e a entrega das estatais, subordinando o país a países e empresas imperialistas.
31. As grandes empresas multinacionais controlam os principais setores da economia nacional. O modelo industrial brasileiro segue dependente da importação de bens de capital, portanto não pode ter autonomia para desenvolver o mercado interno
32. A tendência geral, com a globalização, é aumentar a dependência, aprofundar a semicolonização e seguir transferindo recursos para engordar os lucros do imperialismo.

O governo FHC e o ajuste “estrutural”

33. O governo FHC, após a emenda da reeleição ainda que uma vitória superestrutural, segue, apesar das contradições, tentando implementar as reformas da constituição, que garantem a mercantilização dos serviços públicos e a transferência de capital e renda para o setor privado da economia.
34. A partir de um jogo fisiológico com o congresso, através da liberação de verbas para as bases eleitorais dos deputados e senadores, doação de cargos e renegociação da dívida de Estados e municípios, o governo conseguiu aprovar em primeiro turno as reformas administrativa e da previdência, mas segue com dificuldades para conseguir a aprovação final das reformas pretendidas, pelas dificuldades encontradas para mobilizar sua base de sustentação no congresso em virtude do ano eleitoral, e estas são “reformas impopulares”.
35. Estas reformas eliminam direitos históricos da classe trabalhadora e apontam para o sucateamento e desmonte dos serviços públicos, e na demissão de trabalhadores.
36. O atraso no calendário das reformas portanto, se dá unicamente pelas contradições interburguesas, e não propriamente por uma ação de resistência do movimento organizado.
37. Do ponto de vista econômico, permanecem os graves problemas do governo: Déficit da balança comercial e nas transações correntes.
38. O desemprego bate recordes de norte a sul do país, conseqüência de uma conjunção de fatores: Fechamento de empresas, fruto da menor competitividade internacional; fusões, com eliminação de postos de trabalho, seguindo a lógica da concentração de capital; redução do consumo pela diminuição do mercado interno, e finalmente pela elevação da produtividade, implicando na desaparecimento dos postos de trabalho.
39. Assistimos a intensificação dos esforços do governo para aprovar a chamada reforma trabalhista, que nada mais é do que um eufemismo para nomear uma radical eliminação dos direitos trabalhistas que ainda restam no nosso país, beneficiando as empresas, através da diminuição do chamado “custo Brasil”. A aprovação da lei do contrato temporário, que também acaba com a jornada de trabalho ao generalizar a autorização

4º CONFUP

para que as empresas adotem o chamado “banco e horas”, foi um passo importantíssimo nesse sentido.

40. O contrato temporário e as reformas (previdenciária e administrativa), ao mesmo tempo que os patrões tentam rebaixar salários e cortar direitos, obedece a necessidade de aumentar a exploração dos trabalhadores para fazer frente a crise da economia internacional.
41. Garantir competitividade, frente a desvalorização das moedas dos países asiáticos significa tornar as mercadorias brasileiras competitivas, ou seja, mais exploração.
42. Noutro sentido, assistimos a uma descarada utilização de recursos públicos para favorecer grandes grupos empresariais. Depois do Proer, que encheu os bolsos dos banqueiros com dinheiro público, agora assistimos o governo federal e vários governos estaduais doarem bilhões de dólares aos maiores oligopólios do planeta (a indústria automotiva, só para citar uma), através da forma de doação pura e simples, empréstimos a juros subsidiados, isenção fiscal, doação de patrimônio (terrenos, etc.) As últimas doações foram a do governo do Paraná, no valor de 1,5 bilhão, à Renault e a do Governo da Bahia à Asia Motors que está sendo denunciada e até o momento fez nenhum investimento.

A inversão de papéis no processo de negociação

43. Estamos assistindo a uma verdadeira inversão de papéis. Ao invés dos sindicatos apresentar pauta de reivindicações e mobilizar os trabalhadores para obrigar as empresas a atenderem, ainda que em parte nossos pedidos, são as empresas que ameaçam os trabalhadores e apresentam uma “pauta de reivindicações”. E o sindicato vai analisar a pauta da empresa para ver qual ponto atende e qual ponto não dá para atender. É como se a parte oprimida, prejudicada pelo sistema econômico fossem as empresas, pobres coitadas, que estão sendo exploradas por estes “trabalhadores impiedosos”.
44. Dessa forma, vai se consolidando uma idéia de que, frente à globalização é necessário que os trabalhadores aceitem ceder parte do que têm, para garantir a competitividade das empresas. O papel dos sindicatos passa a ser então o de administrar esse processo, ou seja, de discutir com os trabalhadores e resolver quais direitos e benefícios abriremos mão para ajudar as empresas e, outro lado, utilizar o seu peso político para pressionar o poder público para obter vantagens para as empresas na política econômica e fiscal.

A acordo da Volks e a proposta de criação do “fórum de sindicalistas empresários e governo”

45. Com a eclosão da crise que se alastrou após a queda da Bolsa de Hong Kong, e com a decretação do pacote econômico/fiscal pelo governo, em reação a ela, houve uma forte, ainda que momentânea retração do mercado, fundamentalmente pela alta dos juros. A VW imediatamente tornou pública a ameaça de demitir 10 mil trabalhadores para fazer frente a esse novo quadro que se abria. A alternativa, segundo a empresa naquele momento seria reduzir jornada e salário dos trabalhadores.
46. A reação imediata dos trabalhadores e do sindicato foi correta. Não aceitavam nenhuma das alternativas, nem demissão em massa, nem redução de salários. E se convocou uma manifestação, com paralisação da produção no dia 11/12 em São Bernardo, que foi um grande sucesso.
47. No entanto, uma negociação, a partir da pauta apresentada pela empresa, levou a demissão em massa e redução do salário indireto dos trabalhadores, através da diminuição de benefícios. Houve, evidentemente, um salto na implantação de uma série de reestruturações que a empresa pretendia incorporar até o ano 2000.
48. Depois disso, numa audiência com FHC, o presidente do sindicato leva as propostas de redução do IPI das montadoras, e a formação de um fórum tripartite para debater saídas para a situação.
49. Nós achamos completamente equivocado apontar esse caminho para enfrentar a ofensiva neoliberal que pretende diminuir empregos e eliminar direitos dos

4º CONFUP

trabalhadores. Mais precisamente, acreditamos que esse caminho nos leva a colaborar com as empresas em seus objetivos.

50. E, tão equivocada quanto a proposta apresentada, foi a avaliação de que o acordo foi uma “vitória”. Assim como, torna-se uma irracionalidade coletiva a guerra fiscal praticada pelas administrações públicas e, infelizmente, sugeridas pelas direções sindicais, que terminam não aumentando postos de trabalho, mas apenas transferindo-os parcialmente de um local para outro.

Metas e ações sindicais

51. Os ricos que paguem a crise

Devemos levantar um programa que aponte para mudanças profundas na economia do país, apontando no sentido de penalizar os grandes grupos econômicos e de preservar os direitos dos trabalhadores.

52. Em direito não se mexe, por emprego, terra e moradia

- Chega de FHC;
- Contra a reforma da Previdência/Administrativa/Trabalhista
- Contra as reformas e pela manutenção dos direitos dos trabalhadores

53. Geração de emprego

Estabilidade no emprego, redução da jornada sem redução dos salários para 36 horas semanais e proibição de horas extras.

54. Reforma agrária

Reforma agrária ampla, que distribua a terra a quem nela quiser trabalhar, política agrícola que favoreça os pequenos agricultores.

55. Fim do arrocho dos salários

Reajuste imediato do salário mínimo e de todos os salários, reposição das perdas do salário do funcionalismo.

56. Não pagamento da dívida interna

A dívida “pública” interna nas mãos do Governo Federal chegou a 356 bilhões de reais (sem contar a dívida dos Estados e Municípios). No final de 97 o montante de juros pagos pelo governo aos banqueiros foi de 37.2 bilhões de reais Este dinheiro deveria ir para educação e saúde.

57. Estatização do sistema financeiro

O Sistema Financeiro deve financiar a produção, da micro e pequena empresa, dos pequenos agricultores, da construção de moradia popular e da infra-estrutura - água, esgoto, estradas.

58. Aumento geral nos impostos sobre o lucro e as grandes fortunas e fim da isenção fiscal às grandes empresas

Para financiar a saúde, educação, etc.

59. Ruptura com o FMI e não pagamento da dívida externa

4º CONFUP

A subordinação do país ao imperialismo, e sua política econômica, transfere a maior parte da riqueza produzida no Brasil seja sob a forma de mercadorias, juros ou lucros das multinacionais. Não existe nenhuma possibilidade de resolver qualquer um dos grandes problemas da classe trabalhadora sem romper com o imperialismo:

- a) suspensão imediata do pagamento da dívida externa;
- h) ruptura com o FMI e seu controle sobre a economia nacional;

Não aos pactos e fóruns tripartites, reforçar a mobilização e a unidade dos setores explorados contra o neoliberalismo

- 60. A tarefa central dos nossos sindicatos e da CUT, neste momento, é intensificar a denúncia do governo e da política das empresas, que estão sendo implantadas no nosso país, e buscar construir as condições para uma virada na relação de forças que nos possibilite impor uma derrota ao projeto neoliberal.
- 61. Nesse sentido, estamos contra que a CUT, ou seus sindicatos filiados se metam novamente nos chamados fóruns tripartites para buscar saídas para a crise atual. Saídas para essa crise, que preserve os interesses dos trabalhadores, não podem ser construídas com as empresas e esse governo. Tem que ser construídas contra o governo e as empresas. Não é em parceria com eles e sim na luta contra eles que poderemos avançar.

Cadastro nacional de trabalhadores desempregados

- 62. Os sindicatos devem assumir a tarefa de implementar uma política específica para a organização dos “seus desempregados”, que parte do cadastro e se estende às ações concretas. A CUT deve promover reuniões de trabalhadores desempregados para definir pauta, calendário e formas de lutas. Devemos desde já fortalecer as Caravanas e manifestações promovidas pela CUT e pelo MST.

Pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salário

- 63. Esta medida só terá efeito, se adotada uniformemente para o universo dos postos de trabalho, antes que uma readequação das empresas absorvam esta redução na carga de trabalho, e assim tornem sem efeito a medida ao não gerar novos empregos.

Construir um calendário nacional de mobilizações

- 64. O Calendário Nacional de Mobilizações deve ser assumido pelo conjunto do movimento sindical, popular e dos movimentos de Trabalhadores Rurais Sem Terra, e movimento estudantil, cujas bandeiras são: o combate ao desemprego, Reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, manutenção dos direitos históricos dos trabalhadores, preservação do patrimônio público e educação pública, gratuita e de boa qualidade para todos, culminando com uma Greve Geral.

Campanha de conscientização junto aos trabalhadores, da necessidade de derrotar o governo FHC

- 65. Um amplo debate deve ser implementado com os trabalhadores no sentido de demonstrar o que significaria a reeleição de FHC. Contrapondo-se a ela, devemos apresentar uma candidatura classista, com um projeto claramente antineoliberal, e sustentada nas organizações dos trabalhadores
- 66. Em que pese a necessidade de derrotarmos FHC, e com ele os seus aliados neoliberais, não podemos contrapor esta alternativa eleitoral a das mobilizações, o verdadeiro e mais eficaz caminho para derrotarmos os planos de ajustes capitalistas. Precisamos, portanto, combinar estas frentes de luta.

Organização e ação sindical

Discussão e proposta

Balanco político do movimento sindical

67. Balanço da Campanha Reivindicatória 97/98 com a Petrobrás. O processo de negociações, relativas à assinatura do Acordo coletivo de Trabalho 97/98 foi uma repetição do processo do ano anterior, caracterizado pelo rebaixamento da proposta acordada, pela falta de mobilização, fato gerado principalmente pela reestruturação da empresa e que foi influenciado por outro lado, pelas dificuldades conjunturais, e por outro pela falta do trabalho das direções majoritárias (CUT, FUP e Sindicatos), no sentido de mostrar à categoria a necessidade de resistir a assinatura de um acordo que trazia prejuízos.
68. Dentre os principais objetivos da Petrobrás/governo em impor este Acordo Coletivo, podemos destacar:
- Aposentados - cortar o vínculo dos trabalhadores aposentados com a Petrobrás através da proposta de tabela diferenciada da AMS.;
 - Preparar o caminho para a privatização do Plano de Saúde dos trabalhadores do Sistema Petrobrás;
 - Garantir a liberdade no que diz respeito à movimentação de pessoal, permitindo demissões, através da cláusula 51 e diferenciação entre trabalhadores “novos” e “velhos”.
69. Alguns equívocos foram cometidos na condução da campanha reivindicatória e merecem ser analisados:
- A mobilização - com a greve de 24 horas para o dia 06/11, as direções erraram ao acreditar que a categoria sairia diretamente da inércia em que se encontrava, para uma efetiva reação, fazendo desaparecer qualquer possibilidade de luta que viessem garantir um acordo com os anseios da categoria;
 - Um problema grave constatado ao longo da campanha, foi a falta de disposição de direções regionais em assumir a Pauta Nacional e defenderem a aceitação do Acordo por não se sentir atingido por cláusulas que afetavam a maioria das outras bases.
70. Faltou as direções encaminharem a deliberação da Plenária Nacional de 18 e 19 de outubro de 1997, no Rio de Janeiro, convocar o movimento popular organizado, como MST, para acumular forças nas atividades no dia 06 de novembro de 1997.

O papel dos sindicatos

71. Enxergamos os sindicatos como instrumentos de luta e de organização da classe; uma ferramenta na luta diária, ao lado das Organizações por Local de Trabalho, discutindo com as gerências das empresas os problemas locais, buscando o atendimento das necessidades imediatas do conjunto da categoria, e combinando estas atividades com a busca da elevação do nível de consciência sindical e política dos trabalhadores. Este trabalho passa necessariamente pelo fortalecimento das suas formas de organização, sob pena de ser nulo qualquer trabalho.

A democracia

72. A democracia - O pressuposto para a construção de um sindicato democrático e de massas é a sua organização a partir da base e com garantia do controle desta base sobre os seus dirigentes. Uma organização a partir da base, implica em localizar a ação do sindicato prioritariamente nos locais de trabalho e na existência de Conselhos de Representantes da base com poderes superiores aos da direção.
73. Em nome da democracia, os fóruns de decisão da categoria precisam ser amplos, onde esteja garantida a participação de todas as correntes de pensamento, abolindo assim a prática da exclusão de correntes ou pessoas, inclusive quanto à liberação de dirigentes para o exercício sindical, em que deve haver um rodízio entre todos os que compõem a direção.

4º CONFUP

74. A ausência destes elementos favorece o processo de burocratização do sindicato, pois pode garantir a uma “direção” a política a ser implementada frente aos planos, e em virtude das dificuldades objetivas da luta de classes que limita a participação dos companheiros de base, venha potencializar a falta de controle da base sobre seus dirigentes.

Estrutura do sindicato

75. Os sindicatos petroleiros em sua estrutura de organização, deve a partir de um esforço político das diversas visões existentes modificar sua estrutura e forma de organização, buscando a unificação dos trabalhadores diretos e indiretos, por ramo com base estadual ou até interestadual, a exemplo de Sergipe e Alagoas, que congrega os trabalhadores petroleiros, químicos e petroquímicos, plásticos, fertilizantes e similares na mesma entidade.

76. É necessário que a FIJP e os sindicatos façam um esforço no sentido de modificar os estatuto uniformizado com algumas premissas.

77. A proporcionalidade na direção deve ser uma meta a ser atingida. Se não for possível constar estatuto, no mínimo deva constar a possibilidade de discutir nas eleições.

78. O fim do presidencialismo, com a criação da direção colegiada, de coletivos ou coordenações secretarias, o fim da figura dos suplentes.

79. Debate do orçamento anual da entidade, de previsão de receitas e aplicação dos recursos, fortalece a entidade e a administração principalmente no momento em que vivemos, com o ataque ao governo FHC. Nos meses de outubro e novembro devemos discutir o orçamento do ano seguinte com a categoria.

80. Debate do orçamento das eleições, e que venha favorecer a situação de quem está na direção.

81. Incorporar os trabalhadores das terceiras no mesmo sindicato, após uma campanha ampla r categoria, a exemplo do que foi realizada em Caxias-RJ.

82. Criar secretarias que venham ajudar na organização da classe, porém achamos que algumas são fundamentais, como: Administrativo, Financeiro, Formação Política, Imprensa, Jurídica, Saúde e Meio Ambiente, Relações Sindicais, Empreiteiras, Aposentados, Cultura Esporte e Lazer;

83. Como instâncias propomos: Congresso Anual da Categoria, as Assembléias da Categoria, Conselho de Representantes, a Diretoria Colegiada, Coordenação Executiva, as Comissões de Base OLT's e Conselho Fiscal;

84. O Conselho Fiscal deve ser órgão que expresse a transparência da administração dos recursos patrimônio da categoria, apresente inclusive sugestões. Deve ser garantido a divulgação dos pareceres do Conselho Fiscal, independente de agradar ou não à direção.

85. Quanto ao tamanho da diretoria é tema de divergência com as empresas e com o judiciário Devemos defender a liberdade de organização sindical, porém achamos que o tamanho da direção deva expressar uma relação proporcional ao tamanho e as diversidades da categoria, portanto sugerimos um diretor para cada 100 trabalhadores.

Imposto sindical

86. Avançamos bastante em relação ao imposto sindical, desconto anual obrigatório pelo estado de um dia de salário a uma parcela da categoria, os trabalhadores de nível médio, a vanguarda, normalmente, os que são filiados ao sindicato, pagando sua mensalidade.

87. No 3º CONFUP, foi aprovado que todos sindicatos deveriam entrar com ação na justiça para impedir o desconto aos trabalhadores. Sabemos que diversos sindicatos ajuizaram a exemplo do Sindipetro Mauá, Campinas, Minas, Sergipe e Alagoas, e sabemos que foi concedida a ordem judicial favorável ao pleito da categoria em alguns sindicatos. Em Sergipe, a Justiça do Trabalho, considerou-se incompetente e distribuiu para justiça Cível.

88. A FUP e os sindicatos deve fazer um levantamento do montante retido pela Petrobrás do Imposto Sindical, e denunciar que a companhia deve aos trabalhadores este dinheiro,

4º CONFUP

já que os sindicatos e a federação deve devolver aos trabalhadores a parcela de 80% (oitenta por cento) do imposto. Defendemos que a devolução seja para todos os trabalhadores, sejam eles filiados ou não ao sindicato.

89. Os recursos dos sindicatos serão oriundos da contribuição mensal de seus filiados, sejam eles ativos ou aposentados, sejam eles trabalhadores diretos ou indiretos, pago de forma espontânea a partir da sua adesão como filiado.
90. Qualquer outra forma de taxa assistencial, sem amplo debate na categoria, deve ser reprovado.

Unificação é o desafio

91. Consideramos um grande passo a unificação dos sindicatos que ocorreram em Sergipe em 94 com o Sindipetro e o Sindiquímica, no ano passado na Bahia, Stiep e Sindipetro, surgindo o SLTP e este ano com o Sindiquímica, significando uma grande decisão política da categoria que sentia esta necessidade. A unificação das ações das bases, no entanto, ainda não foi consolidada, exigindo de todos nós grande empenho nesta direção.
92. Porém, o maior trunfo neste processo se deu em Caxias-RJ, onde houve a unificação dos trabalhadores diretos e indiretos no mesmo sindicato, após um amplo debate, consultas e que concluiu com as mudanças dos estatutos e na eleição vitoriosa, apesar da ofensiva da Petrobrás e das contratadas, que como verdadeiros algozes, têm ameaçado a organização legítima da categoria.
93. Defendemos a criação dos sindicatos por Ramo, e acreditamos na possibilidade de virmos no futuro concretizarmos nas ações, a unificação que ora se opera, o atual processo está se dando a partir dos aparatos e não a partir do exercício das ações das bases, considerando, inclusive, a amplitude destas bases a falta de tradição de trabalho comum.
94. Mas, nem tudo ocorrem a mil maravilhas, e para macular a história, tivemos em 95/96 a divisão do maior sindicato do país à época, o Sindipetro do Rio de Janeiro, pela sua localização e a importância por expressar a maior produção de óleo do país, hoje representando 70% (setenta por cento) da produção nacional.
95. O debate da unificação x divisão, ocorreu não sob o princípio do que seria melhor para a classe, mas sobre a visão tática da direção do movimento, a Articulação Sindical, de que unificação deve ser defendida quando tem a certeza do crescimento da corrente política ou do fortalecimento dela, daí temos presenciado, a defesa da unificação na Bahia, para excluir a Força Socialista do movimento, e da divisão no Rio de Janeiro, inclusive com assinatura de manifestos na época. No mínimo houve uma omissão.
96. Tendo em vista a necessidade deste processo de unificação, e em função da realidade da categoria em diversos estados da federação. propomos a elaboração de um calendário nacional que aponte para a unificação dos sindicatos de petróleo nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, uma vez que não se justifica a permanência de até cinco sindicatos em São Paulo, todos dirigido politicamente pela Articulação, com produção de jornal unificado, realizando de reuniões periódicas a não ser que para garantir unia bancada de 74 (setenta e quatro) delegados para pouco mais de 8000 (oito mil) trabalhadores filiados nos cinco sindicatos.
97. Este número é menor que o do SUP/BA que após a unificação com o Sindiquímica ficará com 13000 filiados e estará com uma delegação de 48 delegados, o Sindipetro-RJ, que com o mesmo 8000 terá 34 delegados.

Unificação do Sindipetro e Químicos de Alagoas

98. No congresso dos petroleiros de Sergipe e Alagoas foi aprovado a unificação dos Químicos de Alagoas e Sindipetro AL/SE, e algumas atividades foram definidas: Alagoas e Sindipetro ALISE; e algumas atividades foram definidas:
 - Realizar um congresso unificado com os químicos da área de Alagoas, em até 180 dias;
 - O Congresso elegeu uma delegação com 21 observadores para participar dos Congressos do Químicos de Alagoas em julho/98;
 - Realizar um plebiscito na categoria em Alagoas e Sergipe;

4º CONFUP

- Tirar uma comissão para ser responsável na unificação do estatuto, administrativo, imprensa jurídico e sede - Químicos: Manoel de Assis, Moisés, Alexandre, Victor Bello e pelo Sindipetro: Mário César, Claudemilson, Cruz, Dalton e Luiz Manoel;
- Adequar a alteração do Estatuto para unificação;
- Fazer concurso para definir o nome do boletim, que ficará provisório como Boletim da Unificação, suprimindo os nomes: Ouro Negro/Zaga e Estado de Alerta, definir o nome fantasia do Sindicato Unificado;
- Adequar o Estatuto da ABCP a unificação;
- Criar a Secretaria dos Químicos e Similares,
- Desmembrar a Secretaria de Administração de Finanças e Patrimônio em: 1 Secretaria de Administração e Finanças; 2 Secretaria de Administração e Patrimônio;
- Cartilha ilustrada do Fundo de Greve para Químicos/AL e Sindipetro AL/SE. Praguinhas;
- Debate nas áreas, nas portarias, sobre Unificação Já;
- Seminário com a base para discutir unificação;
- Carro de som nas áreas e portaria das unidades.

A FUP deve ser forte e democrática

99. A FUP é uma das entidades no movimento sindical cutista de maior expressão pública, não só pela sua política implementada em defesa do Patrimônio Público e da Petrobrás, contra as Reformas Constitucionais que resultou na Greve de maio/95, mas também pelo seu funcionamento apesar das diversas opiniões que compõem a direção.
100. A forma colegiada de funcionamento, apesar do presidencialismo representado pela figura do coordenador, a proporcionalidade aplicada na direção, as plenárias e por último a sua liberdade diante da CUT, apesar de ser filiada mas não orgânica, permite constar de seu quadro de filiados sindicatos não filiados à Central, como Cubatão, Rio Grande/RS.
101. Para o fortalecimento da federação diante os trabalhadores, algumas propostas, achamos ser interessante a sua aplicabilidade, mesmo considerando as dificuldades que passam os sindicatos;

102. Propomos que o 4º CONFUP delibere:

1. Pela alteração do Estatuto na composição das Secretarias, que todas as secretarias sejam compostas de dois membros e pela criação da Secretaria de Empreiteira;
2. Pela alteração da representação de sindicatos na Plenária e no Congresso Nacional;
3. Pela realização de uma Plenária Nacional anual no mínimo;
4. Por uma campanha financeira combinada com a campanha em defesa dos sindicatos,
5. Pela necessidade da presença da direção nacional em todos os estados, nesse sentido a realização da reunião mensal da Federação, deve ser realizada em estado diferentes sempre que possível;
6. Por um debate do orçamento da Federação para possibilitar maior integração e compromisso das direções e dos trabalhadores na realização das propostas aprovadas pelo movimento.

Políticas específicas

Pauta de reivindicações

Aposentados, Petros, Terceirização e defesa da Petrobrás

103. Fruto da análise de que o Acordo Coletivo assinado com a Petrobrás não contemplou as aspirações da categoria petroleira, e convictos das dificuldades, defendemos que devemos retornar à Petrobrás a pauta de reivindicações entregue no ano passado como proposta para o ano de 98/99.

4º CONFUP

104. O tempo deste Congresso deve ser dedicado ao aprofundamento das análises de novas formas de organização e de luta.

PLR - ficar fora da campanha salarial

105. Defendemos que o ponto de PLR deva ser retirado do AC e deva ser celebrado um acordo específico, assinado em separado, imediatamente após a campanha reivindicatória.

106. O acordo da PLR-98 deve ser fechado até o final do ano. Se não for fechado o acordo, no mês de janeiro a FUP e os sindicatos deve cobrar da Petrobrás a título de adiantamento, um valor igual para cada trabalhador e o pagamento do valor total deve ser complementado logo após a divulgação do balanço da empresa na Bolsa de Valores. Esta é uma prática de diversas empresas.

107. A PLR deve ser paga a todos os trabalhadores, sem discriminação, ativo e aposentados, valor igual, ou seja, de forma linear.

108. FUP e os sindicatos promoverão a campanha sobre a PLR incluindo debate no sentido de conscientizar os trabalhadores da ativa de que não devem se acomodar com o fato de recebê-la sem o devido repasse para os aposentados.

Reintegração dos demitidos

109. Queremos nossos companheiros de volta! As Greves de 94 e 95 não podem ser vistas para o fortalecimento individual ou das direções ou até mesmo da FUP e os Sindicatos. Elas trouxeram como ônus; as intervenções nos sindicatos, aplicação de multas arbitrárias e uma centena de demissões. A FUP e os sindicatos devem empreender esforços para sanar os problemas pendentes dos demitidos do Golpe Militar, Plano Collor, Petromisa, Interbras, intervindo no Congresso Nacional, nos Tribunais e na própria Petrobrás.

110. A reintegração de todos os demitidos é um desafio para a FUP e os Sindicatos, e muito mais ainda para toda a categoria.

111. O movimento não foi competente para elevar a consciência da categoria para construção de um movimento nacional em defesa dos sindicatos, pela anistia, das multas e dos punidos nas greves do Governo Itamar em setembro/94 e do governo FHC em maio e junho de 95.

112. A reintegração dos demitidos deve ser discutida com a prioridade que merece, deixando de ser apenas mais uma cláusula pendente, para quando a “conjuntura permitir”.

113. Propomos que o 4º CONFUP delibere:

1. Pela criação do Fundo Nacional de Lutas, para assistir os demitidos das greves de 94 e 95, já aprovado no congresso passado porém não implementado;
2. Pela criação de um Plano de Saúde Nacional para os Demitidos da greve e seus dependentes que estão no movimento sindical com ônus para toda a categoria;
3. Que a FUP e os Sindicatos promovam uma reunião com todos os demitidos da greve, permitindo
4. assim uma articulação nacional, a exemplo do que ocorreu historicamente na categoria em 64, 83, 90 e etc.
5. Que a FUP e os sindicatos deve procurar cada um companheiro para conversar sobre a situação individual (formação profissional, estudos, situação dos processos).

Petros x Previdência Social para todos

114. Há diversos anos que introduzimos na pauta, reivindicações da eleição diretas para direção da PETROS, buscando a paridade na direção; do aumento de representantes dos trabalhadores no Conselho Curador.

4º CONFUP

115. Há muito tempo que temos cobrado transparência nas aplicações na fundação, como também temos cobrado soluções para os retardatários, para o fim do limite de idade, sendo esta a maior demanda presente na categoria, nesta conjuntura em que a Petrobrás coloca a necessidade de reduzir custo com redução de direitos, redução de pessoal.
116. Redução de pessoal, que está sendo praticada em diversas unidades, principalmente nos E & Ps, com fechamento de unidades (Tapanã-PA, SE, BA., ES), reestruturação (criação da TRANS PETRO), além da visão de recursos humanos de tratar a punição com demissão, após a assinatura do Acordo Coletivo, com a cláusula 51 em que a comissão tem sido instalada com objetivo de ratificar o pedido de demissão.
117. Nesta conjuntura, devemos perguntar aos trabalhadores: Para que serve a Petros? Porque a Petrobrás não permite a participação paritária na direção da Petros? Porque a companhia aumentou a contribuição à fundação? Diversas perguntas poderão ser formuladas.

118. Propomos que 4º CONFUP delibere:

- 1) Que a reunião protocolar deva ser realizada precedida de uma manifestação de vanguarda no dia da reunião do Conselho de Administração da Cia, com a presença das direções da FUP e dos sindicatos, comissão de demitidos, comissão de aposentados;
- 2) Que os itens sobre a Petros (democratização da gestão, transparência, limite de idade etc), sejam temas de Consulta na categoria, precedida de campanha, cartazes e adesivos;
- 3) Que seja elaborado um programa dos trabalhadores para Petros e a partir de sua Publicação transforme em propaganda para a FUP e os Sindicatos,
- 4) Que a FUP e os Sindicatos divulguem na categoria as conseqüências da Reforma da Previdência para os trabalhadores e na Petros.

119. Estabilidade no emprego é combater o desemprego

120. A luta pela estabilidade no emprego deve ser constante e temos que conscientizar a categoria, portanto, devemos ser contundente na postura diante dos trabalhadores. Devemos afirmar que foi ruim ter assinado o acordo com a cláusula 51 (que normaliza a demissão).
121. Após a assinatura do acordo, inúmeras demissões ocorreram, porém houve uma omissão das direções da FUP e dos sindicatos ao não denunciar cada demissão como ataque a organização dos trabalhadores, beneficiando o processo de privatização que passa a Petrobrás.

122. Propomos que 4º CONFUP delibere:

- 1) Que a FUP e os Sindicatos sejam os defensores da cláusula da garantia do emprego, conforme ACT 93/94;
- 2) Que não assinaremos acordo coletivo com cláusula que regulamenta demissões, a exemplo da atual ou similar;
- 3) Que qualquer demissão deve ser denunciada nacionalmente no Primeira Mão e nos boletins regionais;
- 4) Que a FUP e os Sindicatos realizem denúncias sistemáticas dos responsáveis pelos pedidos de demissões e dos membros da comissão.

Transparência nas negociações

123. Defendemos que a FUP e os Sindicatos façam o contraponto da transparência no momento de globalização, exigindo que as reuniões das negociações sejam transmitidas por TV executiva, e que só sentaremos para negociar se estiver garantida a transmissão. Só os trabalhadores em assembléia autorizará as negociações em situação adversa.

4º CONFUP

Unificar a campanha com os trabalhadores diretos e indiretos

124. O 4º CONFUP delibera que a FUP e os sindicatos filiados lutará para elevar o nível das condições de salário e de trabalho dos trabalhadores direto e indiretos - os terceirizados, avançando para as convenções coletivas de trabalho.
125. Devemos encarar os trabalhadores terceirizados como trabalhadores de outras unidades de um complexo produtivo, e que, portanto, as lutas dos trabalhadores de uma determinada unidade a todos interessa.
126. Unificação de todos os trabalhadores no mesmo sindicato é a forma de lutar contra a precarização dos direitos e contra o avanço da terceirização. “Somos todos petroleiros - contratados diretos e indiretos da Petrobrás e das terceiras”

Propomos que 4º CONFUP delibere:

127. Que a FUP e os sindicatos entregue, na mesma , a Pauta Reivindicatória á Petrobrás, Manguinhos, Ipiranga e as empresas afins;
128. Que elabore uma Pauta mínima, a exemplo da elaborada pelo Sindipetro de Caxias para ser aprovada a trabalhadores das contratadas pela Petrobrás, Manguinhos e Ipiranga, durante todo mês de agosto;
129. Que a FUP e os sindicatos formem comandos unificados pelos trabalhadores diretos e indiretos para realizar as negociações na região.

Mobilizações

130. Independente da análise que fazemos para o próximo período, se de uma conjuntura com um cenário ideal ou otimista (portanto possível de acontecer), ou de um cenário pessimista, temos a convicção de que este estará sujeito a uma conjunção de fatores, e dentre eles a disposição política de inverter a atual correlação de forças.
131. Sabemos que os grandes acontecimentos da luta de classes a nível mundial, normalmente saíam de conjunturas defensivas, de momentos de ataque à classe trabalhadora, portanto, a derrota do projeto neoliberal dependerá de uma ação consciente da classe, patrocinando grandes mobilizações.
132. Estamos num momento difícil no estado de ânimo da categoria, mas ela já deu demonstrações de que corretamente estimulada dará as respostas satisfatórias. Não acreditamos que só uma categoria vá derrotar o governo e o capital, no entanto, precisamos manter um nível de mobilização tal, que aponte para as demais categorias organizadas a possibilidade da retomada das lutas articuladas nacionalmente.
133. Petroleiros, sejam eles trabalhadores direto ou indiretamente contratados da Petrobrás, devem ser contra a sua reestruturação, contra a sua privatização, como de qualquer empresa, pois o patrimônio é público. Devemos denunciar todas as privatizações efetivadas, como também, denunciar as consequências nefastas que têm sofrido a sociedade, a exemplo do setor elétrico, saúde, educação água e esgotos, transportes etc.
134. Defender a Petrobrás é defender o emprego, e esta deve ser uma bandeira da categoria.
135. Luta pela anistia das multas - Luta pela Anistia das multas impostas aos sindicatos. Devemos a todo momento denunciar que “estamos sob intervenção do Governo FHC e seus aliados”

Unificação das campanhas do semestre

136. No segundo semestre, além dos petroleiros, existe campanhas reivindicatória dos correios, bancários, urbanitários, telefônicos, químicos.
137. A FUP e os sindicatos, com objetivo de fortalecer a campanha, construirá comando e atividades unificados, a exemplo de cartazes, adesivos, assembléias, passeatas, paralisações de forma conjunta.

138. A FUP apresentará à CUT, como proposta, a realização de uma reunião das categorias em luta na segunda quinzena de agosto.

TESE 3

Sindipetros Campinas, Cubatão, Mauá, S. José dos Campos, PR e SP

Conjuntura internacional

1. A conjuntura internacional transcorre no contexto de uma grande crise econômica de âmbito mundial causando perplexidades e mais incertezas sobre a soberania dos Estados Nacionais, a eficácia da economia de mercado no processo de constituição e consolidação dos direitos de cidadania e o futuro do trabalho, frente ao avanço da globalização e da transnacionalização de diversos setores produtivos, financeiros e de serviços.
2. Após a profunda crise que levou México e Argentina a nocaute e exigiu uma rápida intervenção de organismos financeiros internacionais apoiados por iniciativas do governo dos EUA, agora é a vez dos países asiáticos enfrentarem a ferocidade de uma economia de mercado que cada vez mais tem sua lógica determinada pelo capital especulativo.
3. A situação atual do Japão é exemplar. Com o sistema bancário atolado numa dívida de mais de 500 bilhões de dólares, sua economia encolheu 0,7% em 1997 (retração que não acontecia desde 1973) e, somente no primeiro trimestre deste ano já encolheu 1,3% em relação ao primeiro trimestre de 1997. As exportações caíram 3,8%, a produção industrial caiu 6% no período de abril de 1997 à abril de 1998, e o índice de desemprego já chega aos significativos 4,1%. Suspeita-se que o Japão já esteja enfrentando um processo deflacionário
4. Este cenário demonstra a vulnerabilidade das economias nacionais frente ao processo de globalização, na medida em que torna mais contundente e difuso o processo de transnacionalização do capital especulativo e produtivo. Por conseguinte, as empresas multinacionais e o capital financeiro tornam-se cada vez mais um fator político internacional que se sobrepõe aos estados nacionais, às organizações sindicais e sociais.
5. Já é nítida a percepção de que a formação dos blocos econômicos e a busca incessante de acordos de livre comércio são estratégias do capital internacional para abrir caminhos rumo a superação das barreiras nacionais decorrentes de políticas governamentais e pressões sociais. Neste sentido, já são inúmeros os acordos bilaterais que visam intensificar o processo de desregulamentação dos mercados nacionais, buscando a promoção e proteção de investimentos e acordos de livre comércio regionais (MERCOSUL, NAFTA, etc.) ou mesmo continental (ALCA), os quais visam, sobretudo, garantir o livre trânsito do capital, crescentemente mais especulativo do que produtivo, em qualquer região ou país do mundo sem ser questionado.
6. Neste sentido, a busca do governo dos EUA de promover uma Área de Livre Comércio das Américas – ALCA - até 2005, deve ser compreendida nesse contexto de liberalização e integração regional. que caracteriza o processo de globalização no continente americano, que representará um tiro de misericórdia na autonomia dos estados latino-americanos.
7. Outro exemplo significativo dessa estratégia é o MAI- Acordo Multilateral de Investimentos - que prevê toda liberdade de atuação para as multinacionais, com o aval dos governos, os quais ainda podem sofrer uma série de sanções e punições se tomarem qualquer medida que seja considerada nociva aos interesses dessas empresas.
8. Essa nova dinâmica do capital internacional coloca, para além das ameaças à soberania dos povos, a perspectiva de aprofundamento dos desequilíbrios sociais derivados de tais acordos, os quais não consideram os direitos de cidadania de jovens, mulheres e idosos. Por outro lado, afetam diretamente o conjunto dos trabalhadores se considerarmos que a

4º CONFUP

premissa mais importante para sua implantação é a desregulamentação dos mercados de trabalho, baseada na idéia da flexibilização e racionalização dos custos

9. Esses fatores macroeconômicos conjugados ao processo de reestruturação produtiva onde crescem os investimentos na modernização dos setores produtivos e de serviços, através da automação e das inovações tecnológicas no campo da gestão e organização do trabalho, traça para os próximos períodos um cenário extremamente complexo, exigindo das organizações sindicais dos trabalhadores no âmbito mundial muita mobilização e eficiência nos processos de pressão e negociações com os representantes dos governos nos fóruns institucionalizados internacionalmente.
10. Neste sentido, o bloqueio das negociações sobre o Acordo Multilateral de Investimentos, se coloca como uma das grandes conquistas do movimento sindical e social nos últimos períodos. Com uma forte pressão do movimento sindical e social dos EUA, o governo daquele país se viu obrigado a rever o calendário que queria impor para as negociações da ALCA. Mais de setecentas organizações de setenta países fizeram o mesmo em relação ao MAI. O sucesso dessa intervenção do movimento sindical e social somente foi possível porque houve grande capacidade para capitalizar as contradições presentes nos interesses dos governos que ditam as regras do jogo no processo de globalização e que são pressionados, também, Pelos interesses das grandes empresas transnacionais..
11. Estes fatos são indicadores de que a inserção de cada país no processo de globalização dependerá, essencialmente, de opções políticas e da capacidade dos setores democráticos e populares se articularem visando alterar a correlação de forças que atualmente favorece mais os defensores do livre mercado.
12. O movimento sindical, nos âmbitos nacional e internacional, já deram demonstrações que podem influir neste processo. Várias greves e mobilizações têm acontecido em países como França, EUA, Itália, Alemanha, Japão, Coréia,. entre outros, que formam o “coração” do capital internacional. O desafio é ampliar e fortalecer as alianças com os demais setores sociais que sofrem com os efeitos das investidas do capita! especulativo numa perspectiva de construir as bases para a formulação de políticas e acordos internacionais que garantam a qualidade de vida, a dignidade dos trabalhadores e a soberania dos povos.

Conjuntura nacional

13. O governo de FHC, mantido sob a égide neoliberal, configura-se num modelo exemplar de inserção subordinada do Brasil no “mundo moderno”, num contexto onde aprofunda-se a internacionalização da economia e os ataques aos direitos da cidadania, sendo o Plano Real sua maior condicionante.
14. Formado a partir de uma coalização de partidos conservadores e defensores do livre mercado, FHC colocou como prioridade desde o início de seu governo o combate a inflação. Para tanto, recorreu ao capital especulativo captando quantidades significativas de recursos, já que com a grande liquidez no mercado financeiro mundial o Brasil teve acesso facilitado.
15. Reside aí a vulnerabilidade do Plano Real. Ancorado no dólar e dependente do capital especulativo, sua estabilidade está diretamente ligada á política de juros e a capacidade do Estado de manter os compromissos assumidos junto aos organismos internacionais (FMI, BIIRD, etc.).
16. As bases dos compromissos assumidos por FHC, refletem-se na estratégia de enxugamento no tamanho do Estado, A política de reformas da previdência e administrativa, cujo mote foi o corte de direitos e demissão de pessoal, respectivamente é uma demonstração clara das opções políticas desse governo Conjuga-se à estes fatores, os processos de privatizações e a política de abertura da economia brasileira, as quais não têm, ao contrário da retórica governamental, gerado divisas para a superação dos sucessivos déficit's nas contas públicas e na balança comercial.
17. O que se tem percebido é que essa política mantida e defendida a “ferro e fogo” pelos agentes neoliberais “tupiniquins”, vem gerando uma expectativa negativa sobre o desempenho da economia no momento atual. No primeiro trimestre deste ano, a taxa negativa de 1,1% do PIB já demonstrou quadro de desaquecimento da atividade

4º CONFUP

econômica ocasionado pelas medidas contracionista que o governo teve que tomar no final de 1997, para proteger o Real de um ataque especulativo.

18. O caráter anti-social deste governo fica mais nítido ainda, quando não apresenta para a sociedade nenhum investimento em educação, saúde, moradia popular, etc. Ao contrário, os recursos do BNDES têm se voltado mais para financiar banqueiros e latifundiários “falidos”. Exemplo mais acabado de tal intento governamental foi o PROER, a partir do qual FHC injetou mais de .3,5 bilhões para financiar fusões de bancos.

Impactos no mercado de trabalho

19. Neste contexto cresce a deterioração do mercado de trabalho a qual reflete-se no índice de desemprego registrado no mês de abril pela PED/Sead, e o qual atingiu 18,9% somente na grande São Paulo, fator que está diretamente vinculado à produção industrial que teve uma queda de -1,36%. Por outro lado, o alto índice de inadimplência (20% em março deste ano) reflete-se também no faturamento real do comércio que no primeiro trimestre teve um recuo de 12,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.
20. Para além dos impactos dos fatores econômicos no mercado de trabalho, os ajustes estruturais ocasionados pelo processo da reestruturação produtiva também contribuem para o desenho de um cenário extremamente complexo e pessimista. Segundo dados da PED/Seade-Dieese, quanto à questão do desemprego, os resultados registram unia significativa média de 17,7%, considerando as principais regiões metropolitanas do país, com uma média de 7.61% obtido pela PME/IBGE.
21. Neste sentido, deve fortalecer (através de maior divulgação) e intensificar as iniciativas da CUT no que tange ao enfrentamento dessas questões. Para além de desenvolver projetos de pesquisa e formação sindical, em conjunto com os ramos e em parceria com entidades de pesquisa e universidades, visando formular propostas de política industrial sob a ótica dos trabalhadores e estratégias de ação sindical, criou o DISK.-DFSEMPREGO com o objetivo de fazer um diagnóstico mais preciso do perfil dos desempregados em todo o país e criar comissões de desempregados nos estados e municípios a fim de promover iniciativas que garantam os direitos de cidadania para os trabalhadores que diariamente vêm sendo excluídos do mercado de trabalho.

Impactos no cenário político

22. Para o governo de FHC está claro que os compromissos assumidos com os organismos internacionais e com a nova estratégia do capital financeiro e produtivo, ainda não foram cumpridos na sua totalidade. É preciso mais tempo para aprofundar a implantação das políticas entreguistas baseadas nos ideais do livre mercado. A reforma da previdência não foi concluída como o governo, neoliberal de FHC, esperava. As elites ainda não conseguiram construir um grande consenso em torno das reformas fiscal e tributária. Há setores importantes e estratégicos, como o das telecomunicações e do Petróleo, que ainda não foram privatizados. Há 30 mil servidores públicos que não foram demitidos. Há uns 3 milhões de aposentados “vagabundos” que ainda dependerão dos serviços de Previdência Social.
23. Como o maior problema desse governo é o do pouco tempo para acabar de afundar o parque industrial brasileiro, deixar milhares de cidadãos passando fome em consequência da falta de iniciativas governamentais contra a seca no nordeste, entregar o que resta de estratégico do patrimônio público nacional intensificando o programa de privatizações, precarizar ainda mais a saúde, a educação, as condições de vida da população e, isolar as lideranças sindicais e dos movimentos populares que lutam contra seus abusos e descasos, o mais importante é sua reeleição.
24. Para tanto, e preciso consolidar sua política de alianças com os partidos que sempre estiveram ao seu lado (PFL/PPB/ PTB/ setores do PMDB e adjacências) numa relação promíscua do “toma lá, dá cá” e fortalecer sua relação com os principais setores da mídia nacional que se colocam na condição de porta-vozes das grandes iniciativas do governo no período pré-eleitoral.
25. A partir dos péssimos resultados obtidos nas pesquisas realizadas nos meses de abril e maio, após as denúncias dos flagelados da seca, da intensificação dos conflitos entre o MST e latifundiários e das mobilizações dos trabalhadores contra a reforma da

4º CONFUP

previdência no dia 20 de maio (dia nacional de luta contra a política econômica de FHC e o desemprego), FHC flexibiliza alguns aspectos do Plano Real para amenizar esses impactos na sua popularidade.

26. No entanto, sabe-se que são medidas eleitoreiras que visam apenas recuperar uma posição confortável no quadro das pesquisas que afastem de vez o fantasma de uma frente de esquerda com reais possibilidades de vitória nas eleições de outubro. Não por acaso FHC, após a visita de uma delegação do FMI, em maio, a qual constatou desajustes nas contas públicas e exigiu medidas de emergência, o que significaria mais apertos na população, “ligou para Bill Clinton pedindo um fôlego contra essas pressões - até o final do período eleitoral.”(Reportagem da Revista Época de 22 de junho, pg.25) Portanto, é de se esperar que passado o período eleitoral com resultado favorável ao governo neoliberal de FHC, teremos novas medidas contracionistas, a fim de garantir os compromissos assumidos junto ao FMI, das quais resultará um cenário de aprofundamento do desemprego e da exclusão da maioria dos cidadãos brasileiros do mercado de trabalho.
27. Neste sentido, ganha uma grande relevância a construção da Frente Popular, constituída pelos tradicionais partidos de esquerda (PT, PC do B, PSB, PDT e PCB) dando uma nova perspectiva para o enfrentamento de projetos políticos extremamente diferentes nas próximas eleições. O grande desafio da Frente Popular é formular e apresentar com clareza para a sociedade um projeto de desenvolvimento sustentável que privilegia respostas eficazes para os graves problemas sociais que afligem a maioria da população.

Conjuntura setor petróleo

Breve histórico

28. 1953 - A Petrobrás é criada pela lei nº 2004. A campanha do “O Petróleo é Nosso” desenvolve-se antes e depois da criação da empresa
29. 1974 - A companhia faz prospecções no norte-fluminense e descobre petróleo na Bacia de Campos
30. 1981 - Os campos de Garoupa, Namorado, Anchova, Pampo e Badejo entram em operação, respondendo por 53% da produção de petróleo do país.
31. 1988 - A Assembléia Nacional Constituinte reafirma, no artigo 177 da Constituição, o monopólio da União na exploração, pesquisa, refino, importação e exportação de petróleo.
32. 1995 - O Congresso Nacional aprova a Emenda Constitucional nº 9 confirmando a União com detentora do monopólio, mas abre para empresas públicas e privadas a possibilidade de atuar no setor petróleo sob regime de concessão.
33. 1997 - O governo regulamenta a Emenda Constitucional nº 9 e abre o setor à iniciativa privada. É criada a Agência Nacional de Petróleo, responsável pela fiscalização e regulamentação d mercado, hoje dirigida por David Zylbersztain, genro de FHC.

Evolução produção e consumo de derivado		Evolução do nº empregado-BR	Ranking mundial das 15 maiores empresas		
Prod	Cons.	Nº empreg.	Empresa	País	
1988	577	1.144	59.210	1 -Aramco	A.Saudita
1989	617	1.160	60.028	2 - PDDVSA	Venezuela
1990	654	1.182	55.569	3 - Royal Dutch/SheJl	R.Unido/Hol
1991	647	1.194	53.857	4 -Nioc	Irã
1992	653	1.225	51.638	5 - Pemex	México
1993	668	1.263	51.228	6 -Exxon	EUA
1994	693	1.351	50.295	7 -Mobil	EUA
1995	715	1.454	46.226	8 - Pertamina	Indonésia
1996	809	1.546	43.468	9 -KPC	Kuwait

4° CONFUP

1997	869	1.680	40.000	10-BP	Reino Unido
				11 -Chevron	EUA
				12 - Sonatrach	Argélia
				13-Amoco	EUA
				14 -Texaco	EUA
				15 - PETROBRÁS	BRASIL

OBS:Aramco, PDVSA, Nioc, Pemex, KPC, Sonatrach são 100% estatal PETROBRÁS, 51% estatal

34. Dentro deste novo cenário, está colocado claramente a possibilidade da privatização da Petrobrás. Surge dentro da própria burocracia da empresa as primeiras manifestações públicas de venda da estatal, conforme afirmação do diretor Orlando Galvão Filho, para revista Época de 06 de julho/98. Paralelamente a esta situação de flexibilização do monopólio, foi implementado um intenso processo de mudanças e enxugamento de quadro de funcionários.
35. Já está sendo preparado o edital de venda de 31% do capital votante . Envolvendo uma operação de R\$ 6 bilhões de, à partir desta venda o Estado Brasileiro ficará com apenas 50,3% do total de ações com direito a voto. Ou seja, o suficiente para manter a obrigação legal de controle da empresa.
36. Contrariamente a esta lógica privatizante do governo FHC, o cenário mundial do setor petróleo continua fortemente controlado pelos estados nacionais, como apontado no quadro acima : 1 –Aramco, 2 PDVSA, 4 - Nioc, 5- Pemex, 8- Pertamina, 9- KPC, 12 – Sonatrach. Empresas com 100% do capital sob controle do Estado.
37. Em decorrência desta política de flexibilização do monopólio, já começa entrar multinacionais no setor, como a YPF, que comprou metade da refinaria de Manguinhos, no Rio de Janeiro, assumindo o controle da empresa, e já implementou um processo de enxugamento do quadro de funcionários, ao mesmo tempo se beneficiando da política de subsídios aos derivados mantido pela conta petróleo. Na Bacia de Campos, o governo para atender os interesses das multinacionais, reservou 48% das áreas de exploração, ou seja, elas terão garantido seus lucros, esta é a área petrolífera mais importante do país.
38. Para além disso, é necessário perceber que a disputa pelo controle do mercado de petróleo no mundo atual, vai para além da simples quebra de barreiras comerciais entre os países. Essencialmente o que está em jogo é a soberania dos POVOS e a disputa pela hegemonia no controle do setor. Reflexo disso, é preocupação do governo Clinton com a situação da Nigéria. Em reportagem publicada no Estado de São Paulo de 10 de julho de 1998, seus representantes deixam claro que o que importa, para além do restabelecimento da ordem naquele país, são os interesses do governo dos EUA, pressionado pelas companhias Texaco, Chevron e Mobil, em manter as relações comerciais, na medida em que a Nigéria fornece 10% do Petróleo “sweet crude” de alta qualidade e preço muito elevado. O comércio anual entre os dois países chega a mais de US\$ 6 bilhões, a maioria dos quais em petróleo, e as companhias americanas têm um total de US\$ 7 bilhões investidos no país, com um acréscimo recente de US\$ 3 bilhões.
39. Por outro lado, o governo mexicano anunciou um corte de US\$ 730 milhões no orçamento fiscal deste ano, impondo mais uma vez a política de “apertar os cintos”, para a população tudo em nome da manutenção da estabilidade. Esse corte no orçamento, segundo agentes do governo, equivale a uma nova estimativa de queda na cotação do petróleo exportado durante o resto do ano. As áreas que sofrerão maiores impactos com este corte são saúde, educação, assistência aos pobres, segurança e justiça, para além do próprio setor que sofrerá uma redução de US\$ 280 milhões, que seriam investidos na estatal Pemex.
40. Portanto, dá para perceber que o petróleo desempenha um papel fundamental no desenvolvimento dos países e, como é o caso de México, tem um impacto significativo nos investimentos das políticas sociais.

4º CONFUP

41. Neste sentido, devemos continuar defendendo a PETROBRÁS COMO UMA EMPRESA PÚBLICA, com uma função social estratégica no desenvolvimento do país. Temos que continuar desmascarando o governo de FHC, no que diz respeito a sua estratégia de desmantelamento da empresa e na entrega diária estratégicas para a exploração de petróleo.
42. Hoje contamos com um quadro de pessoal que é retrato das políticas de ajustes e racionalização posta em curso na empresa. Somos 120 mil terceirizados; 41 mil aposentados e 39 mil trabalhadores na ativa. Coloca-se para nós, neste cenário, a necessidade premente de darmos passos concretos rumo ao sindicato do setor petróleo na perspectiva de fortalecermos nossa organização e ação sindical.
43. Para tanto, precisamos estimular os processos de unificação nos estados e investir na estratégia de constituir fóruns alternativos de articulação com outros setores da sociedade civil a fim de estabelecermos um acompanhamento e uma fiscalização eficaz e eficiente das ações da ANP. A experiência dos trabalhadores urbanitários deve servir de referência e ponto de partida para nossas intervenções neste campo.

Sindicalismo

44. As mudanças introduzidas na economia brasileira, à partir da década de 90, e com maior velocidade à partir de 94 com a implementações do Plano Real, proporcionaram grandes transformações, que provocaram impactos bastantes negativos para o conjunto da classe trabalhadora do país: o aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais, aumento do desemprego e precarização das condições e relações de trabalho.
45. Esses impactos negativos do Plano Real sobre a estrutura do mundo do trabalho, estão diretamente relacionadas com a natureza da política concebida à partir do mesmo padrão dos programas de estabilização e ajuste aplicado em todos os países da América Latina, à partir dos anos 80, inspirado no ideário neoliberal, indissociável da agenda proposta pelo chamado consenso de Washington: abertura comercial completa, desregulamentação geral da economia, contenção do crescimento econômico, Estado Mínimo, flexibilização dos direitos dos trabalhadores, orientação para valores absolutos do mercado.
46. Aliado a esse receituário, ainda temos o processo de ofensiva ideológica da inevitabilidade das “reformas”, “modernização” da economia e privatização das nossas empresas estatais.
47. Frente a esta ofensiva conservadora liberalizante, as perspectivas para os trabalhadores são bastante sombrias. Perdemos mais de 40% dos postos de trabalho nos últimos anos. Ao mesmo tempo, neste mesmo período assistimos a um avassalador crescimento da economia informal. Ganha força o discurso da qualificação profissional e multifuncionalidade, com impacto direto nas condições de trabalho, levando sua precarização e sobrecarga de trabalho, para os que ainda se mantém empregados.
48. A organização sindical está sendo duramente golpeada. Todos os sindicatos estão sofrendo na carne a redução brutal de números de trabalhadores nas suas bases, debilitando ainda mais nossa capacidade de implementarmos mobilizações, tanto no setor formal, bem como de incorporar esse enorme contingente de trabalhadores da economia informal.
49. Frente a estas mudanças, que alteraram profundamente o quadro político e econômico do país, colocando novos desafios para o movimento sindical brasileiro, entendemos ser necessário uma ampla discussão junto aos trabalhadores, aprofundando o debate sobre o futuro das nossas atuais organizações sindicais, apontando a necessidade de elaborarmos propostas alternativas para enfrentarmos essa política neoliberal.

Desta forma apresentamos as seguintes propostas:

50. Sindicato orgânico da CUT

No último Confup, apresentamos essa proposta por entender que é uma das formas para fortalecer o movimento sindical, para enfrentarmos esse projeto neoliberal. No entanto entendemos que ainda é uma proposta polêmica. Assim, propomos continuar o debate junto

4º CONFUP

a categoria sobre a viabilidade de sua implementação, convocando uma plenária nacional com o tema: **o futuro do movimento sindical**.

51. Ramo Químico

Entendemos que a construção do ramo químico já é uma decisão aprovada em outros congressos nacionais da categoria, portanto defendemos sua implementação. Neste último congresso da CNQ, contamos com a presença de delegados petroleiros eleitos por vários sindicatos. Elegemos seis companheiros petroleiros para compor a direção da entidade.

52. Unificação dos sindicatos do setor petróleo/ Petroquímicos

Defendemos a unificação dos nossos sindicatos, como já está em ocorrendo em alguns estados como em Sergipe (Sindipetro e Sindiquímica), Bahia (SUP e Sindiquímica), em São Paulo com os cinco sindicatos do estado, como Rio Grande do Sul (Sindipetro/Sindipolo), como no Rio de Janeiro já unificado (Sindipetro e Sindipet)

Nossa proposta é que esse debate sobre unificação por estado continue.

53. FUP X CNQ

Entendemos a importância política da FUP, sua representatividade junto a categoria, portanto propomos o seu fortalecimento enquanto organização do setor petróleo, para enfrentarmos os ataques aos direitos dos trabalhadores da ativa e aposentados, enfrentar os ataques do governo e das multinacionais do petróleo, com vista a desregulamentação do setor. No entanto, entendemos a importância do fortalecimento do Ramo Químico. Estamos propondo o fortalecimento desta discussão junto a categoria.

54. Estatuto da FUP

Propomos também, algumas alterações no estatuto da FUP, que poderiam ser implementadas já neste próximo mandato como:

Aumentar de 11 para 13 o número de diretores

Aumentar de 6 para 7 o número de secretarias - com a criação da Secretaria de Empreiteiras, e a transformação da Secretaria de Aposentados e Políticas Sociais em Secretaria de Aposentados/Petros e Previdência, ficando a direção da FUP com a seguinte constituição

- 1 Secretaria de Coordenação Geral
- 2 Secretaria de Finanças
- 2 Secretaria de Imprensa e Comunicação
- 2 Secretaria de Política Sindical e de Formação
- 1 Secretaria de Aposentados, Petros e Previdência (obs. 1)
- 3 Secretaria de Saúde, Tecnologia e Meio Ambiente
- 2 Secretaria de Assuntos Jurídicos
- 1 Secretaria de Empreiteiras

(Obs. 1) O Companheiro Aposentado eleito num fórum específico de Aposentados, conforme ARTIGO 25/VII dos Estatutos da FUP, integrará a nova Secretaria de Aposentados, Petros e Previdência.

55. Com relação a proposta de alteração do Capítulo III, artigo 14, parágrafo primeiro, que estabelece a proporcionalidade de delegados eleitos pelos sindicatos para participarem das instâncias da FUP, estamos propondo que este ponto seja discutido em uma plenária estatutária especificamente chamada para tal, e referendadas no próximo congresso nacional. Entendemos que atualmente essa proporcionalidade apresenta distorções, no entanto, esse debate deve estar colado também a representatividade política de todos os sindicatos.

4º CONFUP

56. Esperança de futuro na candidatura Lula-Presidente

Em 1989 os trabalhadores brasileiros e o movimento sindical viram escapar a possibilidade concreta de eleger um operário Presidente da República, com isso, modificar as estruturas de poder no país comandadas pela mesma elite dominante há centenas de anos. Chegamos quase lá. Foi um momento único da nossa história. De lá para cá, entretanto, apesar da resistência e da luta estamos acumulando uma sucessão de batalhas perdidas.

57. A criação da CIJT e do Partido dos Trabalhadores, aliado a resistência dos demais partidos de esquerda, no início da década de 80, retardou a aplicação no Brasil do projeto neoliberal, política já em andamento no Chile, no México e nos demais países da América Latina.
58. Com a derrota em 89 e depois em 94, Fernando Collor de Mello e agora Fernando Henrique Cardoso, aceleraram a adoção do receituário neoliberal, mesmo confrontados com o fracasso visível deste modelo nas economias latino-americanas.
59. Fernando Henrique Cardoso mudou a Constituição e quebrou os monopólios públicos no setor petróleo e telecomunicações, abriu as importações, sucateou parte da indústria nacional, causou desemprego e recessão, não investiu em políticas sociais, privatizou nossas estatais, tornou o país refém do capital especulativo, tudo em nome de uma falsa estabilidade da moeda.
60. A elite brasileira, por sua vez, encontra-se no governo representada pelo PFL, PPB, até mesmo pelo PSDB, relegado a mero coadjuvante. Base de sustentação política de FHC garante que centenas de milhares continuem se locupletando da máquina pública e que a classe dominante continue vendo os projetos de seu interesse serem aprovados
61. Não é difícil comprovar que o governo FHC não é um governo para trabalhadores. É o governo que aposta na reforma da previdência, que inviabiliza a aposentadoria dos mais humildes, mas que abre o filão da classe média para os grupos privados. É o governo do contrato temporário trabalho e da retirada dos direitos dos trabalhadores. É o governo que modificou a Constituição para obter o direito à reeleição para continuar com sua política excludente.
62. Tudo isso o movimento sindical esclareceu aos trabalhadores de sua base desde a posse de FHC. Tudo isso pode ser reforçado agora, às vésperas da campanha presidencial, não só às categorias organizadas, mas à grande massa de trabalhadores de país, que está sentindo na pele os efeitos da política adotada por esse governo.

Outro modelo, novas esperanças

63. Está muito claro que a alternativa a esse modelo é a vitória da candidatura da frente dos partidos de oposição, liderada pelo ex-sindicalista, Luiz Inácio Lula da Silva, um dos fundadores da CUT e do PT. Como em 89, LULA apareceu com chances reais de fazer frente à candidatura conservadora. Hoje sua ascensão nas pesquisas, principalmente nos grandes centros urbanos, indica a possibilidade de vitória.
64. E aqui, chegamos ao ponto central da discussão. Como deve se dar a participação do movimento sindical e da categoria nesta disputa?
65. Para nós, militantes da Articulação Sindical dos Petroleiros, não há dúvidas: o engajamento campanha LULA-PRESIDENTE deve ser amplo e irrestrito.
66. Trata-se de um momento crucial para a classe trabalhadora. Estão em jogo projetos diferentes que vão definir o futuro do país. A categoria, esclarecida e organizada, sabe que o resultado da eleição influenciará diretamente na sua vida, como cidadão e como trabalhador.
67. Estamos às vésperas de um novo milênio. Que país e que futuro queremos? Vamos continuar nesta batalha insana contra a direita no poder, acumulando pequenas vitórias e derrotas globais, vamos participar ativamente da construção de um país mais justo e solidário? A história bate à nossa porta, não é hora de vacilar. A luta, companheiros.
68. Para realizar o engajamento dos petroleiros na campanha de LULA aprovamos neste congresso:
 - a) Criação do Comitê Estadual e regionais de sindicalistas e militantes petroleiros pró-LULA.

4º CONFUP

- b) Indicativo para o 4º CONFUP a organização de tais Comitês no Brasil todo.
- c) Indicativo para o 4º CONFUP uma campanha de finanças para ajudarmos a bancar a eleição LULA-PRESIDENTE.
- d) Publicar nos nossos jornais e boletins os dois projetos políticos de LULA e FHC.
- e) Solicitar uma carta do companheiro LULA aos companheiros do setor do petróleo.
- f) Realizar uma consulta com a categoria sobre as eleições.

Proposta

Que seja aprovado no 4º CONFUP, a organização de comitês regionais

Que seja aprovado no 4º CONFUP, uma campanha de finanças para ajudarmos a bancar a eleição do LULA-PRESIDENTE.

Balanço da Campanha Reivindicatória 97/98

O 3º CONFUP

- 69. Não há dúvidas em afirmar que a campanha reivindicatória 97/98, entre as ocorridas no governo FHC, foi a mais difícil. Além da influência, ainda presente na categoria, dos desdobramentos da histórica e heróica greve de maio/95, chegamos ao 3º CONFUP com a categoria sob o impacto do aprofundamento das reformas neoliberais, incluindo a escandalosa aprovação da reeleição, e o rolo compressor usado pelo governo no Congresso para a aprovação da (des)regulamentação do setor petróleo. Também sabíamos, do alinhamento da direção da Petrobrás com a política do governo de aprofundar a precarização das relações de trabalho. O SEREC já no final da campanha de 96/97, afirmava que adequaria o Acordo Coletivo ao ‘Pacote de Outubro’ (Resolução do CCE de n.º 009 de out/96) que reduzia direitos trabalhistas ao mínimo fixado em lei.
- 70. De outro lado, estávamos próximos de nova campanha reivindicatória sem conseguir resolver o problema da intervenção nos Sindicatos/FUP, barrar a implantação do GDP, arrancar o pagamento da PLR e principalmente fazer o SEREC recuar, em junho/97, da sua decisão de tirar direitos dos aposentados na AMS, desrespeitando o Acordo Coletivo.
- 71. Apesar dessa conjuntura e dos vários problemas de estrutura e finanças, conseguimos realizar o 3º CONFUP, nos dias 13, 14 e 15/jun/97, em Nova Friburgo/RJ, transformando a abertura do Congresso em um grande ato político contra o governo FHC e a intervenção nos Sindicatos, reunindo variadas organizações que lutam contra o neoliberalismo.
- 72. Durante os debates ficou mais uma vez cristalizada a premissa de que nenhuma categoria, isoladamente, seria capaz de enfrentar a política do governo de arrocho salarial e de retirada de conquistas trabalhistas. Portanto, o 3º CONFUP propôs a construção de uma campanha unificada das categorias em data-base no segundo semestre. Participamos inclusive, na segunda quinzena de junho, de um seminário na CNQ/CUT com categorias do ramo químico, porém, efetivamente, não conseguimos concretizar uma campanha reivindicatória unitária.
- 73. Como principais eixos da campanha, o 3º CONFUP, acertadamente, reafirma nossa luta histórica pela reintegração de demitidos e garantia no emprego. Mas, por outro lado, apesar de todas as avaliações apontarem para uma campanha das mais duras, deliberamos em tirar uma pauta descolada da conjuntura, apresentando novamente reivindicações desde passivos trabalhistas de planos econômicos até novidades como o adicional de penosidade (novidade trazida pela Constituição de 88 que até hoje não foi regulamentado).

4º CONFUP

A campanha reivindicatória

74. Começamos bem nossa jornada em busca do Acordo. Em dia marcado por mobilizações nacionais convocadas pela CUT e MST (25/jul), protocolamos a nossa Pauta de Reivindicações. A categoria, atendendo ao indicativo da FUP, participou massivamente da mobilização, aliando nossas reivindicações aos protestos contra a política do governo FHC, concentrando-se na entrada dos órgãos e atrasando a entrada do expediente. A partir daí foram só dificuldades.
75. Entregamos nossas reivindicações com antecedência, mas a Petrobrás em total desrespeito a FUP e Sindicatos e, principalmente aos seus trabalhadores, só respondeu em 17 de setembro (52 dias depois). Para ganhar tempo, em 29/ago prorrogou unilateralmente o Acordo Coletivo, ressaltando porém, que para os empregados contratados a partir de 1º/ago, impunha o “pacote de out/96”. Antes disso, no dia 27/ago, a empresa já tinha reunido as chefias do Grupo 1 para mostrar-lhes a contraproposta da empresa, com o intuito de instrumentalizá-los no convencimento junto a categoria.
76. Face a postura da empresa em não responder as nossas reivindicações, a Federação convocou o Conselho Consultivo para 13/set, que indicou um calendário de mobilizações, passando por Assembléias Nacionais (19/set), um Dia Nacional de Luta (26/set), seminários de qualificação de greve e empreiteiras, e convocação de uma Plenária Nacional.
77. Coincidência ou não, a empresa apresenta sua primeira contraproposta no dia 16/set. Evidentemente que a política da empresa estava em sintonia fina com o governo neoliberal de FHC. Conforme esperado, trouxe o receituário do “Pacote de Out/96” para empregados novos, rebaixou direitos na MAS, manteve sua política de arrocho salarial, e principalmente, prejudicou os companheiros aposentados com um aumento na contribuição da AMS e excluindo-os do abono salarial, travestido de “Participação nos Resultados”. Deixou ainda de fora os eixos tirados pela categoria: reintegração dos demitidos e a garantia no emprego.
78. Na seqüência, muitas foram as reuniões de negociações sem avanços significativos, passando pela rejeição de duas contrapropostas (16/set e 16/out) e a ameaça da Petrobrás em implementar uma proposta unilateral em 1º/nov com cortes e reduções de direitos já apresentados: a retirada da proposta de reposição salarial (3%); nenhuma cláusula de garantia no emprego; o pagamento de um abono (até então condicionado a assinatura de Acordo) e a retirada de todo o capítulo de relações sindicais.
79. Associada à sua intenção de implementar uma proposta unilateral, a exemplo do que fez na campanha de 95, a empresa criou um mecanismo de adesão individual para implementar as mudanças na AMS, buscando evitar ações judiciais e ameaçando os empregados/aposentados que não aderissem com um aumento de contribuição na AMS de 50%, conforme previsto no “pacote de outubro/96”. Essa jogada da empresa deixou em xeque o movimento sindical.
80. Sem perspectiva de avanços na mesa de negociação, realizamos nos dias 18 e 19/nov uma Plenária Nacional da categoria, que indicou pontos básicos para o fechamento de acordo e deliberou pela paralisação nacional de 24 horas em 06/nov. Nesse dia, conforme estratégia discutida, representantes e militantes da CUT, MST, UNE e Sindicatos juntaram-se a mobilização da categoria.
81. O balanço do dia 06/nov apontou a realização de paralisações, atrasos e protestos em praticamente todas as bases, mas, efetivamente, somente as bases de Campinas, D.Caxias e Manaus conseguiram realizar o indicativo da Plenária Nacional. Mas foi o suficiente para a empresa voltar à mesa de negociação.
82. Um novo Conselho Consultivo reunido em 08/nov apontou estratégias para a retomada das negociações, que culminou com a apresentação em 26/nov de uma terceira contraproposta, contemplando, em relação à segunda, pequenos avanços na AMS, a retirada da proposta de flexibilização da jornada de trabalho e do banco de horas, a retirada da explicitação da redução de direitos para os novos e uma cláusula que assegurava a não rotatividade de pessoal.
83. Não tendo mais como avançar nas negociações e nas mobilizações, a Federação, não fugindo de suas responsabilidades e avaliando o melhor para a categoria, indicou a realização de assembléias nacionais entre os dias 09 e 12/dez. orientando a assinatura do Acordo Coletivo.

4º CONFUP

84. esou na sua decisão os seguintes pontos: 1) dificuldades concretas de mobilização da categoria, espelhada principalmente na resposta das bases para o indicativo de greve de 24 horas 2) a vulnerabilidade da categoria à pressão das chefias sem um acordo que minimamente garantisse direitos, 3) ficar sem acordo não impediria a aplicação do “pacote do CCE” para os novos empregados, 4) a possibilidade de rotatividade de pessoal, impedida pela cláusula 61 negociada; 5) a avaliação de todas as direções sindicais de que dificilmente impediríamos os companheiros da ativa aposentados de pactuarem individualmente o acordo da AMS; e, 6) ficar sem nenhum instrumento normativo ou legal que dificultasse demissões arbitrárias, por excedente de efetivo ou adoção de novas tecnologias. O indicativo foi aprovado em praticamente todo o país, sendo rejeitado pelas bases do R.Janeiro, Pará, Bahia e Alagoas/Sergipe, que mais tarde reavaliaram suas decisões, assinando posteriormente o Acordo.
85. Sobre os indicativos da Federação, motivo de críticas de alguns dirigentes sindicais nas duas últimas campanha, precisa-se salientar que o seu papel é como o próprio nome diz de sinalizador e balizador das decisões que soberanamente as assembléias deliberam. Os sindicatos são livres e autônomos para discordarem deles, não existindo nos estatutos da Federação nenhum mecanismo que centralize os sindicatos. E preciso ficar claro que a Federação não substitui o sindicato na assinatura de qualquer Acordo Coletivo.

Desafios que se apresentam

86. Nunca os trabalhadores petroleiros passaram por conjuntura tão adversa como a que estamos enfrentando nesse momento. O governo FHC, e a ameaça concreta de sua continuidade, impõe ao país a política neoliberal de desmantelamento do patrimônio público, de ataque aos direitos dos trabalhadores, ataque a organização sindical, desmonte da previdência social e dos fundos de pensão de previdência fechada, entre outras políticas prejudiciais ao país e principalmente à classe trabalhadora.
87. No setor petróleo, depois da flexibilização do monopólio e conseqüente regulamentação, ocorrida durante nossa campanha, apresenta-se como desafio fundamental para a organização de todos os trabalhadores do nosso setor. O aprofundamento da terceirização, a entrada de novas empresas no cenário (como a YPF), a política de enxugamento dos quadros das empresas (somos hoje menos de 40 mil trabalhadores) e a ameaça de transferência de mão de obra especializada da Petrobrás para a iniciativa privada, colocam-se dentro das preocupações que o movimento sindical tem a enfrentar.
88. Face a esse quadro algumas reflexões devem ser consideradas, como: levantando quais bandeiras será possível organizar os trabalhadores? A questão econômica, apesar do arrocho salarial, deixou de ser uma força motriz para os trabalhadores. Os sindicatos não estão conseguindo dar respostas às questões imediatas e a preocupação com a perda do emprego passou a ser um fantasma na Petrobrás, aliás um fantasma que sempre existiu junto aos companheiros na iniciativa privada.
89. Temos uma categoria que foi dividida em ativos e aposentados num período muito curto. Somente nos últimos anos 5 anos foram quase 20 mil companheiros que se desligaram da empresa. Temos hoje na categoria mais aposentados do que ativos. De certa forma a maioria, quer ativa ou aposentados, organizados em torno dos sindicatos. Com essa realidade, ganha cada vez mais importância as questões relacionadas com a AMS e a PETROS.
90. Um outro desafio sempre vencido pela categoria é a reintegração dos demitidos por movimentos reivindicatórios. Não temos dúvidas de que venceremos mais uma vez, porém, sabemos que será uma das mais duras lutas a serem implementadas Essas questões merecem comentários e propostas:
91. **Aposentados:** Urge a necessidade da Federação e Sindicatos implementarem e priorizarem políticas concretas na organização dos companheiros aposentados a fim de garantir-lhes os seus direitos. Sabemos que a empresa tentará alijá-los de sua relação institucional. Contará para isso, com entidades desligadas das lutas sindicais, usando-as cada vez mais como prestadoras de serviços, a exemplo do que já ocorre na assistência médica.
92. Precisamos barrar a política da Petrobrás de discriminação salarial em relação aos companheiros aposentados. Primeiro, lutando por reposições salariais que

4º CONFUP

recomponham o poder de compra dos seus proventos; em segundo lugar, combater sua política de salários composta por remuneração variável na qual utiliza-se de abonos disfarçados de PLR, que além de serem ilusórios e não incorporarem aos salários, não são estendidos a esses companheiros, e finalmente em terceiro, di inuir os gastos com a AMS através da igualdade de contribuição dos companheiros da ativa. Eliminar essa discriminação deve ser considerada pelo movimento sindical com um dos pontos de honra de nossa próxima campanha.

93. **Reintegração dos demitidos:** *Apesar das dificuldades já apontadas, deve ser essa uma das principais metas da Federação e Sindicatos.* Já temos de volta à empresa vários companheiros em razão de vitórias na justiça, como no Paraná e São José dos Campos; outras vitórias em Alagoas/Sergipe e Bahia ainda não se concretizaram em retorno dos companheiros, mas estão próximas Valeu a iniciativa da direção do SUP/BA que através de articulações políticas/jurídicas bem sucedidas no estado reintegraram companheiros aposentáveis através de acordos na justiça.
94. “Não haverá paz enquanto houver demitidos”, e a Federação deve priorizar essa reivindicação na campanha próxima.
95. Devemos dar atenção no âmbito institucional à aprovação do projeto de lei de anistia que se encontra na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, onde recebeu parecer favorável do relator, utilizando-se do Documento Compromisso assinado por vários líderes de partidos político ao final da greve de maio/95, de revisão da demissões.
96. É fundamental também, em razão das mudanças que vem ocorrendo no mundo do trabalho e conseqüente queda nas receitas sindicais repensar uma nova política financeira de sustentação do companheiros demitidos por motivos políticos e/ou reivindicatórios. E necessária uma discussão ética e sem paixão, política e madura, para que possamos preservar a militância e as entidades sindicais.
97. **PETROS:** Como a proposta do governo é de desmonte dos fundos de previdência fechados entregando-os aos fundos de previdência privada dos grandes conglomerados financeiros, *é preciso mais do que nunca que o movimento sindical dê atenção especial a essa questão.*
98. Existe hoje na categoria um movimento para a saída em massa da Fundação. Contribui para isso as dificuldades salariais, a legislação que além de impedir a aposentadoria complementada pela Fundação antes dos 53 anos, limita um teto relativamente pequeno para sua suplementação. Fora a declarações de autoridades governamentais que vivem dizendo que a PETROS vai quebrar. É preciso mostrar a categoria que a nossa Fundação ainda é a melhor alternativa para quem deseja um futuro mais tranquilo para sua família.
99. Precisamos sim é lutar para conquistar participação efetiva na gestão da Fundação, acabando com as indicações por apadrinhamento político, que tem gerado maus negócios e escândalos na aplicações financeiras. A CPI mostrou isso. *A questão da paridade na gestão deve continuar a se uma das prioridades na pauta da próxima campanha.*
100. Coube à Federação, com competência, a partir das denúncias de escândalos trazidos pela CP dos Precatórios, propor ao relator daquela CPI que incluísse em seu relatório proposta de projeto de lei contemplando a paridade na gestão dos fundos de previdência fechados. O Senador Roberto Requião, relator da CPI, aceitou a sugestão e solicitou que a Federação apresentasse uma proposta que foi feita e acatada em seu relatório, que foi aprovada no Senado e atualmente aguarda votação na Câmara dos Deputados.
101. Como essa questão é de interesse de todos os fundos de pensão fechados, precisamos nos articular com outras categorias para que tenhamos novo êxito na sua aprovação.

Propostas

102. Em face do balanço e das considerações acima, algumas questões devem merecer atenção especial do 4º CONFUP:

4º CONFUP

- Essa campanha se reveste de importância em razão de ser um ano de Eleições Gerais. É preciso que a categoria, além da mobilização para a campanha reivindicatória, se mobilize com maior vigor pela eleição de LULA Presidente e de parlamentares comprometidos com os interesses da classe trabalhadora e do país.
- Devemos elencar como prioridades da campanha: a) Uma política salarial que recomponha o poder de compra dos companheiros da ativa e dos aposentados; b) A reintegração dos demitidos; c) A igualdade de direitos na AMS entre companheiros da ativa e aposentados, e entre novos e antigos; d) A paridade na gestão da PETROS, e) Segurança no emprego.
- Buscar, junto à CUT, o máximo possível de unificação das ações e encaminhamentos das campanhas com data-base no período: petroleiros, bancários, petroquímicos, etc.

TESE 4

Stiep/ES

Conjuntura internacional

1. A conjuntura internacional está marcada pela decadência do sistema capitalista, antítese da era de prosperidade vivida nas primeiras décadas do pós-guerra. e se desenvolve tendo como características principais a globalização, o neoliberalismo e o desenvolvimento tecnológico. Configura-se uma situação crítica caracterizada por taxas de crescimento econômico declinantes e elevados níveis de desemprego em quase todos os países onde predomina a economia de mercado. Ao mesmo tempo, combinada à crise econômica, verificam-se os desdobramentos do declínio da liderança econômica norte-americana no mundo capitalista, fenômeno decorrente do desenvolvimento desigual, que solapa as bases da ordem internacional formalizada nos acordos de Bretton Woods e acirra os conflitos entre as grandes potências. O resultado é o acirramento da competição econômica, a eliminação das funções sociais do Estado e uma brutal exclusão social.

A crise do capitalismo e a globalização da economia

A crise do capital

2. A crise do sistema capitalista, decorrente de vários fatores, tem suas raízes mais expostas na sua crescente estagnação, pois, apesar da necessidade que a humanidade tem de mais produção de bens de serviço, bens materiais, alimentos e utensílios para atender as suas necessidades básicas, o sistema já não consegue envolver o conjunto dos trabalhadores no processo produtivo. O grande desenvolvimento alcançado no campo tecnológico tem implicado no aumento do número de excluídos, marginalizados e, de pessoas sem nenhuma perspectiva. A cada dia recursos que poderiam ser aplicados em projetos de desenvolvimento, são desviados para a especulação nas bolsas de valores, atraídos pela facilidade de ganhar dinheiro sem os riscos da produção, através das altas taxas de juros oferecidas, principalmente nos países periféricos.
3. A crise econômica manifesta-se através do progressivo declínio das taxas de crescimento, fenômeno que afeta indistintamente os países capitalistas, em particular os mais desenvolvidos. Este declínio, observado desde 70 e acentuando-se nas décadas de 80 e 90, traduz uma tendência à estagnação. Nos anos 60 a taxa de crescimento médio anual do PIB dos países capitalistas mais desenvolvidos foi de 5%, nos anos 70 caiu para 3%, despencou para 2,8% na década de 80 e situa-se em torno de 2% na atual década. Durante as crises de 1974/76, 1982/84 e 1990/93 já se configuram crises mais longas e de recuperação mais lenta e acidentada. Em fins de 1997 e começo de 1998, o mundo financeiro foi abalado pela quebradeira geral dos chamados “tigres asiáticos”.

4º CONFUP

4. A tendência à queda nas taxas médias de lucros é provocada pela larga utilização das máquinas em detrimento do trabalho humano, fator que impulsiona a produtividade e a competição entre as empresas. O resultado é uma super concentração de capitais através de fusões e aquisições de empresas originando grandes oligopólios transnacionais que chegam a controlar o poder político do Estado nos países periféricos e centrais.
5. Os efeitos da crise têm repercussão mundial e tornam-se mais devastadoras na medida em que passam a condicionar as políticas governamentais na maioria dos países. Nos países do Terceiro Mundo este processo é facilitado e impulsionado pela implementação do neoliberalismo.

A globalização da economia

6. A globalização econômica é a internacionalização da economia, a integração dos mercados, das comunicações e dos transportes em escala mundial. Reflete o grau de desenvolvimento da luta de classes e das forças produtivas. A sua intensificação é, também, consequência do resultado da guerra fria entre capitalismo e o comunismo.
7. Com o fim da bipolarização e a derrota das experiências socialistas, o capitalismo se apresenta para os povos como a única e possível alternativa para conduzir e solucionar os graves problemas que afligem a humanidade ou pelo menos a grande maioria dos povos. Dirigindo todo o processo político da era global os capitalistas, através do neoliberalismo, buscam de todas as formas, alternativas para acumular mais e mais enormes somas de dinheiro e poder.
8. A globalização exige e impõe mecanismos econômicos e geopolíticos com bases e regras de mão única para favorecer o capital. Os sete países mais ricos do planeta - em que pese suas contradições - estão com suas posições definidas, cabendo aos demais países periféricos acompanharem essa nova ordem mundial, NAFTA com os EUA a frente de Canadá e México; União Européia(EU) capitaneada pela Alemanha; a APEC formada pelos tigres asiáticos liderados pelo Japão. O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) formado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Todos os blocos guardadas as devidas proporções, estão submetidos a crises intensas e disputas regionais cada vez mais acentuadas.
9. Mas, apesar de todas essas diferenças a globalização avança. Muito embora que suas ações se resumam apenas aos próprios e regressivos interesses da grande burguesia, não se pode deixar de reconhecer esse movimento.
10. O alto grau de desenvolvimento científico-tecnológico, permite ao grande capital financeiro e industrial submeter o mundo aos seus objetivos de aproveitar, nos diferentes mercados, as melhores taxas de juros capazes de melhor remunerá-lo. Para multiplicar-se, o capital, já não precisa passar pela produção. Basta o domínio tecnocientífico.
11. Diante dessa situação as forças produtivas do trabalho, subjugadas pelo deus capital e pela força tecnológica e suas conveniências, mergulham numa viagem de retorno ao passado de escravidão e subserviência. O interesse dos capitalistas de elevar a produtividade para recuperar as taxas de lucros vai de encontro aos anseios cosmopolitas da humanidade.

A ofensiva neoliberal

12. A crise atual do capitalismo coloca como alternativa para a burguesia, a implantação do neoliberalismo em todo o mundo, principalmente nos países periféricos e dependentes. Para estes a imposição do neoliberalismo tem efeitos perversos sobre a economia nacional, uma vez que as regras “liberalizantes” são impostas sem reciprocidade e as condições de competição e comércio são desiguais. A abertura se traduz em maior endividamento e desnacionalização, agravando a dependência, a espoliação estrangeira e a miséria.
13. A busca de elevação das taxas de lucros por parte das multinacionais (em última instância constitui a essência do neoliberalismo) dá-se através de um plano deliberado de arrocho dos salários, associado à degradação das condições de trabalho, eliminação de direitos e destruição dos serviços públicos. A desigualdade entre classes sociais torna-se ainda mais escandalosa.

4º CONFUP

14. Na medida em que se realiza, o projeto neoliberal, opera uma nova divisão internacional do trabalho e promove uma expressiva mudança nas políticas definidas e desenvolvidas pelos Estados nacionais, que revelem uma subordinação mais complexa aos interesses do capital, em especial o capital financeiro – e se prestam menos à ficar de árbitro e amortecedor dos conflitos de classes como foi constituído com o chamado Estado de Bem Estar Social – *Welfare State*.

O acirramento da luta de classes

15. Como seria de se esperar, a ofensiva das classes dominantes acirra a contradição entre capital e trabalho, elevando a temperatura da luta de classes. Este é o resultado mais notável e significativo na atual conjuntura. Entre os sinais de resistência e luta, destaca-se a greve de 24 dias do proletariado francês, combatendo a reforma reacionária da Previdência. Desde então as evidências de acirramento do conflito entre capital e trabalho se multiplicaram em todo o mundo.
16. Somam neste mesmo sentido, manifestações gigantes na Alemanha e em vários países europeus contra o desmanche do Estado de Bem Estar Social e contra o desemprego (ainda na França a vitoriosa greve dos caminhoneiros, que paralisaram o país e conquistaram redução da jornada de trabalho e do tempo de serviço para aposentadoria, além de aumento salarial), greves, distúrbios e até deposição de presidente na América Latina (Equador, Argentina, Bolívia), além das greves gigantescas que ocorrem na Coreia do Sul.
17. Dois aspectos marcantes nas lutas atuais são as greves longas e a perseguição que a burguesia desfere contra os sindicatos. São sinais de que cresce a radicalização da luta de classes e o crescimento da resistência dos trabalhadores ao neoliberalismo

Conjuntura nacional

18. Vivemos no Brasil uma conjuntura de ofensiva das classes dominantes. O governo FHC subordina o país à globalização do capital e a hegemonia norte-americana. Em dois anos ele conseguiu do congresso a quebra dos monopólios estatais nas áreas de telecomunicações, petróleo e navegação de cabotagem; a privatização da Vale do Rio Doce, das empresas do setor elétrico, anunciou a venda da Telebrás e aprovou uma nova legislação sobre patentes. O Poder Executivo se sobrepõe aos demais poderes, transformando a discussão de grandes temas em negociatas como tem sido a aprovação dos projetos do governo, caso da aprovação da reeleição.

Desenvolvimento econômico atual: desnacionalização e dependência

19. O Plano Plurianual - PPA que FHC enviou ao Congresso para o período 1996-1999 previa um crescimento do PIB da ordem de 4% em 1996, 4,5% para 1997, 5% para este ano e para 1999. Segundo o IBGE o Brasil cresceu 2,8% em 1996, médios 2,5% em 1997 e já não tem condições de atingir a meta para este ano. Apoiar a estabilização econômica em capitais especulativos em circulação pelo planeta, implica atraí-los com juros exorbitantes, o que certamente inibe a capacidade nacional de investir e crescer, como já se verificou.
20. Em 1994, como ministro da Fazenda, FHC comprometeu o país com o pagamento de 141,3 bilhões de dólares até o ano 2000 na amortização de juros e principal da dívida externa. No desastre que abalou a economia mexicana em 1994/ 95, o governo gastou 10 bilhões de dólares para evitar que o Brasil seguisse o mesmo caminho. A dívida pública interna é outro elemento desestabilizador da economia Ela somava 125 bilhões de dólares em 1994 e hoje é da ordem de 250 bilhões. Cresce movida pelas estratosféricas taxas de juros e pelos dólares que o Banco Central transforma em reservas cambiais afim de garantir o retorno dos capitais que aqui entram.
21. Drenando recursos orçamentários para custear as despesas financeiras, o governo reduz cada vez mais os investimentos e os gastos sociais. No orçamento para este ano, os recursos destinados ao pagamento de juros e serviços da dívida quase se igualam aos demais. O impacto dessa política sobre a população é devastador. Sem investimentos na produção e em obras, o país acumula altas taxas de desemprego na cidade e no campo,

4º CONFUP

esse último pela ausência de uma Reforma Agrária profunda. O desemprego, só na Grande São Paulo, registra a taxa recorde de 18% da mão-de-obra economicamente ativa.

22. É iminente o colapso do sistema público de saúde. O Brasil mantém um gasto de 80 dólares/habitante para o setor, muito distante dos 300 dólares do Uruguai e Chile e incompatível com a média de 1200 a 2000 dólares da França, Estados Unidos e Inglaterra.
23. A estrutura fundiária revela sua face cruel no drama dos trabalhadores rurais sem terra. Aproximadamente metade das terras cadastradas pelo INCRA (153 milhões de um total de 325 milhões de hectares) são improdutivas, evidenciando que a concentração fundiária é socialmente perversa e economicamente iníqua.
24. A educação pública padece da ausência de recursos. A repetência no ensino fundamental e de nível médio é de mais de 30% e a evasão, superior a 5% . O analfabetismo entre a população com idade superior a quinze anos está em torno de 20% e há 3,5 milhões de crianças em idade escolar fora das escolas públicas e privadas de ensino.
25. Privadas de recursos, as universidades públicas vão perdendo seu papel de centros de elaboração científica. As instituições de pesquisa e tecnologia assistem a evasão de talentos por falta de estímulo e salários dignos. Muitos pesquisadores vão para o exterior depois de amadurecer e completar seus estudos por falta campo de trabalho.
26. Agravam-se as condições de vida nos centros urbanos, sobretudo das massas populares, em consequência da precarização da situação de moradia, transporte, aumento da violência urbana e intensificação do tráfico e do narcotráfico.
27. Com a abertura comercial, muitas empresas abriram falência, elevou-se o número de fusões e aquisições. No rastro desses efeitos a desnacionalização avança e já se reflete no aumento das remessas de lucros e dividendos para o exterior (de UR\$ 1.9 bilhão em 1993 para cerca de 3 bilhões de dólares no ano passado).

Eleições 98

28. A ofensiva das classes dominantes contra os interesses do povo brasileiro, verificada na implementação do projeto neoliberal do governo FHC, exige resposta contundente de todos aqueles que anseiam por um Brasil independente e desenvolvido.
29. A batalha eleitoral do ano de 1998 será o palco principal de debate e definição dos rumos do nosso país: De um lado se posta o arauto do desmonte das fronteiras nacionais, do Estado, dos direitos e das liberdades políticas e democráticas, o atual presidente e candidato Fernando Henrique Cardoso, do outro figura o porta voz do projeto de defesa e desenvolvimento independente da nossa pátria, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva e seu vice Leonel Brizola.
30. Mesmo reconhecendo não serem estas as únicas candidaturas ao pleito e não ser a candidatura de Lula a única que encerra o projeto de classe dos trabalhadores, consideramos ser esta a única candidatura capaz de vencer o projeto das elites.
31. Assim, todos os trabalhadores e em particular os petroleiros, devem empregar toda energia na luta contra a reeleição de FHC e em defesa da candidatura de Lula e Brizola à Presidência da República. A derrota de FHC e do projeto neoliberal é de extrema importância para os trabalhadores, enquanto a vitória de Lula e Brizola abrirá perspectivas para a construção de uma nova sociedade.

Mundo do trabalho: política, tecnologia e ideologia

32. A ciência desde que se materializou em tecnologia transformou-se numa força produtiva poderosa, porém, a serviço do capital. Foi assim na primeira revolução industrial com a máquina-ferramenta e a máquina a vapor no século XVIII, e é assim na atualidade com a utilização da microeletrônica. O mundo do trabalho passou e passa por profundas transformações, com consideráveis repercussões na vida material e espiritual do proletariado.

4º CONFUP

33. O super desenvolvimento científico provoca mudanças rápidas e extraordinárias no mundo. Particularmente, o mundo do trabalho está se transformando, em certa medida, num ambiente virtual. O capital revoluciona os meios de produção e avança sobre a intimidade da luta de classes, cooptando a consciência do operariado e destruindo suas organizações. Porém é inegável que a luta de classes desenvolvida pelos trabalhadores conseguiu ao longo dos anos arrancar concessões da classe dos capitalistas e, substituir, com a ajuda da tecnologia, a mão-de-obra humana em atividades exaustivas e perigosas.
34. A propriedade privada e a tecnologia nas mãos da burguesia tornaram-se um fardo para a humanidade. Ultrapassaram a linha do progresso e tornaram-se regressivas. É preciso, então, uma nova configuração social com relações capazes de atender às demandas políticas, econômicas, sociais e culturais da sociedade, que resgate o ser humano e todas as suas potencialidades.
35. Nesse sentido, o trabalho enquanto atividade humana de caráter físico e intelectual realizada com auxílio da força muscular ou de máquinas, destinada à produção de mercadorias e serviços com valor de uso, é um objetivo a ser buscado pelas forças produtivas do trabalho.
36. É no trabalho que o homem se realiza. Mas na apropriação privada dos diversos processos de transformação da matéria-prima ele perde o sentido da sua realização. Ao perder a noção da realidade do mundo do trabalho, ele perde a noção do próprio mundo enquanto espaço físico.
37. O proletariado, a principal categoria interessada em mudança social, política econômica e cultural capaz de estabelecer uma nova ordem e abolir de vez a exploração da propriedade privada dos meios de produção está, nesse momento, com a derrota da maioria das experiências socialistas, indefeso e paralisado diante da tecnologia e da ideologia do capital.
38. A derrota do socialismo repercutiu negativamente nas condições materiais e espirituais dos trabalhadores. A questão é: O que fazer? Essa é a pergunta que mais ouvimos da boca dos trabalhadores no seu dia a dia de luta contra a exploração capitalista.
39. Diante da ofensiva do capital é preciso ter em mente que a cada etapa do desenvolvimento das sociedades as forças produtivas sofreram modificações no conteúdo e na forma, mas sempre com o propósito de avançar na sua trajetória progressista. Isso faz parte da evolução humana e da luta de classes. O avanço tecnológico não deve servir de desculpas para abdicar da luta concreta contra o capitalismo e pela sua transformação revolucionária.

Crise do movimento sindical e novos desafios

40. O movimento sindical classista sempre enfrentou situações adversas, seja pela incompreensão da sua finalidade por parte de quem atua no seu meio, seja pela tática de utilização da truculência do Estado para atacá-los. Evidentemente que ter o controle do movimento sindical é algo de extrema importância para o patronato.
41. Hoje com a globalização, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva o movimento sindical está diante de importantes desafios. É preciso romper o controle e o cerco imposto ao trabalho e construir projetos alternativos capazes de solucionar os problemas dos trabalhadores, negar e derrotar o neoliberalismo e afirmar o socialismo.
42. O movimento sindical precisa ser o pólo de aglutinação de todos os que vivem do trabalho, e para isso precisa romper o corporativismo e valorizar as instâncias democráticas. Só assim poderá dar conta da nossa realidade e aglutinar uma classe que se ampliou e ao mesmo tempo se fragmentou enormemente com a terceirização. Essas limitações, próprias do movimento não podem ser motivo de sua negação. É preciso dar um salto de qualidade e fazer avançar a luta sindical.
43. Os sindicatos devem elevar urgentemente o nível da sua luta política no sentido de fazer a ligação luta real dos operários contra o neoliberalismo com o movimento pelo socialismo. Esse é o grande desafio que o sindicalismo revolucionário deve tornar para si.
44. Tornar realidade a política pensada diante de um quadro extremamente difícil e fazer valer as diretrizes propostas para o movimento dos trabalhadores exige organização política e instrumentos eficientes. Nesse sentido a imprensa sindical joga papel

4º CONFUP

destacado para desmascarar os capitalistas e representantes no poder do estado, nos partidos e no movimento sindical

45. Os trabalhadores precisam compreender que tipo de relação social está estabelecida na sociedade e quais as suas implicações e, mais, que é preciso superar essa relação. Precisam compreender também que existem organizações políticas revolucionárias, os partidos operários, que tem propostas alternativas ao nível das necessidades imediatas da sua vida material.

Organização sindical: sindicato unitário ramo de atividade

46. Sem dúvida a atual estrutura sindical deve ser modificada. A ofensiva neoliberal e a globalização da economia, a introdução de novas tecnologias, a terceirização, o aumento do desemprego e a precarização da relação de emprego provocam impactos desestruturantes nos sindicatos. Não menos importantes são os fenômenos subjetivos que ocorrem, contribuindo para o aprofundamento do corporativismo, da burocratização, do apego à máquina sindical, da falta de perspectiva transformadora. Tudo isso é preciso mudar para lutar e enfrentar esta realidade.
47. Todas as forças que compõem a CUT apontam no sentido de mudanças na estrutura sindical e defendem o sindicato por ramo de atividades. A principal diferença fica por conta de se este deve, ou não ser orgânico. Entre aqueles que se contrapõem ao sindicato orgânico há diferentes visões sobre o fim imediato ou não da unicidade sindical.
48. O sindicato unitário por ramo de atividade é, na visão classista, a melhor proposta para organização dos sindicatos no Brasil da atualidade. Permite a unidade dos que vivem do trabalho para lutar por seus direitos e enfrentar o neoliberalismo. Faz surgir entidades sindicais fortes, política e estruturalmente. Amplia horizontalmente a ação sindical para dar respostas as atuais transformações do mundo trabalho.
49. Outro importante debate é quanto a autonomia e independência dos sindicatos. A “falta de compromisso”, alegada como fator desunificador da CUT, deve ser enfrentada politicamente. A unidade mais geral não se conquista por ações burocráticas. É um desafio permanente elaborar uma política que unifique e mobilize o conjunto dos trabalhadores.
50. Por outro lado o sindicato unitário por ramo de atividade, apoiado na organização unitária por local trabalho, é a resposta imediata a falta de enraizamento dos sindicatos e de uma certa pulverização, evita a divisão dos trabalhadores e preserva os sindicatos.

Movimento sindical petroleiro

Balanco da campanha reivindicatória 97/98

51. O movimento sindical petroleiro e os trabalhadores são testemunhas e vítimas de uma ofensiva das classes dominantes, comandada pelo governo FHC. Ataques contra os direitos sociais dos trabalhadores e aos sindicatos foram a tônica nesses últimos três anos. A isto somam-se os efeitos perversos das terceirizações e da reestruturação produtiva.
52. Além disso, debaixo de uma ofensiva intimidatória no plano interno reforçadas com os altos índices de desemprego do país, os trabalhadores e seus familiares encaram a vida humilhante e marginal refletindo diretamente na sua capacidade de reivindicar.
53. Durante o ano passado, em todo o universo das entidades representativas dos trabalhadores da indústria nacional, registraram-se poucos acordos trabalhistas que conseguiram a reposição das perdas salariais - a esmagadora maioria dos operários brasileiros nem obteve acordo coletivo.
54. É neste contexto que devemos avaliar a campanha reivindicatória 97/98, tendo a clareza que toda essa conjuntura redunde em resultados desfavoráveis para os trabalhadores e também beneficia a quem tem o poder político do país. Considerando o nível de organização e mobilização da categoria, o fato dos sindicatos, na arena política atual, estarem isolados e em crise, acreditamos ser positivo chegar a um acordo possível

4º CONFUP

55. O movimento sindical petroleiro deve continuar tendo como eixo central da sua luta a resistência contra o neoliberalismo, unificando e politizando as campanhas desenvolvidas.

Pauta de Reivindicações

56. Aprovada a pré-Pauta de Reivindicações apresentada pela FUP, remetendo a discussão aprofundada desta ao 4º CONFUP.

Plano de Lutas

57. O eixo deve ser a luta de resistência contra o neoliberalismo
58. O mundo vive sob a instável hegemonia do neoliberalismo. A luta dos trabalhadores tem se restringido, à defesa do emprego, ao combate da superexploração e a violação dos direitos.
59. Na atual correlação de forças, fortalecer e ampliar a resistência das massas trabalhadoras apresentam-se como um desafio revolucionário. O movimento em defesa dos direitos sociais e do emprego está vinculado à luta mais geral contra o projeto neoliberal.
60. A feroz ofensiva do imperialismo e das classes dominantes brasileiras contra os interesses da nação e dos trabalhadores acentua a necessidade da unidade entre as forças populares, partidos e organizações de esquerda, patriotas e personalidades democráticas.
61. A construção da unidade sindical requer o desarme dos espíritos nas tendências que atuam na CUT, a viabilização de um clima mais fraterno e democrático no encaminhamento das divergências e a apresentação de plataforma e alternativas unitárias
62. No âmbito do movimento petroleiro, a FUP deverá encaminhar junto a CUT a construção de uma agenda nacional capaz de aglutinar todas as categorias em lutas, e esta agenda será desdobrada nos Estados. Ao mesmo tempo o Congresso Nacional da categoria deve aprovar uma agenda específica.

Alternativa socialista

63. Os fatos indicam que não há solução para a crise nos marcos do capitalismo. A fase crítica e decadente do sistema que em passado recente garantiu prosperidade econômica, estabilidade política e avanço dos direitos sociais, só apresenta a perspectiva de crescimento da miséria social, arrocho dos salários, desemprego em massa, ameaças a democracia, eliminação e redução de direitos. Por isso, o socialismo coloca-se como a única alternativa à degradação social.
64. A conclusão de que a única saída para os trabalhadores é o socialismo não significa que a resistência ao neoliberalismo deva ser abandonada. Pelo contrário, só participando ativamente nas batalhas concretas, cotidianas, em defesa dos anseios e reivindicações das massas, e elaborando uma alternativa unitária das forças populares será possível elevar o nível de consciência dos assalariados e criar as condições subjetivas necessárias para a batalha maior, visando a ruptura revolucionária do sistema capitalista e a conquista do socialismo.

Bandeiras de luta

1. Não pagamento da Dívida Externa, pela taxaço do lucro das grandes fortunas;
2. Retomada do crescimento econômico, baseado no incentivo ao mercado interno e na defesa dos interesses e da soberania nacional, interrompendo a política de privatizações, rebaixando as taxas de juros, respeitando-se o teto de 2º/a, e preservando os direitos sociais;
3. Redução de 4 horas nas jornadas semanais de trabalho, sem redução dos salários;
4. Organizar os comitês de luta contra o desemprego, nos sindicatos e nos bairros, cadastrando e organizando os desempregados;

4º CONFUP

5. Trabalhar nos estados, ao lado dos parlamentares aliados, propostas e projetos de lei que isente os desempregados de qualquer tributação;
6. Ampliação do Seguro-Desemprego para um ano, e do seu valor - tendo como piso o salário mínimo, o segurado deve receber pelo menos 70% do salário da ativa;
7. Valorização do salário mínimo visando a promoção social de milhões de brasileiros, ampliação do mercado interno e a diminuição das desigualdades sociais;
8. Defesa dos direitos sociais e combate enérgico às propostas de desregulamentação das relações trabalhistas,
9. Lutar pelo Contrato Nacional de Trabalho articulado e por ramo de atividade, garantindo as conquistas trabalhistas previstas na Constituição de 1988;
10. Procurar organizar e integrar na luta os trabalhadores terceirizados, contratados em condições precárias e do chamado mercado informal de trabalho;
11. Apoiar e incentivar ocupações e acampamentos de empresas nos casos de demissão em massa decorrente de fechamento e falências;
12. Denunciar e lutar pela abolição das falsas cooperativas e empresas de terceirização que de forma sorrateira praticamente reinstalam a escravidão no país;
13. Lutar pela criação de cursos de capacitação e reciclagem profissional e garantir a participação dos trabalhadores na definição da utilização dos recursos do FAT e FGTS;.
14. Lutar por mais verbas para a rede de serviços públicos de modo a permitir aplicar políticas públicas e fornecer serviços de qualidade para toda a população,
15. Lutar em defesa do SUS, com financiamento permanente que garanta o atendimento integral e universal;
16. Participar ativamente do Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania - FNL, organizando fóruns nos estados.;
17. Reforma Agrária acompanhada de financiamento e apoio técnico e apoio a luta do MST, MLT e CONTAG, unindo os trabalhadores do campo e da cidade;
18. Defender os direitos sociais dos aposentados e dos trabalhadores urbanos e rurais contra reforma administrativa e previdenciária;
19. Denunciar a ofensiva do imperialismo norte-americano nas negociações sobre ALCA e proposta de “globalização” da Amazônia;
20. Defesa da ecologia e do meio ambiente denunciando os ataques da PETROBRÁS e demais empresas ao meio ambiente;
21. Viabilizar, com a intermediação da CUT, a incorporação dos trabalhadores terceirizados ao SINDIPETRO/RN, bem como os trabalhadores frentistas e da BR;
22. Promover estudos concretos para a fusão do SINDIPETRO/RN com o SIINDIPETRO/CE;
- 23 . Realizar o próximo Congresso Estadual dos Petroleiros, conjuntamente com o SINDIPETRO/CE, na cidade de Mossoró;
24. Manter e ampliar a luta pela transparência PETROS e pela modificação de seus dispositivos que prejudicam os trabalhadores;
25. Participar ativamente das eleições de 1998 apoiando as candidaturas de Luís Inácio Lula e Leonel Brizola à Presidência, bem como das frentes a elas vinculadas, com a organização de Comitês Unitários;
26. Defesa da CLT, não à flexibilização dos direitos trabalhistas;
27. Assinatura do GDP, através da conscientização das bases,
28. Combater o Contrato Temporário de Trabalho.

TESE 5

Sindipetro/RN

Conjuntura internacional

1. O capitalismo imperialista, no afã de manter seus fabulosos lucros, tem lançado sua política neoliberal sobre o movimento de massas, agravando a miséria. Esta política não é uma nova fase de desenvolvimento capitalista enquanto sistema social, nem gera melhores condições de vida para os povos. Pelo contrário, visa a aumentar a concentração de poder e das riquezas nas multinacionais aumentando o desemprego e a miséria. O neoliberalismo foi projetado para sugar as riquezas através da super-exploração dos trabalhadores e do saque dos estados nacionais. Os tratados regionais como o ALCA, MASTRICHT, NAFTA e o MERCOSJLL, são projetados para servir a estes planos e em nada favorecem aos trabalhadores.
2. O Acordo multilateral de investimentos, que ficou em discussão secreta no seio da OCDE por cerca de 2 anos, é a maior prova do medo que o capital tem das massas e do quão nefastas são suas intenções para a soberania das nações. Por ele, a soberania de qualquer país valerá menos que os interesses financeiros de qualquer grupo econômico multinacional. Os direitos destes são mais relevantes que os das populações. Combater esse acordo é uma tarefa das organizações sindicais e populares em todo o planeta.
3. Após duas décadas de aplicação, os planos neoliberais não conseguiram a retomada do crescimento econômico. No entanto, elevaram a níveis nunca vistos a acumulação de capital especulativo e as taxas de desemprego que continuam aumentando a patamares insuportáveis. As contradições se acentuam: há superprodução de bens e até de alimentos e milhões de pessoas morrem de fome ou não tem acesso às necessidades básicas.
4. Os atuais níveis de preços do petróleo é um dos melhores indicadores dessa crise. O avanço tecnológico permite um aumento da oferta. Novas tecnologias também permitem uma redução de seu gasto para os mesmos fins. Mas é a recessão mundial e a falta de distribuição de renda no planeta que diminuem o seu consumo, fazendo os preços caírem. Os esforços da OPEP para reduzir a produção têm sido em vão. Diversos países como Rússia, México e Venezuela, que tem no petróleo seu principal item de exportação, até pelos preços baixos precisam vender mais a fim de, minimamente, resolverem suas dificuldades econômicas.
5. Os neoliberais chamam “globalização” às facilidades e garantias que os países têm dado aos capitais para ingressar, lucrar e sair a qualquer momento. Nesse contexto, um parasitário capital financeiro internacional alimenta-se das gigantescas dívidas públicas internas dos países e das vantagens da desregulamentação dos mercados. Com o “livre comércio” se desenha um protecionismo em favor do Primeiro Mundo e a livre entrada de produtos no Terceiro Mundo. Em suma, a “globalização” é uma nova faceta do antigo imperialismo, para aumentar a dominação imposta pelos países ricos e pelas multinacionais.
6. Com o neoliberalismo as multinacionais tem ficado com lucros crescentes enquanto Estados Unidos tem ficado com o ônus da implementação de políticas compensatórias para atenuar os prejuízos sociais decorrentes. Essas políticas, no entanto, atenuam problemas mas nada resolvem. O grau de violência das receitas neoliberais contra os interesses populares e nacionais é tão grande que até os organismos mundiais já começam a repensar seus objetivos. Discretamente, técnicos desses organismos começam a alertar para a necessidade de se considerar os efeitos sociais dos planos.
7. O caráter agressivo do imperialismo americano tem se reforçado tanto no plano econômico como político. E esse caráter que garante a força de sua economia, apesar do déficit comercial de sua imensa dívida pública e externa. A expressão mais recente dessa postura dos EUA foi os preparativos para a agressão militar ao Iraque. Nessa iniciativa os EUA contaram com a complacência das outras potências e a vergonhosa

4º CONFUP

adesão dos governos de Menem e FHC, mais um exemplo de subordinação aos ditados do imperialismo.

8. Hoje a economia mundial está dividida em 6 grandes blocos: ALCA (EUA), MCE (Alemanha), Asiático (Japão), CI (Rússia), a China e a África (coitada!). A aproximação do dia D da unificação Européia vem dando força - política e econômica - a esse bloco. A queda asiática arrastou o Japão. A China se fortalece.
9. A crise asiática dos últimos meses demonstra pelo menos três fatos:
 - como rio México em 94, ataques especulativos podem acabar com a “estabilidade e a soberania” de países periféricos da noite para o dia; desestabilizando-os;
 - o fracasso dos planos neoliberais, do ponta de vista social;
 - há um deslocamento de papéis dentro dos blocos. Por trás da queda das “plataformas exportadoras” asiáticas está o crescente espaço na economia mundial ocupado pela China. Se especializando na produção de mercadorias intensiva em mão-de-obra, a China exporta para todo o mundo a preços baixíssimos. E quebra fábricas em todo o mundo. E gera desemprego em todo o mundo.
10. Em todo o mundo, os trabalhadores resistem aos planos neoliberais. A economia “globalizada tem provocado também a “globalização” das lutas. As mentiras, disseminadas após a queda do muro de Berlim, que procuravam mostrar as supostas vantagens do capitalismo, estão sendo desmascaradas. A crise do México em 94 e a das Bolsas na Ásia e as privatizações na Rússia, implicaram em uma brutal elevação do desemprego, dos ritmos de trabalho, do rebaixamento de salários, das condições de saúde e da educação dos setores mais explorados do planeta.
11. O novo capítulo das lutas operárias tem se expressado nas greves gerais da França em 1995, na Coreia em 1996, na greve vitoriosa dos trabalhadores da UPS contra o trabalho precário nos EUA em 1997, a prolongada greve dos portuários de Liverpool (Inglaterra) e nas manifestações de desempregados na França e Alemanha. A recente greve da GM nos EUA é mais uma prova que nem na maior economia capitalista os trabalhadores são beneficiados pela globalização.
12. Esses movimentos têm sido impulsionados por novas direções sindicais de base que surgem da luta. Algumas conquistam os sindicatos, outras criam novos organismos para lutar em oposição às velhas máquinas burocratizadas. A FUP/CUT deve apoiar ativamente a luta mundial dos trabalhadores e priorizar a relação com aqueles setores que efetivamente estão à vanguarda luta dos explorados.
13. Setores do sindicalismo internacional representados na direção da CIOLS e a nível local no setor majoritário da direção nacional da CUT, colocam-se como objetivo influir no curso ‘globalização’, de forma a “democratizá-la” e fazê-la menos excludente. Interpretam a “globalização” como inevitável, mas passível de adquirir diversas formas, frente ao qual só cabe aos trabalhadores optar por uma delas.
14. Essa política de consertação social, e de subordinação ao Estado implementada pela CIOLS alheia às origens da CUT, vem influenciando setores da direção da Central e de muitos sindicatos. Devemos travar uma batalha contra esse modelo de Central e de sindicatos de parceria com patrões.
15. As transformações no mundo do trabalho e o crescente desemprego têm enfraquecido a capacidade de luta do sindicalismo a nível internacional. Para alterar a correlação de forças e retomar a iniciativa na luta anticapitalista, o movimento sindical tem que ajudar na organização dos desempregados, dos trabalhadores informais, das mulheres e de contingentes cada vez mais amplos de excluídos.
16. Apesar de grandes mobilizações e lutas, infelizmente a grande maioria da população mundial está longe de ter consciência do que está acontecendo e para onde esses acontecimentos tendem a levar o mundo. Torna-se necessário lutar para que cada vez mais o trabalhador tenha consciência de que o capitalismo é incapaz de gerar um mundo de bem-estar e felicidade para todos. É nesse contexto a luta em defesa de uma sociedade mais humana, justa e igualitária, uma sociedade socialista, ganha atualidade.

4º CONFUP

Só o socialismo internacional pode resolver

17. A crise mundial que se constata em qualquer jornal revela a incapacidade do sistema capitalista em garantir o futuro da humanidade. Lutar por uma sociedade em que direitos e deveres sejam iguais é sempre atual. É inadmissível ver homens morrendo de fome enquanto alimentos permanecem em estoques ou são destruídos. Homens morrerem por doenças banais por não terem dinheiro para pagar médico ou remédio. Morrerem de frio por não terem dinheiro para pagar um abrigo.
18. A evolução das forças produtivas permite ao homem produzir para satisfazer as necessidades de toda a humanidade. Que as tecnologias sejam cada vez mais utilizadas para produzir bens e serviços. Mas que todos os homens tenham acesso a seus benefícios. O controle social do conhecimento, da tecnologia enfim, da propriedade, é a única possibilidade para a humanidade. Esta necessidade é contrária aos princípios do capitalismo que se assentam na propriedade privada e na acumulação de riquezas.
19. Combinar as lutas pelas necessidades imediatas com a luta pela construção da sociedade sem classes é um imperativo para todo o militante engajado. Com o livre trânsito de dinheiro e mercadoria no mundo, a produção se desloca constantemente em busca de melhores oportunidades e o desemprego e a miséria ressurgem conseqüentemente. Enquanto a China possui jornada que chega a 12 h/d por salários da ordem de poucas dezenas de dólares, todos os trabalhadores do mundo estarão com seus direitos ameaçados.
20. Cabe aos sindicalistas alinharem suas políticas específicas com a afirmação da independência de classe, com a negação do estado burguês com a denúncia sem trégua ao sistema. Unir cada luta local com as lutas mundiais é um imperativo.

Conjuntura nacional

21. FHC é o governo dos banqueiros, do grande empresariado e do latifúndio, diretamente vinculado ao imperialismo. Seguindo a orientação do FMI, o governo tenta reduzir o déficit público às custas do povo trabalhador, demitindo servidores públicos, pagando salários miseráveis, desarticulando o sistema previdenciário e os serviços públicos e entregando o patrimônio nacional, como no caso da Vale do Rio Doce entre outras empresas. Expressão de quem ganha com a política neoliberal é o fato de que de 96 para 97 cresceu o número de grandes empresas que tiveram lucro, enquanto cresceu o desemprego e a quebradeira de micros, pequenas e médias empresas.
22. O plano Real significou a troca da inflação por dívida pública interna e externa. Estas também são pagas pelos trabalhadores. Os cerca de U\$70 bi de reserva para garantir o Real implicam um enorme déficit em conta corrente pelo pagamento dos juros escorchantes! Esta política está a serviço do aumento da concentração da renda e de continuar pagando a dívida externa. Enquanto o povo passa fome, o Brasil pagou U\$49,5 bilhões só de juros entre 1990 e 1996, e mesmo assim a dívida externa passou de U\$ 115, para U\$ 159 bilhões. As privatizações são feitas para pagar dívidas. Além de entregar riquezas e setores estratégicos como as telecomunicações, aumentam as tarifas e trazem caos e prejuízo para a população, como está acontecendo no Rio de Janeiro com a Light.
23. O governo nada faz pela Reforma Agrária, pelo contrário, permite o armamento dos fazendeiros, manda prender e processar dirigentes do MST e deixa impunes os massacres de trabalhadores rurais. Por omissão de FHC, agravou-se os problemas decorrentes da seca do nordeste, provocando uma situação de miséria e abandono da população que sofre as conseqüências e são obrigadas a promoverem saques para garantir sua sobrevivência. Apoiamos todas as ações no sentido de organizar a população faminta que luta por alimentos através de saques. Não podemos aceitar a política de intimidação do governo que procura criminalizar atos legítimos da população que não agüenta mais a situação de fome e miséria. Aliás, o governo só começou a organizar alguma ajuda e a mídia a divulgar a situação após o início dos saques.
24. O governo e os patrões aproveitaram a crise para chantagear a população. Em nome de salvar a economia, pressionam para aprovar as Reformas, ameaçam com o desemprego, exigem a redução da jornada e dos salários e dos direitos dos trabalhadores. A

4º CONFUP

aprovação da lei de contrato temporário e os acordos para a redução de salário patrocinados pela Força Sindical foram a ponta de lança desses ataques.

25. Um momento decisivo que dividiu águas foi a assembléia dos trabalhadores da VW que em 11/12/97 rejeitou a redução de salários, apesar da ameaça de 10 mil demissões. Numa primeira etapa o sindicato teve uma posição correta de chamar à resistência organizando milhares de trabalhadores e grandes atos que forçaram a patronal a negociar. Mas a seguir a direção do sindicato negociou um acordo que consagrava o banco de horas, reduzia direitos com a queda do valor do adicional noturno, o aumento do desconto nas refeições e do transporte, abandonou o chamado à luta e aceitou o PDV (Plano de Demissão Voluntária) que resultou na demissão de cerca de 4 mil trabalhadores. Este acordo foi fechado com elogios mútuos dos patrões e de alguns dirigentes sindicais dos metalúrgicos do ABC.
26. O mais grave não é assinar um acordo ruim, que por distintos motivos poderia ser correto aceitá-lo. O problema sério é apresentá-lo como positivo e exemplo a ser seguido como um avanço no combate contra o desemprego, pois assim ao invés de criar as condições de mobilização, desarmou os trabalhadores. Apoiamos as comissões de fábrica e setores da diretoria do sindicato que resistem a essa política.
27. Felizmente temos um exemplo oposto, também em São Bernardo do Campo. Diante da ameaça de 800 demissões, a maioria esmagadora da peãozada na Ford, não aceitou a proposta patronal nem a orientação da direção do sindicato para assinar acordo, e recusou o aumento do banco de horas. Depois de várias assembléias a patronal teve que recuar na sua proposta de demissões e banco de horas. Esse é apenas um exemplo de que com luta se pode vencer.
28. A resistência operária e popular cresce novamente. Desde a marcha dos Sem Terra em abril de 97 vêm criando-se condições para avançar na unidade dos trabalhadores da cidade e do campo e frear a política do governo. As manifestações do dia 17 de abril deste ano, as ocupações de terra, as lutas por categorias sindicais como os professores universitários e dos setores populares como é o caso dos sem teto, camelôs e dos flagelados da seca, demonstram que é possível desenvolver uma resistência e transformá-la em amplo movimento de massas capaz de derrotar a política neoliberal de FHC.
29. Só a oposição no Congresso Nacional não resolve os problemas dos trabalhadores. É preciso priorizar a mobilização popular, a unificação das lutas e a construção de uma greve geral contra a política neoliberal de FHC que abrirá caminho para novas lutas e triunfos. Só com uma postura firme ganharemos força, pois sabemos que mantendo esta postura defensiva da Central, a luta por fábrica ou mesmo por categoria encontrará muitas dificuldades.
30. Para que se concretize um avanço de fundo para os trabalhadores, devemos exigir que os ricos a paguem pela crise. Para isso, temos que levantar um programa alternativo dos trabalhadores. Estamos convencidos de que existem formas rápidas e simples de resolver o problema do desemprego possibilitando enormes ganhos sociais. Se os empresários são os culpados pelo desemprego, que paguem com a diminuição dos seus fabulosos lucros. Se são os governos os responsáveis, que paguem pela crise e não os trabalhadores.

31. Baseadas nessas considerações propomos as seguintes bandeiras:

- 1) Contra os projetos neoliberais ditados pelo FMT na América Latina;
- 2) Unificar e apoiar as lutas para derrotar o plano econômico de FHC e os patrões;
- 3) Contra os blocos ou mercados regionais impulsionados pelos EUA, como o ALCA, NAFTA e o MERCOSUL.
- 4) Contra as Reformas Constitucionais;
- 5) Suspensão do plano de privatizações e anulação das já executadas;
- 6) Não pagamento da dívida externa;
- 7) Auditoria sobre a dívida pública;
- 8) Punição e confisco dos bens dos corruptos e corruptores;

4º CONFUP

- 9) Plano de Obras públicas capazes de gerar emprego e satisfazer necessidades urgentes da população;
- 10) Pela garantia de emprego, contra o banco de horas;
- 11) “Trabalhar menos para que todos trabalhem”, redução da jornada de trabalho sem redução de salário e sem flexibilização;
- 12) Reforma agrária já. Todo apoio às ocupações dos trabalhadores sem terra.
- 13) Contra a jornada flexível e o banco de horas;
- 14) Incentivar a criação de fóruns que organizem os desempregados e os cadastramentos organizados pelo MST e pela CUT, lutando pela ampliação do seguro desemprego, passe livre, exceção de impostos e tarifas públicas;
- 15) Contra o contrato temporário e por tempo determinado. Referendar iniciativa da CUT em pedir sua ilegalidade na justiça.
- 16) Contra a terceirização;
- 17) Fim do trabalho infantil.

Redução da jornada de trabalho: 35 horas semanais já

32. Todo mundo, até a burguesia e os governantes, dizem que o desemprego é um flagelo, que é um problema muito grave que deve ser resolvido. Porém, na maioria desses discursos ninguém é culpado, é um fenômeno natural. Os empresários dizem que o problema é do mercado, os banqueiros dizem que é as taxas de juros e o governo diz que são das bolsas da Ásia. Para nós é claro e categórico, quem cria o desemprego é o sistema capitalista.
33. O “capitalismo moderno” tem se tornado mais selvagem ainda. Os grandes avanços tecnológicos deveriam significar mais conforto e menor jornada para todos os trabalhadores do mundo. Porém, só são utilizados para aumentar os lucros dos empresários, gerar mais desemprego, aumentar a jornada e tirar o direito básico de trabalhar e garantir o sustento. Hoje já existe 1 bilhão de desempregados no planeta, um quinto da população mundial e um terço da população economicamente ativa.
34. No afã de aumentar lucros o cap reduz o número de empregos. Esquece que essa redução implica a redução do número de consumidores. Ou seja, redução do sagrado mercado. No limite o colapso do sistema nos EUA - que vendem para todo o mundo, o desemprego é da ordem de 5 %, No Japão - país do emprego vitalício, está na ordem de 6%, na Europa na ordem de 12 %, na Rússia cerca de 50%, na África e na América Latina., é melhor não registra Na China a “modernização” e a “busca da eficiência” coloca milhões nas ruas.
35. A história da jornada de trabalho deveria acompanhar a evolução tecnológica. De alguma forma isto ocorreu na segunda metade do século passado quando a jornada saiu de cerca de 16 h/d para algo em torno de 10 h, no final do século. As 8 horas foram conquistadas quase que mundialmente no início do século.
36. Ao longo do século XX; os avanços tecnológicos foram enormes. No entanto a jornada praticamente permanece nas oito horas. As pequenas reduções ocorridas em alguns países europeus, onde já há acordos de 35 h semanais, são insignificantes em termos globais.
37. É necessário que os petroleiros assumam no Brasil a vanguarda da luta por 35 horas semanais, articulados com outras categorias a nível nacional e internacional. Esta bandeira merece a repetição das grandes lutas por 8 horas diárias ocorridas em todo o mundo em torno da virada do século passado.

Petroleiros e as eleições de 1998 - Fora FHC, FHC nunca mais

38. Estas eleições irão, entre outras coisas, apontar os caminhos a serem percorridos pelos trabalhadores no início do próximo século. Nesse sentido, é evidente a necessidade de estarmos organizados, para que, independentemente do resultado das eleições presidenciais e para o Congresso Nacional, possamos seguir em frente na busca de

4º CONFUP

melhores condições de vida para a classe trabalhadora e para a maioria exclusiva deste País.

39. O caráter da luta eleitoral já está definido. No exercício do poder presidencial o candidato FHC utilizar-se-á de favores com dinheiro público e do acesso a mídia como forma de manter-se na liderança nas pesquisas. O fisiologismo ficou claro na convenção do PMDB, na liberação de verbas para parlamentares deste e do PTB. Facilidades de créditos que estão surgindo para alguns setores também são para garantir pontos em pesquisas e não para melhorar a vida dos trabalhadores.
40. Está claro que o Movimento Sindical precisa sair da defensiva em que se encontra e mirar suas ações para o novo tempo. O Neoliberalismo, no caso brasileiro, tem nos imposto uma agenda, que por falta de uma leitura correta do processo, não nos tem permitido estar prontos para enfrentar. Temos sido constantemente atropelados pela conjuntura. O sindicalismo “democrático e classista”, precisa antes de mais nada, voltar suas ações para o conjunto da classe trabalhadora, que por sua vez deverá ter a noção exata do que cada ação significa. Neste sentido a FORMAÇÃO passa a ser a nossa grande ferramenta.
41. É importante que os sindicalistas se engajem no processo eleitoral. Por outro lado, é fundamental se garantir a necessária independência partido X sindicato. As eleições passam e, necessariamente a militância se engaja prioritariamente em alguma candidatura de seu partido e/ou tendência. A luta de classe continua e é necessário preservar o sindicato enquanto instância de frente única da classe trabalhadora.
42. O último Congresso Nacional da CUT, tirou como eixo político para as eleições/98 - FORA FHC, FHC NUNCA MAIS! Não bastarão faixas, cartazes ou gritos de palavras de ordem. Será muito importante a ação política formativa e educativa. Nenhuma categoria foi tão massacrada pelo governo FHC, quanto a dos Petroleiros, que além de enfrentar o patrão FFHH, os tanques do exército, a grande mídia, o lockout das distribuidoras, ainda teve que enfrentar a intervenção nos sindicatos. Isto deverá ser contado e esclarecido ao conjunto da classe trabalhadora, dizer do prejuízo e do perigo que este governo representa.
43. Os Petroleiros passam a ser atores importantes deste cenário político. Toda a solidariedade recebida durante este período difícil, exige de nós uma demonstração de força e de equilíbrio. A classe ainda nos tem como uma vanguarda importante e espera de nós uma participação efetiva no processo eleitoral. Deveremos apontar com clareza os desafios que estão colocados para nós e o projeto político que queremos para garantir a construção de uma sociedade mais justa, solidária e fraterna. Se de um lado denotar FHC e seus aliados, inclusive CÍRO GOMES, passa a ser tarefa diária, temos de outro lado que criar condições para que a candidatura LULA, que hegemoniza a classe trabalhadora organizada, seja de fato a opção do povo para um governo democrático e popular, sem nos esquecermos de outras candidaturas, desse campo, que terão papel importante, e que se não estão juntas no 1º Turno, certamente estarão no 2º. Todas as ações que possam garantir apoio ao projeto político da classe trabalhadora são importantes, mas a tarefa que nos cabe melhor é a de educar e de politizar. Momento eleitoral é momento de reflexão, de debate de idéias. Assim devemos:
44. Editar de uma Cartilha Nacional de esclarecimento ao eleitor, sobre a importância de votarmos conscientemente e óbvio, denunciando as mazelas e as atitudes desse governo contra os trabalhadores e maioria do nosso povo;
45. Criar de Comitês de petroleiros em cada cidade onde atuamos, com a tarefa de politizar o debate eleitoral;
46. Viabilizar recursos com participação da categoria e da população de forma criativa e de modo que possa engajar o maior número de militantes.
47. Essas ações, além de outras, darão aos trabalhadores, motivados e atuantes no processo eleitoral, a certeza de que estamos construindo um projeto novo e mesmo que sejamos derrotados eleitoralmente, temos condições de seguir em frente, pois, não apostamos todas as nossas fichas nas eleições e sim na construção de uma nova sociedade que precisa estar organizada, formada e educada e dessa forma, sem chances de sofrer derrota política.
48. Por fim, os petroleiros devem reafirmar que são as lutas sociais que forjam as consciências, que explicitam as contradições e, portanto, ajudam ganhar eleições.

4º CONFUP

Assim, devem ser combatidas as idéias que propõem o arrefecimento das lutas em prol da priorização das campanhas eleitorais.

O futuro do setor petróleo no Brasil

49. Em agosto de 1997 foi aprovada a lei nº 9478/97 que regulamentou o Setor de Petróleo após a quebra do Monopólio Estatal. Em dezembro foi criada a Agência Nacional de Petróleo -ANP, para substituir o DNC e a Petrobrás nesta área. No início de 98 foi nomeado para diretor – geral desta agência o genro de FHC, O Sr. David Zylbersztayn.
50. O Genro está no cargo para acelerar as medidas previstas na lei, Rennó, para se preservar, encena as divergências mas implementa as medidas solicitadas. Assim, e de acordo com a Lei de (des)regulamentação do setor petróleo (Lei 9478/97) foi criada a Gaspetro, subsidiária que cuidará dos negócios envolvendo gás e a Transpetro, que cuidará dos negócios de transporte envolvendo dutos, navios e terminais. De acordo com a referida lei, subsidiárias, podem ser criadas - e vendidas - a qualquer momento. Por certo que outras virão! Até quando continuarão da Petrobrás? Enquanto ainda existe, a Fronape está ficando sem marinheiros. Para buscar a recursos, a Petrobrás prioriza parcerias cujas concessões ninguém discute. Novos investimentos, inclusive, na BC, estão praticamente condicionados a parcerias.
51. A abertura do Setor está se concretizando ainda com a autorização para a iniciativa privada a importar alguns derivados, na definição das concessões de áreas da Petrobrás, e na de abertura da importação de petróleo e derivados, bem como a liberação de preços.
52. Paralelamente, o diretor-geral da ANP tenta destruir a Petrobrás com sucessivas declarações o questionando a competência técnica da maior empresa do país, que vem crescendo ano a ano.
53. A imprensa tem anunciado previsões de investimentos no setor petróleo no Brasil que chega casa dos US\$ 20 bi. Em decorrência, gerariam milhares de empregos. O discurso oficial é que será bom para o país. A verdade é que alguns fatos não estão sendo considerados e, portanto, verdadeiras perspectivas para o setor petróleo no país também não. Dentre os fatos destacamos para análise os subsídios hoje praticados às refinarias particulares e os baixos preços internacionais do petróleo.
54. Quanto aos **subsídios**, a população nunca soube- e muito menos discutiu- o que a União repassa às duas únicas refinarias privadas que continuaram a existir no país depois da criação Petrobrás. Tais subsídios ficaram assegurados por mais 5 anos (art.72), na regulamentação da quebra do monopólio da Petrobrás. O valor é absurdo. A refinaria de Manguinhos, que processa cerca de 10.000 barris/dia e emprega cerca de 600 trabalhadores, vem recebendo um subsídio de cerca de 940.000 por mês. A refinaria Ipiranga (no RS) é do mesmo porte, e portanto, subsídios que recebe devem ser os mesmos.
55. Ou seja, um país que passa 4 anos sem dar reajuste aos seus servidores, que paga salários miseráveis a profissionais de educação e saúde, que não tem verbas para saneamento básico, reforma agrária, ... praticamente paga a folha de pessoal de uma indústria privada
56. Os preços do petróleo, que nos últimos anos estavam do patamar de US\$19,00 chegaram aba de US\$12,00 o barril nos últimos meses. Existe um conjunto de razões objetivas para essa queda:
57. Vários investimentos pós choque (73) em novos campos resultaram positivos, ex: mar do Norte e Bacia de Campos e novas tecnologias tem permitido:
 - O aumento do fator de recuperação das reservas;
 - Reduzir o consumo de automóveis, aumentando a média km/L;
 - Algumas fontes de energia limpas e seguras começarem a ganhar espaço nas estatísticas mundiais (solar- mais 40 % em 97, eólica - mais 25 % em 97, vegetal, etc.)
 - O gás natural, por demandas ambientais e facilidades operacionais, vem deslocando o petróleo e muitas áreas;

4º CONFUP

- O consumo mundial de carvão continua com seu espaço garantido, pela abundância e baixos preços;
 - Vive-se um período sem guerras em regiões produtoras e o próprio Iraque vem tendo cota crescentes para comercializar;
 - Mas a principal razão da super-oferta é o longo período de baixo crescimento da economia mundial e, recentemente, a crise asiática.
58. A OPEP tem se esforçado para reduzir a produção mundial visando a elevação dos preços. Tem sido em vão. Na medida em que os preços afetam as economias dos grandes exportadores (Rússia, México, Venezuela, Irã ,...) para compensar, todos precisam tentar vender mais. E a OPEP já controla muito pouco da produção mundial.
59. Esse conjunto de dados levam os analistas a preverem que, a continuar o quadro de relativa estabilidade nas regiões produtoras, os preços devem permanecer nos atuais patamares por um longo período.
60. Apesar do sucesso da Petrobrás, principalmente na Bacia de Campos, produzir aqui exige muita tecnologia e o petróleo obtido é de pouco valor (em geral pesado, com alto teor de nitrogênio, em águas cada vez mais profundas, gerando efluentes difíceis de serem tratados...). Nos campos antigos, particularmente do Nordeste, a produção já é baixa.
61. Produzir petróleo no Brasil interessa ao país pois ele ainda é um dos principais itens da pauta de importação e, portanto, do déficit comercial. Essa é uma razão objetiva para o governo ter que manter a Petrobrás fazendo investimentos. Por isso, vêm aumentando gradativamente as reservas e a produção nacional.
62. As previsões de entrada em operação de novas plataformas viabilizarão a auto-suficiência por volta de 2001, se o governo permitir que a Petrobras invista o necessário. A partir daí, o excedente terá que ser exportado. Só que com a abertura e os preços baixos começam os problemas para a Petrobrás:
- Ela mesma está reavaliando investimentos definidos com os preços da ordem de US\$19,00 o barril;
 - As distribuidoras, a maioria delas ligadas às operadoras estrangeiras, poderão importar combustíveis tomando refinarias ociosas;
 - As refinarias privadas poderão importar petróleo de melhor qualidade;
 - Suas pequenas refinarias não recebem os subsídios garantidos às privadas;
 - Se não utilizar todo o petróleo que produzir, ela poderá não encontrar mercado para o excedente, dado as especificidades requeridas para seu processamento.
63. Essas possibilidades permitem afirmar que a Petrobrás, exposta a competição, a depender do governo e sua direção, poderá até se manter enquanto empresa. No entanto, já está cortando pessoal (por aposentadorias não repostas e pelo PIDV) e poderá cortar investimentos (inclusive no seu Centro de Pesquisas - comprometendo sua independência tecnológica e em manutenção - comprometendo a segurança) e até fechar pequenas unidades industriais ou de produção comprometendo empregos e impostos.
64. Quanto aos supostos novos investimentos, dado o quadro internacional, a pergunta que tem que ser feita é quais seriam as razões para empresas multinacionais virem aplicar em peso no Brasil? Estarão elas de fato dispostas a desenvolver novas tecnologias para enfrentar os desafios da produção em alto mar? Ou estarão dispostas a pagar a Petrobrás o custo da tecnologia que necessitam?
65. Só a oposição no Congresso Nacional não resolve os problemas dos trabalhadores. É preciso priorizar a mobilização popular, a unificação das lutas e a construção de uma greve geral contra a política neoliberal de FHC que abrirá caminho para novas lutas e triunfos. Só com uma postura firme ganharemos força, pois sabemos que mantendo esta postura defensiva da Central, a luta por fábrica ou mesmo por categoria encontrará muitas dificuldades.
66. Para que se concretize um avanço de fundo para os trabalhadores, devemos exigir que os ricos paguem pela crise. Para isso, temos que levantar um programa alternativo dos trabalhadores. Estamos convencidos de que existem formas rápidas e simples de

4º CONFUP

resolver o problema do desemprego possibilitando enormes ganhos sociais. Se os empresários são os culpados pelo desemprego, que paguem com a diminuição dos seus fabulosos lucros. Se são os governos os responsáveis, que paguem pela crise e não os trabalhadores.

67. O mais provável é que as licitações para entrega de áreas a empresas privadas servirão apenas para elas buscarem a ampliação de suas reservas estratégicas.
68. A única possibilidade de novos investimentos parece ser via parcerias. Elas interessam às multinacionais na medida em que lhes dão acesso a tecnologias e a informações valiosas sobre nossas reservas, a um custo relativamente baixo. Mas, sobretudo, porque as deixam mais próximas do controle da própria Petrobrás.
69. Quanto a redução dos preços dos derivados e da remuneração da Petrobrás pelo petróleo que produz, o movimento sindical obviamente não pode se opor ao que venha a beneficiar a população. No entanto, deve-se reafirmar a bandeira da necessidade de rever as parcelas que ficam com cada ator. Os dados registrando a remuneração dos revendedores como superior a da própria refinaria são conhecidos e absurdos. Isto tem que ser revisto sob pena de aceitarmos a permanência de uma estrutura de preços que pode matar as refinarias, ou seja, a Petrobrás que não recebe subsídios.
70. Ou seja, análises objetivas, sem os interesses eleitoreiros do governo e seus aliados, indicam que, mesmo com as atuais regras em vigor, é muito pouco provável que se concretizem os vultosos investimentos anunciados- com sua conseqüente geração de empregos. Certo mesmo, a continuar a política de FHC, é a destruição, a passos largos, da Petrobrás, um patrimônio conquistado pelas lutas dos brasileiros. A única alternativa à vista é a eleição de Lula para presidente.

A administração da Petrobrás

71. “O negócio da Petrobrás agora são negócios” J M Rennó em O Globo, maio de 1998
72. 49.A administração da Petrobrás continua a mesma desde a época da ditadura militar, apenas com algumas “modificações” oriundas de uma “pseudo modernização” fruto da Política de Globalização.
73. As últimas atitudes da empresa, seja nas declarações do seu presidente Joel Rennó sobre as arcas exclusivas da Petrobrás, ou de parcerias com as multinacionais e na sua “política de pessoal” tentando aplicar o PIDV (Plano de incentivo à Demissão Voluntária) ou engessar o horário flexível, mostram que a direção da empresa está cada vez mais disposta a adotar os modelos privados de gestão de pessoal. É significativa a elevação da remuneração das chefias enquanto permanecem arrojados os petroleiros de maneira geral. É significativa a busca de parcerias - e ninguém sabe direito o que está sendo concedido - em detrimento de uma política mais agressiva de busca de recursos aproveitando os baixos juros internacionais.
74. As mudanças que serão implantadas devido a Lei das Sociedades Anônimas prevista para o mês de julho no seu Conselho de Administração, deve aumentar o caráter de gestão privada da empresa.
75. É necessário que seja feita uma auditoria na empresa desde a administração de Ueki, pois todas elas são suspeitas de irregularidades desde esta época, basta ver os relatórios do TCU, sobre a do Coronel Ozires Silva e de Rennó.

Defender a Petrobrás será um desafio cada vez maior

76. O governo e a direção da empresa tanto tem atacado os petroleiros que a auto-estima da categoria anda em baixa. Todos sabem e compreendem a importância da defesa da empresa. Porém, os baixos salários e a política de pessoal nos moldes privados tem levado os petroleiros a priorizar suas próprias carreiras. São significativas as adesões ocorridas ao PIDV. É enorme o número de petroleiros preocupados em arrumar sua documentação para ingressar com seu pedido de aposentadoria.
77. Todos esses elementos apontam para a dificuldade em se mobilizar a categoria para defender a Empresa. Há risco de ocorrer com a Petrobrás o que ocorreu com a Vale, que na hora H, a mobilização externa contra a privatização foi muito maior que a interna.

4º CONFUP

78. Ao apontarmos esse quadro queremos enfatizar que os sindicatos e a FUP devem dedicar esforços no sentido de preparar a campanha de defesa da Petrobrás, cuja venda poderá ser proposta por um eventual novo governo FHC. Tanto é assim que já está em licitação a modelagem da venda do excedente do mínimo de 50 % mais uma. ações do governo determinado pela Lei.
79. A nossa proposta deve ser no sentido de fortalecer ainda mais a Petrobrás, para que a economia do país esteja subordinada aos interesses nacionais e da população. Por exemplo, ao invés de construir o Gasoduto Brasil - Bolívia, por quê não investir para aumentar a produção interna de gás? Por quê não colocar a tecnologia e os conhecimentos da Petrobrás a serviço da Sudene e outros órgãos do governo para combater a seca no nordeste?
80. É necessário redistribuir as parcelas de remuneração do preço da gasolina, a exemplo de outros países, inclusive o EUA, para que o preço final possa ser reduzido em benefício da população.

Sindicalismo

O Capitalismo na década de 90 no Brasil

81. Nos anos 90 o Brasil entrou em cheio na era neoliberal. Colocou-se em sintonia com as mudanças que o capital internacional vinha operando no “mundo do trabalho” em busca de saídas à longa crise econômica aberta em inícios dos anos 70. Sua implantação no Brasil acelerou-se desde 1995 com o governo FHC.
82. As privatizações, têm sido um duro ataque às conquistas de setores da classe trabalhadora que foram a vanguarda em muitos direitos trabalhistas, sociais e sindicais,
83. O aumento dos níveis e da duração do desemprego, por um lado, e as diversas f.bricas que tem assumido a precarização do mercado de trabalho através das terceirizações, as subcontratações e a informalização, por outro, têm aprofundado as diferenças sociais no interior da classe trabalhadora. Os trabalhadores no mercado de trabalho informal já são mais de 50% da População Economicamente Ativa - PEA, estando desprovidos de quaisquer direitos trabalhistas e previdenciários.
84. O processo de “interiorização” das empresas, têm significado também uma maior dispersão geográfica da população trabalhadora. Esta interiorização se dá. às custas de subsídios estatais/municipais e pela busca de mão-de-obra desorganizada e mais barata. Os setores mais afetados são os intensivos em mão-de-obra como têxteis e de calçados além da “agro-indústria”.
85. No bojo de mudanças da base técnica e/ou organizacionais, as empresas capitalistas desenvolvem uma ofensiva político-ideológica nos locais de trabalho visando a ganhar o trabalhador para a idéia de parceria capital trabalho de forma a eliminar o sindicato ou submetê-lo à lógica “competitividade” da empresa. O capital busca introduzir a ‘lógica do mercado” no meio dos trabalhadores, para que concorram entre si dentro da empresa, entre empresas, entre regiões e entre países.
86. Estas e outras mudanças operadas pelo capital apontam para um enfraquecimento das bases materiais tradicionais da identidade da classe trabalhadora, e desafiam o sindicalismo classista a recriar as condições para a ação política independente e unitária dos trabalhadores. Esse desafio ao movimento sindical independente está posto dentro e fora do local de trabalho, na empresa e na sociedade. Para ser efetiva, a resposta sindical deve dar conta de todas essas dimensões.

A marcha da reforma neoliberal trabalhista e sindical.

87. A reforma trabalhista e sindical neoliberal já está em curso no país, apesar de poucas leis terem sido aprovadas ou alteradas nessa esfera, As mudanças se dão por medidas provisórias, por ordens de serviços ou por simples orientações políticas a órgãos de decisões. Tal reforma visa a retirar direitos dos trabalhadores que deveriam estar garantidos pelo Estado ou que estavam garantidos em acordos/convenções Algumas manifestações dessas mudanças são:

4º CONFUP

- As reformas administrativa e da previdência (uma aprovada e a outra em curso) que retiram direitos de segmento expressivo dos trabalhadores (no primeiro caso) ou de todos (no segundo).;
 - No julgamento de dissídios a Justiça do Trabalho tem retirado conquistas das categorias;
 - Sucateando a Inspeção do Trabalho deixa impune as violações aos direitos dos setores mais desprotegidos da classe trabalhadora;
 - A lentidão da Justiça do Trabalho no julgamento das reclamações levando os trabalhadores demitidos a fazer acordos abrindo mão de direitos em troca de receber algum dinheiro e mais rápido possível;
 - Há um enfraquecimento das negociações por categoria (nacionais, estaduais, regionais) que estão sendo substituídas por negociações por empresa;
 - Aumenta o poder do Estado de interferir no direito de organização e ação sindicais (para inibi- lo).
 - A Justiça do Trabalho vem punindo o exercício do direito de greve através de pesadas multas enquanto os empregadores demitem em massa dirigentes e ativistas (ex.: petroleiros, metroviários, correios, etc.). Essa iniciativa foi reforçada pelo projeto de lei do Executivo que regulamenta a aplicação das multas;
 - Em vários casos a Justiça do Trabalho -já a nível do TST- tem aceito a redução para 7 do número de dirigentes sindicais com estabilidade (deixando os demais sujeitos a demissões);
 - A Justiça do Trabalho vem interferindo cada vez mais sobre a cobrança de taxas ao conjunto da categoria por parte do sindicato;
 - A Justiça do Trabalho tem impedido que o sindicato principal represente aos trabalhadores terceirizados nas negociações (com as empresas contratantes e com as terceirizadas);
 - Enquanto isso continuam e crescem as demissões de trabalhadores com mandatos (sindicais, de comissão de fábrica, CIPAS, etc.).
88. É no contexto desta reforma sindical e trabalhista neoliberal que o governo FHC pretende por em pauta, através de um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) o fim da unicidade sindical, sem reconhecer o direito à organização no local de trabalho, dando vigência às convenções coletivas atuais por no máximo mais 12 meses (depois do qual, em caso de não se chegar a novo acordo com as patrões, seriam “zerados” ampliando os poderes da Justiça do Trabalho para interferir no direito de organização sindical. Essas e outras medidas estão expressas em documento preparado no âmbito do Ministério do Trabalho em finais de 1997. O Ministro do Trabalho, juntamente com a CNT, ultimamente vem alegando que elas seriam mais uma forma de gerar emprego, reduzindo o custo da mão-de-obra. E a essa reforma de conjunto que o movimento sindical cutista deve responder.

A resposta cutista

Como enfrentar a reforma neoliberal?

89. O sindicalismo cutista não tem reagido à altura. Isto ficou evidente, por exemplo, quando da votação do Projeto de Lei que institui a nova forma de Contrato Temporário - uma disputa na qual a CUT, de fato, se omitiu.
90. Para enfrentar esse cenário temos que contrapor uma pauta democrática para as relações de trabalho, exigindo do Estado, pelo menos:
- Anulação das multas às greves e das demissões de dirigentes e ativistas sindicais-garantia do pleno direito de greve;
 - Retirada dos projetos de lei anti-sindicais do Congresso Nacional;
 - Direito à organização sindical e autônoma nos locais de trabalho (vigência da Conv. 187 da OIT);
 - Manutenção dos direitos básicos hoje inscritos na CLT e no art.7º da Constituição Federal para todos os trabalhadores e vigência da Conv. 158 da OIT.

4º CONFUP

- Tal pauta deve fazer parte de uma campanha que incorpore ainda:
 - A denúncia da reforma trabalhista e sindical neoliberal em curso
 - A denúncia dos ataques aos direitos de organização sindical e negociação coletiva;
 - A articulação de um amplo movimento em defesa desses direitos junto com outros setores democráticos e populares da sociedade, evidenciando que o que está em jogo nessa disputa é o combate ao neoliberalismo.
91. Dentro dessa campanha a CUT deve retomar a luta pela liberdade sindical, com direito à organização sindical e autônoma nos locais de trabalho/empresas, fim do poder normativo da Justiça do Trabalho, fim das demissões imotivadas.

Unidade e democracia, ou centralismo burocrático?

92. A CUT está ficando ‘madura’, irá completar 15 anos. É de fundamental importância recolocar na ordem do dia as idéias que nortearam sua fundação. Construir uma central classista, de massa independente dos patrões e do estado. A luta contra as direções pelegas desapareceu. Muitas das direções que derrubaram os pelegos já precisam ser democratizadas, ou trocadas, pois, já estão burocratizadas e distantes das bases.
93. Muitos sindicatos filiados a CUT se acomodaram à estrutura e maquiaram suas máquinas para sobreviver da forma que combatiam enquanto eram oposição. A luta pela independência de classe, pela participação democrática da base nas decisões, pela mobilização massiva dos trabalhadores em defesa de suas reivindicações, as respostas próprias aos ataques patronais, tem sido deliberadamente substituídas por uma estratégia sindical centrada na busca de acordos tripartites com o governo e os patrões.
94. Em vez da luta sem tréguas contra o peleguismo e pela independência de classe, temos hoje muitos Sindicatos propondo calendários de discussões de parceria com a patronal buscando políticas de “conservação social” que paralisam a CUT e a confundem com a Força Sindical e a CGT. Esta opção política tem imobilizado a Central e paralisado os Sindicatos filiados. Como reflexo estamos tendo grande dificuldade de organizar a base.
95. As respostas do “sindicato orgânico” que a Articulação Sindical apresentou na 8º Plenária de Nacional (1996) e no 6º CONCURTO (1997) e que agora voltam na forma de propostas de o “Sindicatos Nacionais” (CNQ, CNB) ou de “Confederações Orgânicas” (CNM) anunciam uma coisa e fazem outra:
- Ao invés de unificação das lutas, propõem a centralização do poder em uma executiva nacional burocratizada, isto é, longe do controle dos trabalhadores da base;
 - Ao invés da unidade dos trabalhadores, postulam a unificação dos aparatos em mãos dessa direção burocratizada que através das “novas formas de financiamento” aumentariam o poder econômico em suas mãos independente do destino dos direitos dos trabalhadores na base.
96. Não é mero esquecimento que em todos esses documentos não se faça menção concreta a nenhum mecanismo que garanta a democracia e a pluralidade de opiniões dentro das organizações que estão sendo propostas.
97. Proposta de sindicato nacional contrasta com as necessidades impostas pela realidade e com a tradição organizativa dos trabalhadores. Vejamos:
- A existência de sindicato nacional pressupõem sólidas organizações nos locais de trabalho, capazes de dar conta dos conflitos do dia-a-dia com o patronato;
 - Os trabalhadores brasileiros - até pelos ataques patronais não tem tradição de organização nos locais de trabalho;
 - Seria importante um sindicato nacional no caso de se ter um acordo coletivo nacional por categoria. A realidade, no entanto, é que cada vez mais os acordos se fragmentam por empresa, em função das especificidade;
 - O patronato e a própria justiça do trabalho vem atacando a estabilidade até de dirigentes sindicais. Um maior número de sindicatos é uma forma de garantir organização junto aos locais de trabalho, com um mínimo de estabilidade para um determinado número de ativistas.

4º CONFUP

98. Estruturas federativas, desde que democráticas, podem garantir a luta por direitos unificados a nível nacional por ramo de atividade e a existência de sindicatos que conduzam as lutas locais.
99. Estruturas organizativas como as propostas pela Articulação Sindical -AS- são coerentes com uma política onde a vontade da direção substitui a deliberação da base. Onde uma direção burocratizada detém de tal forma as rédeas da organização sindical que pode aplicar uma política de rendição frente ao governo e aos patrões sem que os trabalhadores que são contrários possam impedi-lo, mesmo sendo a maioria na base. Um exercício útil para entender todas as conseqüências do que a AS está propondo é imaginar o que teria acontecido nos primeiros meses de 1996 se a direção majoritária da CUT Nacional já tivesse implementado suas propostas organizativas (“Sindicato Orgânico” etc.) e tivesse, conseqüentemente mecanismos para ‘centralizar’, “enquadrar” e, logicamente, punir os setores que se levantaram contra a capitulação que estava acontecendo frente ao governo e em defesa das bandeiras democraticamente deliberadas pela CUT em matéria de Previdência Social (e que estavam sendo ignoradas pelos negociadores da Central).
100. A direção da CNQ no último período, nos dá subsídios para esta reflexão. Na negociação da PLR dos trabalhadores da Oxiteno e Polibrasil, os sindicatos de base ficaram à margem de qualquer discussão do desenrolar do processo. No caso específico da Oxiteno/Sul, extrema necessidade (pela discussão da retirada da Quinta Turma pela empresa por acordo com os trabalhadores desconhecendo a representatividade do Sindipolo) de ser incluído nos termos do acordo que a CNQ estava representando os sindicatos de base e isto não foi encaminhado. Pior ainda, foi a cobrança do resultado da assembléia de base que avaliaria o assunto sem que o conteúdo da proposta da empresa fosse enviada ao Sindicato para que se promovesse o trabalho político necessário naquela situação.

Construir a unidade e a Gestão Democrática nos Sindicatos

Reforma estatutária- direção colegiada

101. Ao contrário desta política que nega toda a trajetória da CUT de luta pela unidade dos trabalhadores, pela democracia sindical, pela prática de um sindicalismo de bases e de massas, de luta pelo socialismo, uma resposta Cutista aos desafios colocados pelo neoliberalismo mutações do capital passa pela proposta que aqui apresentamos do **SINDICATO UNITÁRIO DEMOCRÁTICO**, de nível regional ou estadual que deve incorporar:
- A bandeira da unidade dos trabalhadores organizando os “incluídos” e “excluídos” bandeira da CUT;
 - **A criação/fortalecimento das formas organizativas horizontais que façam na prática e cotidianamente a unidade da classe;**
 - Proporcionalidade direta e qualificada em todos os níveis do sindicato confederações/federações e da CUT. Mecanismos democráticos que permitam que todas as correntes de opinião cutistas se manifestem e participem das instâncias de direção, de acordo com seu real peso na base;
 - A organização local sendo o órgão arrecadador das mensalidades e taxas pagas pelos trabalhadores;
 - Transparência e democracia nas eleições sindicais, combate ao gangsterismo e às fraudes;
 - Construção de órgão de representação das organizações nos locais de trabalho/empresa, instância superior às direções sindicais eleitas, mas subordinada às assembléias gerais da categoria;
 - A soberania política continuará sendo das assembléias de trabalhadores da base territorial do sindicato de origem;
102. A democratização dos Sindicatos deve se basear na democracia dos trabalhadores. Para exercê-la é preciso que os trabalhadores delimitem o campo de classe entre si e os que vivem exploração do trabalho humano.

4º CONFUP

103. Com a estrutura atual nossos Sindicatos tem demonstrado ser uma máquina lenta e emperrada, que apenas reage aos acontecimentos. Os dirigentes não conseguem planejar atividades, não conseguem combater por idéias, não conseguem ter iniciativas para criar políticos e fazer avançar a luta da classe trabalhadora. Hoje somos levados a limitar ao calendário oficial. Para sair desse ciclo propomos uma série de medidas para emprendermos nos Sindicatos filiados a CUT, baseando sempre nos princípios da democracia operária.
104. É preciso eliminar toda e qualquer concepção antidemocrática do estatuto. Os casuísmos antidemocráticos como pretexto de proteger o aparelho de luta da classe, causa mais estrago à classe do que possíveis benefícios. O estatuto deve ter linguagem enxuta, feita em linguagem corrente e clara. Deve ser aprovado em congresso e impresso para ser entregue aos trabalhadores
105. Ela deve ser cuidadosamente preparada e amplamente discutida com a base sindical. A discussão deve começar por algumas questões básicas;
- Independência do Sindicato em relação ao estado (fim da estrutura sindical oficial) patronato;
 - Garantir a representação dos trabalhadores terceirizados;
 - Auto-sustentação financeira, sem taxas compulsórias (contribuição assistencial, contribuição confederativa e imposto sindical);
 - Transparência financeira - independência do conselho fiscal, inclusive com eleição em separado, garantindo-se a proporcionalidade,
 - Rotatividade dos dirigentes liberados e liberação em tempos parciais.
 - Fim do presidencialismo, funcionamento da direção de forma colegiada, com planejamento anual, por secretarias, pondo fim ao presidencialismo. Instituir o conceito de responsabilidade coletiva, com igualdade de direitos e deveres entre os membros da direção;
 - Eleições democráticas entre as chapas do campo da CUT com igualdade de condições, regimento eleitoral democrático e proporcionalidade qualificada;
 - Apoio material e político às lutas dos movimentos populares.

Viver sem o Imposto Sindical

106. Em diversos fóruns a CUT já aprovou diversas medidas no sentido dos sindicatos filiados eliminarem o imposto sindical de suas receitas. Processos na Justiça contra a sua cobrança, devolução etc, são algumas dessas determinações. Infelizmente, no entanto, a grande maioria dos sindicatos acaba recebendo e usando esse dinheiro, contribuindo para a manutenção de uma herança que joga contra a independência de classe dos trabalhadores.
107. Consolidada a anistia às multas da greve de 95, todos os Sindipetros estarão em condições de se organizar para viver sem o imposto sindical. É o caso do Sindipetro – RJ, que desde sua primeira gestão cutista vem aplicando todas essas resoluções. Além de devolver aos trabalhadores interessados a parcela que recebe, em 98, o Sindipetro-RJ doou a outros movimentos o residual não retirado pelos trabalhadores. Foram beneficiados o MST, o MTST, a CUT-RJ e o congresso nacional dos petroleiros. Deve ser dito ainda que a devolução não é um mero ato formal, feito clandestinamente O trabalhador manda para o sindicato uma cópia do contracheque em que é comprovado o valor recolhido, juntamente com o número da conta bancária. Este processo é mantido em aberto por cerca de 60 dias.
108. Todos os sindicatos filiados a CUT que de fato concordam com o fim do imposto sindical, deveriam adotar este procedimento enquanto existir tal imposto

Melhorar a democracia das instâncias dos petroleiros

109. Os petroleiros também passam por uma necessidade de reflexão A Petrobrás passa por um processo de enxugamento de unidades e concentração de gerências. Diminuem os trabalhadores efetivos, aumentam os contratados. Em cada sindicato, o setor da base

4º CONFUP

que mais cresce é o dos aposentados. Isto fragiliza a capacidade de luta. Os petroleiros efetivos em cada base são chamados cada vez mais a assumir papel de supervisores do trabalho dos contratados. Com isso a empresa tenta estabelecer um conflito permanente entre setores da classe

110. A sobrevivência da capacidade de representação dos Sindipetros passa pela conquista da representação dos trabalhadores contratados.
111. O movimento de unificação de sindicatos por região é correto e tem que ser administrado entre a necessidade de se construir estruturas fortes e a necessidade dos sindicalistas - e sindicatos - nos locais de trabalho.
112. Na prática a FUP vem cumprindo o papel de unificação das ações do conjunto dos sindicatos, a nível nacional. Desde que esta unificação ocorra de forma democrática, agindo como federação e não como sindicato - torna-se secundário o número de sindicatos regionais.
113. Para que a FUP cumpra seu papel de federação, é fundamental que na sua direção seja garantida a representação proporcional de todas as forças políticas da categoria. É necessário que antes de cada ação da categoria a ser convocada pela FUP via Primeira-Mão, tais propostas sejam pelo menos discutidas com as várias direções sindicais. É desgaste para a FUP e para os Sindicatos a distribuição de uma convocatória cujas direções não estão preparadas para implementar.
114. No caso da PLR, por exemplo, um assunto bastante polêmico por sua natureza, a FUP agiu como sindicato, analisando proposta da empresa e formulando contraproposta sem discussão com a categoria. Pior, em arremedos de conselhos consultivos, convocados, às vésperas, no afã de buscar respaldo, acabou decidindo coisas em que grande parte da própria direção estava ausente.
115. A aproximação/unificação com sindicatos do ramo químico é uma questão que se impõem a partir das realidades locais e também pelo fato dos petroleiros estarem participando da CNQ, dentro da política nacional da CUT de organização nacional por ramo.
116. Este movimento vem ocorrendo, mas em velocidade diferenciada estado/estado. Em SE/AL a unificação com os petroquímicos já ocorreu há anos. No Rio acaba de acontecer e na BA está se concretizando agora.
117. Os constantes ataques da empresa ao movimento sindical e as constantes dificuldades colocadas pelo governo/empresa ao reconhecimento das condições de trabalho que dão direito à aposentadoria especial são duas razões fortes para se buscar o engajamento de ativistas nas CIPAS.
118. Uma questão estatutária que os petroleiros precisam rever é o critério para delegação ao seu congresso A atual tabela, que visa a garantir um mínimo de representação aos sindicatos menores, na prática acaba, relativamente, dando um peso muito grande à delegação destes. A análise da relação entre a porcentagem de delegados a que cada sindicato tem direito e a de sindicalizados que possuem deixa isto transparente. Algo como o Congresso Nacional Brasileiro, onde o voto de um acreano vale por quase trinta paulistas.
119. Na tabela abaixo, para permitir a reflexão, apresentamos a delegação atual, como seria a mesma delegação total, porém, distribuída de forma diretamente proporcional ao número de sindicalizados de cada entidade, e a nossa proposta. A conclusão óbvia é que os sindicatos menores merecem uma delegação proporcionalmente maior, no entanto, o mínimo de 12 delegados hoje determinado para os que possuem até 1000 sindicalizados é benevolente demais. Acaba criando uma representação semelhante à do Congresso Nacional Brasileiro, onde os menores tem peso maior. Na prática, incentiva a existência de pequenos sindicatos.

Sindicato	Sindicalizados	%	Delegação		Relação %delg.% sind.	Delegação a a % de sindicalizados	Nossa proposta
			Atual	%			
SUP-BA	12.676	25,8	46	12,6	0,49	95	60
RJ	8.126	16,6	33	9,0	0,54	61	57

4º CONFUP

NF	5.000	10,2	24	6,6	0,64	37	45
CUBATÃO	3.927	8,0	21	5,7	0,72	29	30
CAXIAS	3391	6,9	20	5,5	0,79	25	27
SE/AL	2.800	5,7	18	4,9	0,86	21	20
RN	1.853	3,8	16	4,4	1,16	14	17
PR	1.639	3,3	16	4,4	1,31	12	16
RS	1.414	2,9	16	4,4	1,52	11	14
MG	1.426	2,9	16	4,4	1,50	11	14
CAMPINAS	1.372	2,8	16	4,4	1,56	10	14
PA	1.058	2,2	16	4,4	2,03	8	11
SJC	920	1,9	12	3,3	1,75	7	9
CE	697	1,4	12	3,3	2,31	5	7
SP	473	1,0	12	3,3	3,40	4	5
SIND.BA	643	1,3	12	3,3	2,50	5	6
ES	500	1,0	12	3,3	3,22	4	5
MAUÁ	353	0,7	12	3,3	4,56	3	5
R. GRANDE	359	0,7	12	3,3	4,48	3	5
AM	262	0,5	12	3,3	6,14	2	5
PE	200	0,4	12	3,3	8,05	1	5
TOTAL	49.089	100	366	100		366	378

120. A nossa proposta contida na última coluna da tabela, procura redistribuir as delegações reconhecendo um mínimo de 5 para os menores e valorizando as maiores bases.

Nossa proposta adotar os seguintes critérios:

Faixa de associados	Número de delegados
Até 500	Delegados
De 501 a 1.500	+ 1 delegado/100 associados ou fração de 50
De 1.501 a 3.000	+ 1 delegado/ 150 associados ou fração de 75
De 3.001 a 5.000	+ 1 delegado/ 200 associados ou fração de 100
De 5.001 a 7.500	+ 1 delegado para cada 250 associados ou fração de 125
De 7.5001 a 10.500	+ 1 delegado para cada 300 associados ou fração de 150
Acima de 10.501	+ 1 delegado para cada 400 associados ou fração de 200

121. A formulação de um novo critério de delegação é urgente. Além de resolver o problema numérico em si, a FUP precisa uniformizar os critérios adotados pelos sindicatos para contarem seus sócios. O número total de sindicalizados apresentado na tabela da FUP é 20 % superior ao total dos trabalhadores da ativa empregados nas empresas do setor. Um exemplo de distorção: alguns sindicatos contam aposentados em dia com a mensalidade; em outros, os aposentados são isentos do pagamento. Hoje ocorrem sindicatos que apresentam um pequeno número de sindicalizados em suas eleições - onde atingir o quorum é sempre um desafio- e outro número bem maior a

4º CONFUP

FUP e à CUT para servir de base para eleição de delegação. Será que não é possível a partir do salário médio de cada base e do repasse de mensalidade para os organismos superiores se ter uma idéia de qual seja o real número de trabalhadores em dia em cada sindicato?

As armadilhas da PLR

- **não ao acordo de metas, não às parcerias;**
- **redução de custos é contra os interesses da classe que quer mais e melhores empregos;**

“Esta Medida Provisória regula a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa como instrumento de integração entre capital e o trabalho e como incentivo à produtividade...”

122. O texto acima é a parte fundamental do artigo 1º da MP editada por Itamar Franco no final de seu mandato e reeditada até hoje por FHC, para regular a PLR. Já tem quase 4 anos de vida, mas o governo ainda não a votou no Congresso Nacional. O objetivo de construir a parceria, é claro, inequívoco. Portanto, qualquer sindicalista deve enfrentar essa discussão sabendo que está entrando em uma arapuca. Deve, portanto, entrar sabendo que armas usar para, no momento certo, sair fora. Pelo menos se for um sindicalista classista.
123. O que é pago, sob a forma de PLR, é isento de encargos, o que já abre possibilidades de fraudes. Os patrões podem reduzir os salários e pagá-los sob a forma de PLR, barateando suas folhas.
124. O grande problema é que, acenando com dinheiro, os patrões tentam ganhar adesões a seus projetos. Tais adesões podem significar a perda de autonomia. Podem significar, no mínimo, omissão diante de políticas de redução de custos implementadas pelas empresas.
125. Em muitos casos os trabalhadores não tem a mínima possibilidade de interferir - e sequer acompanhar os reais resultados das metas propostas. Além do mais, o patronato tenta dividir as categoria em duas classes: ativos e aposentados. Isto é o que tenta fazer a Petrobrás, não pagando-a aos aposentados.
126. “Inconcebível que uma empresa da respeitabilidade e importância de uma PETROBRÁS dispense este tratamento para com seus aposentados, justamente aqueles que alçaram a empresa ao ponto de respeito e pujança em que se encontra ‘. CLÁUDIO OLIMPIO L. CARVALHO - Juiz do Trabalho da 28ª JCI-RJ.
127. Com essa sentença o juiz reconhece a discriminação que a Petrobrás está praticando com os aposentados. Ela os discrimina como se ao longo do anos de trabalho não tivessem contribuído com seus esforços e dedicação para que a empresa chegasse a posição de destaque internacional que hoje se encontra.
128. O movimento sindical deve ficar atento a esta armadilha, lucros (balanços que podem ser manipulados) ou resultados (cujos esforços para atingi-los recairão totalmente sobre o trabalhador).
129. Ao aceitar a discussão das metas a serem alcançadas ,o trabalhador é levado a vestir a camisa de força da empresa. Pois seu objetivo é atrelar o trabalhador aos seus planos de metas, sem regras claras e objetivas sem estudo da viabilidade, sem o compromisso de que os direitos trabalhistas serão respeitados. E o mais grave, não pode garantir o aporte financeiro, pois o mesmo depende do ok do governo.
130. Ao oferecer esta parceria (capital x trabalho,) a empresa faz do trabalhador o único responsável pela performance do alto lucro, da produção, do refino e da distribuição.
131. Na lógica perversa do capital o lucro deve ser atingido de qualquer maneira, mesmo com a demissão de trabalhadores, pois nas “metas” da empresa a reposição da mão-de-obra altamente qualificada que sai dos seus quadros mensalmente não é impedimento para atingir seus resultados. A segurança - outrora item da mais alta importância- é negligenciada, pondo em risco as unidades operacionais e a vida dos trabalhadores.
132. Outro absurdo é a tabela proposta pela empresa com suas metas e pesos o que irá, dar aos gerentes o poder de julgamento dos trabalhadores. Na sua proposta de lucros ou

4º CONFUP

resultados, os dividendos a serem pagos serão de forma diferenciada privilegiando os demais altos salários. A distribuição com valor igual para todos (ativos e aposentados) iria contribuir para uma melhor distribuição de renda, pois iria favorecer quem ganha menos.

133. Outro dado importante é não esquecer que para empresa a “PLR” vem servindo para o arrocho salarial (vide 1996 e 1997) e a perda de uma aposentadoria mais elevada, visto que na média das contribuições para o INSS e, conseqüentemente, Petros não entra abonos, PL ou PR ou PLR.
134. Por fim, tenta comprar os dirigentes sindicais com liberação total do trabalho, oferecendo aos mesmos a PLR o que é negado aos aposentados com a alegação que eles não produzem.

Campanha salarial

Balanço da última campanha

135. A falta de mobilização da categoria foi a tônica da última campanha. Essa falta de disposição de luta é reflexo de uma série de fatores, dentre os quais podemos listar:
- Traumas da greve de 95;
 - Falta de renovação da categoria;
 - Alto índice de terceirização;
 - Falta de estabilidade do emprego;
 - Refluxo geral da classe trabalhadora.
136. Problemas, no entanto, ocorreram também ao nível da direção. Podemos destacar:
- A pauta com índices pretensiosos (em termos financeiros) que não corresponderam posteriormente a nenhuma capacidade de luta para sustentá-la.
 - ao invés de fazer valer a busca de transparência nas negociações, a direção da FLP passou a realizar sucessivas reuniões “paralelas”, às quais nem o onjurito da direção tinha acesso.

Pauta para 98

137. Para 98 devemos partir, no mínimo, do patamar atual (inclusive de diretores liberados), buscando ampliar em vários aspectos, resgatando cláusulas perdidas como garantia de emprego e reintegração de dirigentes sindicais afastados por razões políticas.

Formas de luta e processo negocial

138. A negociação deve ser considerada como uma conseqüência da organização sindical. Deve-se privilegiar sempre negociar com os trabalhadores organizados e mobilizados. Devemos ter calendário de lutas, previamente elaborados, que procurem unificar a intervenção unitária dos sindicatos.
139. É ano eleitoral e, como em 94, Lula disputa novamente. Por mais que os petroleiros devam apoiar a candidatura de oposição, é fundamental que não se deixe a campanha para depois. As coisas precisam ser combinadas. É o crescimento da oposição que pode fazer o governo ceder. São as lutas pelos interesses imediatos da classe trabalhadora que explicitarão o caráter do atual governo e farão a oposição crescer

Políticas específicas

Organização dos trabalhadores contratados

Pela igualdade de direitos entre trabalhadores efetivos e contratados

140. A terceirização aponta evidentes armadilhas para os trabalhadores e para o movimento sindical, ainda maiores num período de grave crise econômica. Do ponto de vista empresarial, ela significa também o combate às organizações e conquistas sindicais, e uma nova tentativa do capital no sentido de ampliar seu controle da

4º CONFUP

produção e do trabalho. Temos também as suspeitas levantadas por vários trabalhadores, de que parte das subcontratações associa-se a cambalachos e privilégios a amigos, geralmente gerentes e diretores da própria empresa que terceiriza.

141. Poucos são os beneficiados com a terceirização. Salários menores, inexistência de benefícios, tais como, alimentação adequada e transporte de qualidade, dificuldade de organização sindical, falta de políticas de treinamento, ritmo de trabalho mais intenso, ambiente de alojamentos e refeitórios degradados. Este é um panorama descrito com frequência pelos trabalhadores em contato com estas experiências concretas.
142. Deve-se frisar também o caso das empreiteiras ou subcontratadas, cujos funcionários prestam serviços dentro da empresa contratante. Alguns dos trabalhadores destas empresas passam, depois de certo tempo, a fazer funções para as quais não foram contratados, sem quaisquer direitos conquistados pelos demais. Cria-se uma situação onde é possível que o quadro de funcionários com vínculo empregatício seja minoritário em relação ao quadro das empreiteiras. As dificuldades para as negociações sindicais tendem a se tornar maiores.
143. Deve-se considerar a existência de discriminação que acaba por partir dos próprios trabalhadores, já visível em alguns casos. Isto porque há vários padrões, e ao mesmo tempo nenhum. A identidade entre os trabalhadores tem boas possibilidades de se desintegrar. Os coletivos são menores, e dado o contexto brasileiro, maiores são as dificuldades de organização e militância sindical. O problema da representação sindical inclusive em termos de organização por local de trabalho esta portanto colocado na ordem do dia.
144. Deve-se reafirmar posição contra a terceirização, na medida em que vem deixando um rastro nítido de rebaixamento salarial, retração no nível de emprego e degradação das condições de trabalho. Deve-se denunciar também o autoritarismo que a maioria das empresas vem adotando no tratamento do tema. Só a resistência dos trabalhadores pode gerar mais perdas às empresas do que os eventuais lucros que elas estejam planejando colher como fruto da terceirização.
145. O êxito da luta depende, basicamente, do comportamento assumido pelo conjunto de trabalhadores atingidos ou ameaçados pelo avanço da terceirização. Se o empresariado, sobretudo suas parcelas mais retrógradas, conseguir divulgar com eficiência seu argumento cínico de que os trabalhadores aqui serão automaticamente reaproveitados acolá, logrando, desse modo, a cumplicidade e o silêncio das próprias vítimas, lógico que os sindicatos sairão derrotados. É fundamental, portanto, lançar um amplo trabalho de conscientização e mobilização de base em torno da questão, conscientes de que essa mobilização será o fiel da balança no presente conflito.

Cooperativas: estágio superior de exploração

146. Diante do agravamento da exclusão social em decorrência das políticas neoliberais, a formação de cooperativas tem sido uma alternativa apontada por governo, ONGs, e vários órgãos financiadores como alternativa para combater o desemprego.
147. Vendendo a idéia de que na cooperativa o trabalhador será “dono de seu próprio negócio” estas propostas tem encontrado repercussão em vários setores e grupos de trabalhadores desempregados.
148. A realidade, no entanto, é bem mais amarga. Estes trabalhadores ficam totalmente descobertos em seus direitos sociais. A cooperativa não tem que recolher INSS, FGTS, não paga férias, não paga 13º, não paga auxílio-doença, não paga final de semana, etc. Para ganhar mais, o trabalhador trabalha mais. E lá se vão as 8 horas, o final de semana. E ainda, com a ilusão de ser dono do negócio, o trabalhador cooperativado acaba perdendo seu referencial de classe.
149. A brecha aberta na CLT com a introdução do parágrafo único, no artigo 442, explicitando a ausência de vínculo entre trabalhador e cooperativas abriu espaço para um bando de falcatuas. Até empresas passaram a constituir cooperativas para serem “contratadas” para prestar serviços.
150. Na medida em que as empresas encontram essa possibilidade de contornar direitos dos trabalhadores, elas passam a usar essa via, fragilizando os direitos da classe

4º CONFUP

trabalhadora como um todo. Assim, a alternativa de cooperativa é uma ótima solução para os neoliberais que querem justamente retirar direitos dos trabalhadores.

151. Todas estas razões levam a necessidade dos petroleiros organizarem um combate a contratação de trabalhadores, através de cooperativas. Para isso, duas medidas são possíveis:

- Entrar com todos os recursos jurídicos ao alcance da mão para barrar a contratação de cooperativas como prestadoras de serviços nas empresas;
- Apoiar o projeto de lei do Dep. Aloísio Ferreira que retira tal questão da CLT.

Bandeiras de luta

152. Para encaminhar as lutas dos contratados é fundamental uma plataforma discutida amplamente em toda a categoria, em especial em cada base onde o problema se coloque. Esta plataforma pode se converter num instrumento de convencimento da própria base sobre o acerto e a maturidade da posição adotada pelos sindicatos. Dividimos a plataforma em dois conjuntos de bandeiras e ações. Um para ser negociado com as empresas contratantes, outra para os próprios sindicatos atuarem organizando os terceirizados

153. Para evitar que cada licitação visando a renovação de um determinado contrato de serviços se torne uma tesoura a cortar direitos dos trabalhadores, propomos que seja negociado com as empresas contratantes a exigência mínima dos seguintes parâmetros:

- os trabalhadores contratados deverão receber, no mínimo, uma remuneração salarial igual ao piso da respectiva função prevista no PCCS dos trabalhadores efetivos;
- todos os contratados deverão receber: refeição (ou vale), transporte ou ticket e plano de saúde nas mesmas condições das que forem oferecidas pela empresa contratante a seus próprios funcionários, EPIs gratuitos, treinamento em horário remunerado.

154. Algumas bandeiras de ação sindical visando a organização dos contratados:

- Pelo enquadramento sindical como petroleiros dos trabalhadores terceirizados que prestem serviços dentro das unidades contratantes,
- Organização de comissões de base por firma contratada;
- Divulgar para a categoria as condições de trabalho de terceiros: salários, benefícios, rotatividade e etc.;
- Apoiar todas as lutas dos trabalhadores das empresas contratadas;
- Desenvolver programas de formação sindical específicos para os trabalhadores terceirizados; divulgar experiências que não deram certo, problemas de qualidade e cambalachos em processos de terceirização;
- Lutar para garantir aos trabalhadores terceirizados, os mesmos benefícios dos funcionários da empresa contratante;
- Fazer convênios com a CEF para acompanhar os depósitos de FGTS,

155. Para dar conta destas questões é necessário que os sindicatos organizem secretarias e/ou comissões específicas dotadas de recursos materiais e humanos capazes de atender as demandas decorrentes da organização dos trabalhadores contratados na luta pela equiparação dos direitos como os trabalhadores efetivos de cada empresa.

RESOLUÇÕES FINAIS

Devido ao atraso no congresso, foi deliberado pela plenária final que as decisões dos grupos de SINDICALISMO E AÇÃO SINDICAL e PAUTA DE REIVINDICAÇÃO serão consideradas como resoluções do 4º CONFUP. Como também colocar as propostas e suas respectivas porcentagens.

Sindicalismo e ação sindical

O encaminhamento aprovado foi que cada Tese apresentasse seus pontos polêmicos para debates e votações.

Ponto 1 - Eleições Presidenciais

- **Deliberou-se por comitês regionais Lula-Presidente, conforme resultado abaixo:**

Constituição de comitês nacional e regional LuIa

65%

Constituição de comitês Lula-Presidente e José Maria-Presidente

33%

Ponto 2 - Unificação dos Sindicatos por Ramo (APROVADO POR CONSENSO)

- Defendemos o aprofundamento dos processos de unificação dos nossos sindicatos do ramo químico, constituindo os sindicatos unitários, democráticos, de nível regional ou estadual. Entidades essas que teriam um papel fundamental na unificação das lutas através da construção de um sindicalismo de base e de massas com a democratização de suas instâncias e assegurando a pluralidade de opiniões dentro de suas organizações, com mecanismos democráticos que permitam a manifestação de todas as correntes de opinião Cutistas.

Ponto 3 - Organização no Local de Trabalho (APROVADO POR CONSENSO)

- O 4º CONFUP indica um prazo de 120 dias para que as direções regionais organizem seminários sobre OLT e formas concretas para sua implementação.
- Vencido o prazo a FUP convocará um seminário nacional para a discussão em âmbito nacional sobre OLT e sua efetivação nas bases da categoria.

Ponto 4 - Proporcionalidade de delegados/Tabela (APROVADO POR CONSENSO)

- Que a direção da FUP organize debates, seminários, etc, com o objetivo de discutir propostas de proporcionalidade de delegados para as instâncias da FUP, bem como discussão de critérios de filiação de trabalhadores junto aos sindicatos.
- Estas propostas deverão ser organizadas pela FUP e apresentadas no próximo CONFUP para discussão e deliberação.

Ponto 5 - Proposta de alteração do ESTATUTO da FUP, já para este mandato (APROVADO POR CONSENSO)

Veja a proposta:

Aumentar de 11 para 13 o número de diretores da executiva.

Aumentar de 6 para 7 o número de secretarias - com a criação da Secretaria de Empreiteiras, e a transformação da Secretaria de Aposentados e Políticas Sociais em

4º CONFUP

Secretaria de Aposentados, Petros e Previdência, ficando a FUP com a seguinte constituição:

- Coordenação Geral 1(um) membro
- Secretaria de Finanças 2 (dois) membros
- Secretaria de Imprensa e Comunicação 2 (dois) membros
- Secretaria de Política Sindical e de Formação 2 (dois) membros
- Secretaria de Aposentados, Petros e Previdência 1(um)
- Secretaria de Saúde, Tecnologia e Meio Ambiente 2 (dois) membros
- Secretaria de Assuntos Institucionais e Jurídicos 2 (dois) membros
- Secretaria de Empreiteiras 1(um) membro

Obs. O companheiro aposentado eleito num fórum específico de aposentados, conforme ARTIGO 25/Vil dos Estatutos da FUP, integrará a nova Secretaria de Aposentados, Petros e Previdência.

Ponto 6 - Participação nos Lucros e/ou Resultados

Este ponto foi dividido em outros sub-pontos, como vemos a seguir.

Foi consenso:

- Continuar a discussão sobre PLR sendo que a mesma deverá ser paga linearmente.
- Não discutir/negociar com a Petrobrás durante a campanha reivindicatória e que a FUP marque um calendário de negociações com a Petrobrás após o término da mesma.

UNIVERSALIDADE (ATIVA E APOSENTADOS)

- Deliberou-se por manter a universalidade entre ativa e aposentados conforme resultado abaixo:

A favor	59%
Contra (garantindo o pagamento aos aposentados que trabalharemos até 31/12 do ano anterior)	41%

NEGOCIAÇÕES DE METAS

- Deliberou-se contra qualquer tipo de negociação de metas conforme resultado abaixo:

Contra negociar qualquer tipo de metas	59%
A favor de continuar negociando metas coletivas	41%

Foi rejeitada a proposta de entrar na justiça reivindicando a PLR.

Ponto 7- Organização dos Terceirizados/Empreiteiras (APROVADO POR CONSENSO)

Além das propostas que a categoria Petroleira já implementa, em respeito aos companheiros terceirizados, devemos adendar mais as seguintes propostas:

- Exigir que a Petrobrás garanta um patamar mínimo de direitos aos trabalhadores terceirizados, tais como: Piso salarial, Vale refeição, etc

4º CONFUP

- Trabalhar pelo fim da terceirização nas áreas operacionais e também nas demais áreas da Petrobrás.
- Criar instrumentos que garantam maior fiscalização sobre as empresas, tentando com isso evitar calotes sobre os direitos dos trabalhadores.
- Incorporar companheiros terceirizados nas diretorias dos Sindipetros/Stiep.
- Indicar a FUP/ CNQ que realizem um encontro nacional de companheiros terceirizados na primeira semana de dezembro.
- Montar uma pauta mínima unificada para que os companheiros terceirizados reivindiquem de suas empresas.

Ponto 8 - Calendário de Lutas/Bandeiras (APROVADO POR CONSENSO)

- Defesa das 6 horas de turno.

Ponto 9- Devolução do Imposto sindical (APROVADO POR CONSENSO)

- Manutenção das nossas posições anteriores de ser contra o imposto sindical, trabalhar na justiça para evitar o desconto no mês de março de cada ano e que todos os sindicatos petroleiros devolvam o dinheiro à base, se por ventura receberem qualquer repasse a esse título.

Ponto 10 - Discussão sobre Sindicato Orgânico (APROVADO POR CONSENSO)

- Continuar trabalhando na linha da unificação dos sindicatos dos Petroleiros entre si, com os Químicos e com os Petroquímicos, rumando para o fortalecimento do Ramo Químico.(vide Sindicato por Ramo).

Ponto 11 - Contrato Coletivo (APROVADO POR CONSENSO)

- Resgatar a proposta histórica da CUT/CNQ e trabalhar no sentido de implementá-la no setor Petróleo.

Ponto 12 - Cooperativas (APROVADO POR CONSENSO)

- Combater a contratação de empregados através de cooperativas;
- Promover ações na justiça contra as cooperativas; e
- Trabalhar pela revogação do artigo 442 da CLT.

4º CONFUP

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES 98/99

CAPÍTULO 1 - DOS SALÁRIOS

REAJUSTE SALARIAL

(Cláusula 1º do ACT 97/98)

CLÁUSULA 1 - Em 1º de setembro de 1998, a Companhia reajustará os salários de seus empregados, conforme vigentes em agosto de 1998, em 100% do ICV-DIEESE acumulado entre 10 de setembro de 1997 e 31 de agosto de 1998.

REPOSIÇÃO DE PERDA INFLACIONÁRIA

(Cláusula Nova)

CLÁUSULA 2 - Sobre o salário reajustado conforme cláusula 1º incidirá o percentual de %, a título de compensação da perda salarial verificada quando dos reajustes decorrentes dos Acordos Coletivos a partir de 1994.

ANTECIPAÇÃO MENSAL DO SALÁRIO

(Cláusula 2º do ACT 97/98)

CLÁUSULA 3 - A Companhia efetuará o pagamento normal dos salários no dia 25 do respectivo mês. Eventuais acertos desse pagamento serão processados e pagos dentro do prazo legal.

Parágrafo 10º - A Companhia concederá o adiantamento de 40% do salário líquido estimado do mês, no dia 10 respectivo, para desconto integral no dia 25 subsequente.

Parágrafo 2º - A Companhia proverá a Petros de recursos financeiros, em tempo hábil para que esta pague as complementações e suplementações de benefícios previdenciários nos mesmos percentuais e nas mesmas datas estipuladas no caput e parágrafo anterior.

PROPORCIONALIDADE - REAJUSTE INTEGRAL (Cláusula 4º do ACT 97/98)

CLÁUSULA 4 - A Companhia garante correção integral de salário para os empregados admitidos após a data-base, desconsiderando, desse modo, a figura da proporcionalidade.

PISO SALARIAL

(Cláusula Nova *salário mínimo do DIEESE)

CLÁUSULA 5 - A Companhia se compromete a observar o valor mínimo de R\$

(* (.....) para o menor salário-básico praticado.

PASSIVOS TRABALHISTAS

(Cláusula Nova)

CLÁUSULA 6 - A Companhia se compromete com o pagamento de diferenças de parcelas remuneratórias de seus empregados, verificadas nos últimos cinco anos, decorrentes da inobservância da devida integração dos valores de horas extras, adicional por tempo de serviço e auxílio-almoço

AUMENTO REAL POR PRODUTIVIDADE

(Cláusula Nova)

CLÁUSULA 7 - Sobre os salários corrigidos na fórmula das cláusulas 1ª e 2ª incidirá o percentual de a título de aumento real por produtividade.

TRABALHADORES DAS SUBSIDIÁRIAS

4º CONFUP

(Cláusula Nova)

CLÁUSULA 8º - A Companhia e a FUP acordam que os princípios constantes das cláusulas relativas a salários desse Acordo Coletivo valerão também para os trabalhadores da Gaspetro, Petroquisa e Braspetro.

Parágrafo único - A Companhia e a FUP acordam o estabelecimento de processo negocial visando à pactuação de Acordo Coletivo válido para as relações individuais de trabalho dos empregados da Petrobrás da Gaspetro, da Petroquisa e da Braspetro, a vigorar a partir de 1º de setembro de 1999

CAPÍTULO II - MELHORES CONDIÇÕES

AUMENTOS PERIÓDICOS

(Cláusula Nova)

CLÁUSULA 9 - A Companhia concederá aumento de níveis salariais automaticamente, a cada doze meses, a todos os seus empregados.

ATS (Cláusula a do ACT 97/98)

CLÁUSULA 10 - A Companhia pagará o Adicional por Tempo de Serviço - ATS (Anuênio) para todos os empregados, de acordo com a tabela vigente em 1º de setembro de 1996.

Parágrafo único - O Adicional por Tempo de Serviço integrará o salário básico para cálculo de adicionais, ratificações e quaisquer outras parcelas remuneratórias referenciadas no salário-básico.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS VANTAGEM PESSOAL

(Cláusula 6º do ACT 97/98)

CLÁUSULA 11 - A Companhia continuará a conceder a PL-DL-1971/82 aos empregados admitidos até 31 .08.95.

Parágrafo 1º - Essa concessão é feita de forma duodecimada, caracterizada como vantagem pessoal, nominalmente identificada.

Parágrafo 2º - O pagamento será feito sob o título de Vantagem Pessoal – DL – 1971/82 (VP- DL 1971/82), sendo assegurados para os empregados admitidos até 31.08.95, os percentuais até então percebidos, do salário básico em cada mês.

PERICULOSIDADE

(Cláusula 9º do ACT 97/98)

CLÁUSULA 12 - A Companhia concederá o Adicional de Periculosidade, dentro de suas características básicas e da legislação, sendo vedado o pagamento retroativo a qualquer título, para os admitidos até 1º de agosto de 1996.

GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS (G.F)

(Cláusula 10 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 13 - A Companhia manterá a concessão da Gratificação de Férias a todos os empregados do sistema PETROBRÁS, nos moldes praticados em 10 de agosto de 1996.

Parágrafo 1º - O pagamento será efetuado até 2 (dois) dias úteis antes do início do gozo de férias.

Parágrafo 2º - Os valores pagos a título de antecipação do salário de férias, serão descontados em cinco parcelas a partir do mês do retorno do empregado ao trabalho.

INDENIZAÇÃO DA G.F (Cláusula 11 do ACT 97/98)

4º CONFUP

CLÁUSULA 14 - A Companhia garante aos empregados o pagamento da indenização da Gratificação de Férias, correspondente ao período aquisitivo proporcional ou vencido e não gozado, em todas as rescisões contratuais e nos casos de aposentadoria.

Parágrafo único - Não farão jus à indenização da Gratificação de Férias proporcional o empregado dispensado a pedido, e o que se demitir, com menos de 1 (um) ano de casa, e aquele dispensado por justa causa.

ADICIONAL DE SOBREAVISO (ASA)

(Cláusula 12 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 15 - A Companhia manterá em 40% (quarenta por cento) o valor do Adicional de Sobreaviso (ASA), incidente sobre o total resultante da soma do Salário Básico, do Auxílio Almoço e do ATS, efetivamente percebidos no mês, acrescido do Adicional de Periculosidade.

Parágrafo único - Sempre que o trabalho efetivo, em jornada de trabalho de regime em Sobreaviso, exceder as 12 horas legais, será devido o pagamento de horas extraordinárias.

ADICIONAL DE EQUIPE SÍSMICA

(Cláusula 13 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 16 - A Companhia concederá aos empregados, enquanto estiverem efetivamente engajados em trabalho de equipe sísmica terrestre, um adicional no valor aos equivalente a 20% (vinte por cento) do total resultante da soma do Salário Básico, do Auxílio-Almoço e do ATS.

ADICIONAL DE CONFINAMENTO

(Cláusula 14 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 17 - A Companhia manterá o percentual do Adicional Regional de /82 Confinamento (ARC) em 5%, 10%, 15% e 30%, assegurados os critérios de concessão os do referido adicional, constantes da Norma 30-03, de Administração de Cargos e Salários.

ADICIONAL DE HORA REPOUSO ALIMENTAÇÃO (AHRA)

(Cláusula 15 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 18 - A Companhia pagará, para os empregados em regime de Turno Ininterrupto de Revezamento o Adicional da Hora de Repouso e Alimentação (AHRA), no percentual de 30% (trinta por cento) incidente sobre o salário básico efetivamente percebido no mês, acrescido do adicional de periculosidade, do adicional por tempo de serviço, do adicional noturno, e da VP-DL 1971/82 a que se refere a Cláusula 11 do presente Acordo.

TOTAIS DE HORAS MENSAIS (THM)

(Cláusula 16 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 19 - A Companhia manterá em 200, 180, 175 e 168 o Total de Horas Mensais (THM) para pagamento e desconto de ocorrências de frequência, respectivamente, para as cargas semanais de 40 horas, 36 horas, 35 horas, e 33 horas e 36 minutos.

Parágrafo único - A Companhia, manterá os critérios e procedimentos referentes a desconto de faltas sem motivo justificado e quanto ao número de horas descontadas em função de cada tipo de regime e jornada adotados, bem como os descontos concomitantes dos números proporcionais de horas referentes ao repouso semanal remunerado.

HORAS EXTRAS (HE) REMUNERADAS

4º CONFUP

(Síntese das cláusulas 17, 18, 19 e 20 do ACT 97/98, com aumento de 90% para 100% das HHEE diurnas do HA, e inovando no § 4º)

CLÁUSULA 20 - A Companhia restringirá a realização de serviço extraordinário aos casos de comprovada necessidade. A Cia. garante que todas as horas suplementares trabalhadas serão remuneradas com acréscimo de 100% (cem por cento).

Parágrafo 1º - Quando o empregado optar pela compensação das horas extras realizadas terá direito a fazê-lo na proporção de uma hora extra para cada duas horas de repouso remunerado em compensação, independentemente do direito ao repouso remunerado gerado pela jornada normal.

Parágrafo 2º - A Companhia garante que, nos casos em que o empregado, encontrando-se nos períodos de descanso fora do local de trabalho, venha a ser convocado para a realização de serviço extraordinário para o qual não tenha sido previamente convocado, será observando um número mínimo de 04 (quatro) horas suplementares, independentemente do número de horas trabalhadas inferiores a 04 (quatro), como recompensa ao esforço despendido naquele dia.

Parágrafo 3º - São consideradas horas extras as horas trabalhadas, a título de dobra, pelos empregados que trabalham em regime de turno ininterrupto de revezamento, qualquer que seja o número de horas, seja por prorrogação, seja por antecipação da jornada normal prevista na escala de revezamento.

Parágrafo 4º - Quando o empregado dobrar sua jornada de trabalho, terá direito a folga na sua primeira jornada subsequente, sem prejuízo das horas extras oriundas das dobras e do salário do dia folgado. Quando a dobra ocorrer em instalações off-shore, ou no campo, o direito a folga será garantido no início ou no final do período de férias.

HE/INTEGRAÇÃO DOS ADICIONAIS DE CÁLCULO

(Síntese das Cláusulas 21 e 23 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 21 - A Companhia incluirá no cálculo das horas extras os adicionais efetivamente percebidos pelo empregado, inclusive o Adicional de Hora de Repouso e Alimentação (HRA) o Adicional de Periculosidade o Adicional Regional, o Adicional por Tempo de Serviço e o Auxílio-Almoço.

HE/VIAGEM A SERVIÇO

(Cláusula 22 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 22 - No caso de viagem a serviço da Companhia que coincida com o dia de folga ou de repouso remunerado, a Companhia garante a sua retribuição como se fora de trabalho extra, nos limites da jornada normal. Excetuam-se desse tratamento os empregados isentos de ponto, e aqueles que viajarem para o cumprimento de programa de treinamento.

Parágrafo único - Em qualquer hipótese será respeitada a opção e a forma referidas no parágrafo 1º da cláusula 20, para gozo de repouso remunerado ou pagamento das horas extraordinárias.

AUXÍLIO ALMOÇO

(Cláusula 24 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 23 - A Companhia compromete-se, na vigência do presente instrumento, a atualizar nas mesmas épocas de reajuste geral dos salários, os valores pagos a títulos de Auxílio Almoço, tendo como base a variação do índice do custo de alimentação.

Parágrafo único - O Auxílio integrará o salário básico para cálculo de adicionais, gratificações e quaisquer outras parcelas remuneratórias referenciadas no salário-básico.

ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO

4º CONFUP

(Síntese das Cláusulas 25 {caput} e 3º parágrafo do ACT 97/98)

CLÁUSULA 24 - No exercício de 1999, não havendo manifestação em contrário do empregado, expressa e por escrito, a Companhia pagará até o dia 15 de fevereiro, como adiantamento do 13º salário (Leis 4.090/62 e 4.749/65), metade da remuneração devida naquele mês. O empregado poderá optar, também por receber esse adiantamento por ocasião do gozo de férias, se ocorrer em mês de fevereiro. A Companhia pagará ainda, a esses empregados, a eventual diferença entre o adiantamento concedido e o valor da metade do 13º salário calculado com base na remuneração do mês de férias.

Parágrafo único - O pagamento da diferença do 13º salário (complementar ou integral), relativo a 1998, a título de antecipação, será efetuado até 20 de novembro de 1998. Até 18 de dezembro de 1998 a Companhia promoverá os ajustes deste pagamento.

AUXÍLIO DOENÇA - FÉRIAS E 13º SALÁRIO

(Cláusula 26 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 25 - A Companhia garante, nos casos de afastamento do empregado em decorrência de doença ou acidente, por até 180 (cento e oitenta) dias, devidamente caracterizados pelo órgão de saúde da Companhia ou da Previdência Social, que este receberá o 13º salário e as férias do período, além das vantagens que lhe são asseguradas.

AUXÍLIO DOENÇA - COMPLEMENTAÇÃO

(Cláusula 27 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 21 - A Companhia incluirá no cálculo das horas extras os adicionais efetivamente percebidos pelo empregado, inclusive o Adicional de Hora Repouso e Alimentação (HRA), o Adicional de Periculosidade, o Adicional Regional, o Adicional por Tempo de Serviço e o Auxílio-Almoço.

HE/ VIAGEM A SERVIÇO

(Cláusula 22 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 22 - No caso de viagem a serviço da Companhia que coincida com o dia de folga ou de repouso remunerado, a Companhia garante a sua retribuição como se fora de trabalho extra, nos limites da jornada normal. Excetuam-se desse tratamento os empregados isentos de ponto, e aqueles que viajarem para o cumprimento de programa de treinamento.

Parágrafo único - Em qualquer hipótese será respeitada a opção e a forma referidas no parágrafo 10, da cláusula 20, para gozo de repouso remunerado ou pagamento das horas extraordinárias.

AUXÍLIO ALMOÇO

(Cláusula 24 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 23 - A Companhia compromete-se, na vigência do presente instrumento, a atualizar nas mesmas épocas de reajuste geral dos salários, os valores pagos a títulos de Auxílio Almoço, tendo como base a variação do índice do custo de alimentação.

Parágrafo único - O Auxílio integrará o salário básico para cálculo de adicionais, gratificações e quaisquer outras parcelas remuneratórias referenciadas no salário-básico.

ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO

(Síntese das Cláusulas 25 {caput} e 3º § (do ACT 97/98)

CLÁUSULA 24 - No exercício de 1999, não havendo manifestação em contrário do empregado, expressa e por escrito, a Companhia pagará até o dia 15 de fevereiro, como adiantamento do 13º salário (Leis 4.090/62 e 4.749/65), metade da remuneração devida naquele mês. O empregado poderá optar, também, por receber esse adiantamento por ocasião do gozo de férias, se ocorrer em mês diferente de fevereiro. A Companhia pagará

4º CONFUP

ainda, a esses empregados, a eventual diferença entre o adiantamento concedido e o valor da metade do 13º salário calculado com base na remuneração do mês de férias.

Parágrafo único - O pagamento da diferença do 13º salário (complementar ou integral), relativo a 1998, a título de antecipação, será efetuado até 20 de novembro de 1998. Até 18 de dezembro de 1998 a Companhia promoverá os ajustes deste pagamento.

AUXÍLIO DOENÇA - FÉRIAS E 13º SALÁRIO

(Cláusula 26 do ACT 97/98)

CLAUSULA 25 - A Companhia garante, nos casos de afastamento do empregado em decorrência de doença ou acidente, por até 180 (cento e oitenta) dias, devidamente caracterizados pelo órgão de saúde da Companhia ou da Previdência Social, que este receberá o 13º salário e as férias do período, além das vantagens que lhe são asseguradas.

AUXÍLIO DOENÇA - COMPLEMENTAÇÃO

(Cláusula 27 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 26 - A Companhia assegurará, a título de Complementação do Auxílio-Doença, a complementação da remuneração integral do empregado afastado, em decorrência de Acidente de Trabalho ou Doença Profissional: durante os 4 (quatro) primeiros anos de afastamento e durante os 3 (três) primeiros anos, para os demais casos de Auxílio-Doença.

Parágrafo único - Cessará o pagamento da vantagem, antes do citado prazo, quando:

a - Sem motivo justificado o empregado deixar de cumprir o tratamento previsto ou se recusar ao mesmo, garantido no entanto ao empregado seu direito de livre escolha médica, e à opção por terapias alternativas, desde que constantes do rol de serviços conveniados com a Assistência Multidisciplinar de Saúde;

b - Houver comprovada recusa do, empregado a participar do programa de reabilitação e/ou readaptação profissional;

e - O empregado exercer, durante o afastamento, qualquer atividade remunerada.

ADICIONAL DE INTERINIDADE

(Cláusula 28 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 27 - A Companhia garante o pagamento do Adicional de Interinidade a partir do primeiro dia de substituição interina, em qualquer situação, tendo como base o salário do substituído.

Parágrafo único - O acréscimo percebido em razão da substituição interina terá sua média duodecimal computada para cálculo da remuneração de férias, Gratificação de Férias, 13º salário e indenizações.

ADICIONAIS DE PERICULOSIDADE E REGIONAL – CABIMENTO

(Cláusula 29 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 28 - .A Companhia efetuará, nos termos das Normas 30-02 e 30-03 respectivamente, o pagamento do Adicional de Periculosidade e do Adicional Regional de Confinamento ao pessoal designado para executar trabalhos em instalações offshore (embarcado) ou no campo (confinado), desde o primeiro dia de trabalho nessas condições, independente do número de dias embarcados ou confinados,

Parágrafo único - O referido pagamento não será devido nos casos de visitas ou estadas eventuais naquelas instalações e locais, com duração inferior a 24 (vinte e quatro) horas.

ADICIONAL REGIONAL - TRANSFERÊNCIA

4º CONFUP

(Cláusula 30 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 29 - A Companhia manterá o pagamento de indenização do Adicional Regional no caso de transferência ou designação do empregado, para servir em localidades onde a concessão da vantagem não esteja prevista em Norma e desde que já o venha percebendo, por mais de 12 (doze) meses consecutivos.

Parágrafo único - A indenização prevista nesta cláusula não será devida quando a movimentação ocorrer por iniciativa do empregado.

CAPÍTULO III - DOS BENEFÍCIOS

AUXÍLIO CRECHE

(Cláusula 32 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 30 - A Companhia concederá o Auxílio-Creche/Acompanhante, nas seguintes condições:

a) Clientela:

- empregadas com filho ou com a guarda/tutela de menor, em decorrência de sentença judicial até 36 meses de idade da criança;

- empregados solteiros viúvos, separados judicialmente ou divorciados, com a guarda/tutela de filho ou menor, em decorrência de sentença judicial, até 36 meses de idade da criança.

b) Critério de reembolso:

- Reembolso integral das despesas comprovadas na utilização de creche enquanto a criança tiver até 8 (oito) meses de idade;

- Reembolso das despesas, de acordo com a tabela de valores médios regionais, elaborada pela Companhia, enquanto a criança tiver 8 (oito) a 18 (dezoito) meses de idade;

- Reembolso das despesas, até o valor da tabela-limite do Auxílio-Creche ou Auxílio-Acompanhante, elaborada pela Companhia enquanto a criança tiver entre 19 (dezenove) e 36 (trinta e seis) meses de idade.

Parágrafo único - Será facultada aos sindicatos a participação na elaboração e atualizações da tabela de valores médios regionais e da tabela-limite a que se refere esta Cláusula.

ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR

(Cláusula 33 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 31 - A Companhia manterá o Programa de Assistência Pré-Escolar, nos termos da legislação vigente, resguardando o direito de os empregados, aposentados e pensionistas optarem entre o mesmo e os benefícios do Auxílio- Creche/Acompanhante

ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA (AMS) CUSTEIO

(Cláusula 35 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 32 - A Companhia dotará para o exercício de 1998/9 valores para o custeio dos programas de Assistência Médica Supletiva (AMS), inclusive odontologia e de Assistência ao Excepcional (PAE), de modo a garantir a atual qualidade dos serviços prestados

Parágrafo 1º. - A Companhia desenvolverá esforços para o credenciamento de profissionais de saúde de todas as especialidades médicas e odontológicas existentes nas localidades em que residam seus empregados.

Parágrafo 2º - Fica garantido o direito ao sistema de livre escolha.

Parágrafo 3º - A Companhia manterá a FUP e os Sindicatos informados acerca da evolução dos aperfeiçoamentos dos procedimentos técnicos e administrativos do Programa da AMS.

Parágrafo 4º - Será criada uma comissão paritária para discutir os critérios de classificação das atividades como de grande ou pequeno risco, e acompanhamento do custeio do programa de AMS, assim como normas e procedimentos da AMS.

4º CONFUP

Parágrafo 5º - A Companhia reembolsará integralmente as despesas médicas efetuadas pelo plano de livre escolha quando não houver profissional credenciado na especialidade envolvida.

AMS - BENEFICIÁRIOS

(Cláusula 36 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 33 - A Companhia concederá a AMS para os empregados e demais beneficiários constantes da tabela a seguir:

BENEFICIÁRIOS DA ASSISTÊNCIA MULTIDISCIPLINAR DE SAÚDE

A - Empregado

Desde que esteja recebendo remuneração da Companhia

B — Beneficiário Vinculado ao Empregado

1 - CÔNJUGE - Na vigência do casamento.

2 - EX-CONJUGE - Mediante determinação judicial.

3 - COMPANHEIRA - Inscrita no INSS nesta condição, ou com 2 (dois) anos de convivência comprovada, ou na existência de filhos do casal.

4 - COMPANHEIRO - Com 2 (dois) anos de convivência comprovada ou na existência de filhos do casal.

5 - FILHO/FILHA/ENTEADO - (Desde que solteiro), até 21 anos;

MENOR SOB GUARDA acima de 21 até 24 se universitário e de qualquer idade, se inválido; OU TUTELA, E DEPENDENTE SOB CURATELA;

6 - PAI - Maior de 65 anos ou inválido, sem economia própria ou com renda mensal inferior a 2 (dois) salários mínimos.

7 - MÃE - Solteira, viúva ou separada judicialmente, sem economia própria ou com renda mensal inferior a 2 (dois) salários mínimos ou quando estiver convivendo com o marido e o mesmo seja dependente do empregado na Companhia.

8 - PADRASTO - Desde que comprovado o casamento, maior de 65 anos ou inválido, sem economia própria ou com renda mensal inferior a 2 (dois) salários mínimos.

9 - MADRASTA - Desde que comprovado o casamento, e o marido seja dependente do empregado ou seja viúva, sem economia própria ou com renda mensal inferior a 2 (dois) salários mínimos.

C - Aposentado, desde que preencha todos os requisitos abaixo:

a) Não tenha sido dispensado por justa causa ou por conveniência da Companhia, exceto:

- Empregados dispensados por conveniência da Companhia entre 14/11/75 e 24/03/83, desde que a dispensa não tenha sido motivada por ato que desabonasse sua conduta, devidamente comprovado. Ex-empregados dispensados em data anterior a 14/11/75 (criação da AMS) por conveniência da Companhia, sem ato desabonador, que não tenham adquirido qualquer outro vínculo empregatício e que tenham entrado em Auxílio-Doença, imediatamente após a dispensa, tendo o referido benefício sido transformado pelo INSS em aposentadoria por invalidez.

b) Não haja descontinuidade maior que 180 dias entre a data do seu desligamento da Companhia e a do início da aposentadoria, exceto:

- Os ex-empregados amparados pela Lei da Anistia que utilizaram o benefício de aposentadoria.

- Os ex-empregados que tenham estado em Auxílio Doença concedido pelo INSS e tiveram esse benefício transformado em Aposentadoria por Invalidez, para os quais o prazo de 180 dias será o período compreendido entre a data do desligamento da Companhia e o início do Auxílio-Doença.

4º CONFUP

c) Requeira sua aposentadoria e receba seus proventos através da PETROS, nos termos do convênio PETROBRÁS/FNSS.

Desde que preencham os requisitos a,b,c, incluem-se entre os aposentados com direito à AMS:

- o não mantenedor beneficiário da PETROS;
- o que se aposenta após o acordo rescisório, mesmo o celebrado na justiça;
- o pré-existente à criação da PETROS.
-

D - Dependentes do Aposentado: São aqueles reconhecidos como dependentes do empregado, citados no item B.

E - Pensionistas e Dependentes de Empregado Falecido: Desde que recebam os proventos (pensão do INSS ou suplementação de pensão da PETROS) através da PETROS. Os dependentes dos empregados falecidos são aqueles reconhecidos como dependentes do empregado, citados no item B.

AMS - CUSTEIO DO PEQUENO RISCO

(Cláusula 37 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 34 - A participação dos empregados, aposentados e pensionistas no custeio dos procedimentos classificados como de Pequeno Risco no Programa da AMS será efetuada conforme a tabela a seguir:

Classe de Renda	Percentual de Participação
Até 1,3 MSB	7,00
Até 2,4 MSB	14,00
Até 4,8 MSB	22,00
Até 9,6 MSB	35,00
Até 19,2 MSB	42,00
Acima de 19,2 MSB	50,00

PSICOTERAPIA

(Cláusula 38 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 35 - A participação dos empregados aposentados e pensionistas no custeio das despesas com Psicoterapia será de 50% (metade) dos gastos nos três primeiros anos, e de 100% (integral) a partir do quarto ano, inclusive.

AMS - CUSTEIO DO GRANDE RISCO

(Cláusula 39 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 36 -. A participação dos empregados, aposentados e pensionistas no custeio dos procedimentos classificados como de Grande Risco no Programa da AMS será efetuada mediante uma contribuição mensal , para a constituição de um Fundo, a qual observará a seguinte tabela:

Parágrafo .1º - Todos os empregados, aposentados e pensionistas serão considerados beneficiários titulares, devendo contribuir individualmente para o fundo aqui referido.

Parágrafo 2º - A condição de beneficiário titular exclui a condição de beneficiário vinculado sempre que o cônjuge, companheiro ou filho mantiver vínculo empregatício com a Companhia, ou aposentar-se em condição de pleitear o benefício da AMS.

Parágrafo 3º - A Companhia reembolsará os gastos com procedimentos hospitalares, classificados como de Grande Risco, realizados pelo sistema de “Livre Escolha”, pelos valores da tabela de credenciamento da AMS da Companhia.

4º CONFUP

Parágrafo 4º - A Companhia, a FUP e os Sindicatos, na vigência do presente Acordo, promoverão o acompanhamento trimestral da evolução dos gastos com os procedimentos relativos ao Grande Risco da AMS, assim entendidas as internações hospitalares de beneficiários, na forma estabelecida nos critérios normativos do Programa AMS.

Parágrafo 5º - Em abril de 1999 a Companhia revisará os valores a serem pagos por empregados, aposentados e pensionistas, caso a contribuição mensal destes importe em superior a 30% do custeio mensal do Grande Risco no Programa da AMS

Parágrafo 6º - A Companhia assumirá os custos com traslado e estadia do beneficiário e seu acompanhante, quando a localidade em que residir não oferecer o atendimento técnico necessário.

AMS - ACOMPANHANTE

(Cláusula 40 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 37 - A diária de 1 (um) acompanhante terá cobertura financeira de acordo com os critérios normativos do Programa da AMS, nos seguintes casos de internação:

- a) empregados, aposentados e pensionistas que sejam beneficiários da MAS com idade superior a 55 anos;
- b) beneficiários menores com até 15 anos de idade (inclusive);
- e) beneficiários com idade superior a 55 anos;
- d) doentes terminais.

AMS - COBERTURA ODONTOLÓGICA

(Cláusulas 41, 42 { 1º } e 43 { 2º } do ACT 97/98)

CLÁUSULA 38 - A participação dos empregados, aposentados e pensionistas no custeio do tratamento odontológico será a mesma aplicada para os procedimentos de Pequeno Risco, conforme descrita na Cláusula 33 do presente Acordo.

Parágrafo primeiro - A participação dos mesmos beneficiários no custeio dos serviços de Ortodontia será de 50% (cinquenta por cento), independentemente de faixa salarial.

Parágrafo segundo - As coberturas de que trata esta Cláusula são concedidas independentemente de carência.

AMS - TABELAS DE PROCEDIMENTOS

(Cláusula 46 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 39 - A Companhia manterá gestões junto às sociedades médicas e odontológicas, excetuando-se as de finalidade comercial no sentido de analisar a composição das tabelas de procedimentos, bem como desenvolverá esforços para o credenciamento de profissionais para o atendimento dos empregados pela AMS, com ênfase naquelas localidades onde as carências de atendimento sejam mais acentuadas.

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESPECIAL - PAE

(Cláusula 47 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 40 - A participação dos empregados, aposentados e pensionistas, no custeio do Programa de Assistência ao Especial - PAE, será efetuada conforme a tabela a seguir:

Classe de Renda	Percentual de Participação
Até 1,3 MSB	2,00
Até 2,4 MSB	3,50
Até 4,8 MSB	6,50

4º CONFUP

Até 9,6 MSB	11,00
Até 19,2 MSB	17,00
Acima de 19,2 MSB	19,00

PAE - PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO

(Cláusula 48 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 41 - A Companhia realizará, na vigência do presente instrumento, programa destinado à orientação dos empregados quanto ao PAE. Para a realização do Programa de Orientação, os Sindicatos darão o seu apoio à participação.

SOROPOSITI VOS

(Cláusula 49 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 42 - A Companhia assegura aos beneficiários da AMS, portadores do vírus HIV, a mesma assistência proporcionada aos portadores de outras doenças.

Parágrafo único - Fica ainda assegurado, para todos os empregados beneficiários da AMS, o atual sistema de concessão e custeio de medicamentos.

PETROS

REPRESENTAÇÃO DOS MANTENEDORES BENEFICIÁRIOS (Cláusula 50 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 43 - A Companhia assegura a representação paritária (metade dos membros) dos Mantenedores-Beneficiários no Conselho de Curadores da Fundação PETROBRÁS de Seguridade Social - PETROS e do Conselho Fiscal. Esses representantes serão obrigatoriamente Mantenedores-Beneficiários em gozo de seus direitos estatutários e com mais de 5 (cinco) anos de vinculação trabalhista à Companhia e deverão ser eleitos pelos Mantenedores-Beneficiários em votação secreta fiscalizada pela Companhia e pelos Sindicatos.

Parágrafo Único - O Conselho de Curadores indicará os membros da Diretoria Executiva da Fundação.

LIMITE DE IDADE

(Cláusula Nova)

CLÁUSULA 44 - Companhia favorecerá a PETROS com o aporte financeiro necessário à suplementação dos benefícios previdenciários dos inscritos na Fundação entre 4 de janeiro de 1978 e 27 de novembro de 1979, e tomará todas as medidas administrativas necessárias a garantir a extinção de quaisquer exigências de um limite mínimo de idade para o gozo de benefícios.

Parágrafo único - Enquanto for mantida a inexistência de limite mínimo idade para suplementação de benefícios previdenciários pela PETROS, a inscrição dos empregados da Companhia no Plano de Benefícios da Fundação será automática.

CAPÍTULO IV - DA SEGURANÇA NO EMPREGO

ESTABILIDADE NO EMPREGO

(Cláusula 51 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 45 - A Companhia assegura estabilidade no emprego a todos os seus empregados, durante a vigência deste Acordo Coletivo.

4º CONFUP

EXCEDENTE DE PESSOAL (Cláusula 52 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 46 — A Companhia assegura, nos casos em que haja excedente de pessoal decorrente de reestruturações e redução de atividades, buscar realocar o pessoal em outros órgãos da Companhia, na região, preferencialmente, ou fora dela, promovendo retreinamento quando necessário.

Parágrafo único - A Companhia manterá os incentivos previstos em norma para facilitar a mobilização dos empregados de uma região para outra.

ESTABILIDADE — GESTANTE

(Cláusula 53 do ACT 9798)

CLÁUSULA 47 - A Companhia garante emprego e salário à empregada gestante, até 5 (cinco) meses após o parto, nos termos do estabelecido na letra b, inciso 11, do artigo 10 das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

ESTABILIDADE - DOENÇA PROFISSIONAL

(Cláusula 55 do ACT 9798)

CLÁUSULA 48 - A Companhia assegura as mesmas garantias de emprego e salário concedidas aos acidentados no trabalho, ao empregado portador de doença profissional contraída no exercício do atual emprego, desde . que comprovada por profissional da área de saúde, ou pelo órgão competente da Previdência Social.

CAPÍTULO V - PLANEJAMENTO, RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

EFETIVO OPERACIONAL (Cláusula Nova)

CLÁUSULA 49 - A Companhia se compromete a manter os efetivos operacionais, conforme restarem definidos em conjunto com os Sindicatos e o Ministério Público do Trabalho.

Parágrafo 1º - Essa definição será efetuada por comissões tripartites regionais, compostas por representantes da Companhia, dos Sindicatos, e da Procuradoria Geral do Trabalho, instituídas no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da assinatura deste Acordo.

Parágrafo 2º - Em observância ao que dispõe o artigo 37, inciso II, da Constituição da República, o preenchimento dos cargos vagos eventualmente definidos neste processos se dará por Concurso Público, observada a prioridade dos empregados que possam ser remanejados, e dos já classificados em concursos anteriores ainda válidos.

CARGOS DE ASSESSORIA

(Cláusula 56 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 50 - Os contratos para provimento de funções de Direção e Chefia Assessoramento, de funções não integrantes do plano de Cargos e os Técnicos Estrangeiros não se vincularão ao quadro permanente da Companhia, devendo o contrato extinguir-se ao final do mandato, da missão, do prazo estipulado, ou do mandato do Dirigente a que esteja vinculada a assessoria.

CARGO PÚBLICO - ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

(Cláusula 57 do ACT 9798)

CLÁUSULA 51 - A Companhia assegura que o afastamento do emprego, em virtude de encargos públicos não constituirá motivo para alteração ou rescisão do contrato de trabalho do empregado.

4º CONFUP

Parágrafo único - Quando do retorno do empregado, do referido afastamento, o mesmo será lotado no órgão de origem.

HOMOLOGAÇÃO - SINDICATOS

(Cláusula 58 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 52 - A Companhia garante que as homologações das rescisões dos contratos de trabalho dos empregados, quando exigido por Lei, deverão ser realizadas nos Sindicatos representativos da categoria profissional, desde que no local exista representação da entidade de classe, e desde que não haja manifestação contrária e expressa do empregado neste sentido.

Parágrafo 1º - Nos casos em que o empregado optar não homologar a rescisão de seu contrato de trabalho no Sindicato respectivo, a Companhia encaminhará cópia da rescisão contratual àquela Entidade, no prazo de uma semana.

Parágrafo 2º - São imprescindíveis à homologação da rescisão contratual, além dos discriminados na Instrução Normativa MTPS/SNT N° 2, de 1992:

a - cópia autenticada do exame médico demissional de que trata a NR-7 do MTb, assim como do respectivo Atestado de Saúde Ocupacional;

b - entrega ao trabalhador de cópia autenticada do perfil profissiográfico das atividades desenvolvidas, conforme prevista na Lei 9032/95, artigo 58, § 4º, c/c Lei 9528/97, e item 6.5 da INSS/OS 600, do MPAS);

e - cópia autenticada do Mapa de Risco Ambiental das áreas em que trabalhou o empregado, como previsto na NR-9 do MTb, acompanhado da discriminação dos agentes agressivos presentes nas mesmas;

d - entrega ao empregado dos formulários DSS 8030 (antigo SB.40), devidamente preenchidos, e acompanhados do necessário laudo técnico.

MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

(Cláusula 59 do ACT 97/98)

CLAUSULA 53 - A Companhia informará, mensalmente, à FUP e a cada Sindicato a movimentação de pessoal ocorrida em sua base territorial.

TRABALHADORES DO SISTEMA

(Cláusula Nova)

CLÁUSULA 54 - A Companhia compromete-se a absorver, a partir de 01/09/98, todos os trabalhadores dos quadros efetivos das empresas do Sistema Petrobrás admitidos legalmente, que estão prestando serviços através de cessão/requisição a Petrobrás.

PROCESSO SELETIVO

(Cláusula 60 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 55 - Nos casos de abertura de processo seletivo a Companhia assegura ampla divulgação, respeitada sua área de abrangência.

Parágrafo 1º - As fases de recrutamento e seleção dos processos seletivos serão realizadas conjuntamente de forma interna e externa.

Parágrafo 2º - A Companhia fornecerá aos empregados todas as informações sobre as condições e andamento de processos seletivos, visando garantir a sua absoluta transparência.

Parágrafo 3º - A Companhia garante a divulgação da lista de aprovados, em ordem de classificação, no final dos processos seletivos públicos.

ADMISSÕES

4º CONFUP

(Cláusula 61 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 56 - A Companhia assegura que restringirá as admissões ao atendimento das demandas operacionais e administrativas, ou, ainda, em função de possíveis desligamentos, não promovendo rotatividade de pessoal.

INTERINIDADE

(Cláusula Nova, antiga Cláusula 58 do ACT 93/94, 55 do ACT 90/91, etc)

CLÁUSULA 57 - A Companhia garante que, nos casos de interinidade exercida por 180 (cento e oitenta) dias, vencido este prazo, promoverá o preenchimento em caráter efetivo.

CAPITULO VI- DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

CINCO FALTAS

(Cláusula 63 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 58 - A Companhia, a FUP e os Sindicatos acordam que será permitido faltas até 5 (cinco) vezes ao ano, NÃO acarretando essas faltas descontos nos salários do empregados que delas se utilizarem.

PROCESSAMENTO DE DADOS

(Cláusula 64 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 59 - A Companhia garante que o tempo efetivo de entrada de dados não excederá a limite de 5 (cinco) horas, sendo, que no período de tempo restante da jornada, o empregado poderá exercer outras atividades inerentes ao seu cargo.

Parágrafo único - A Companhia garante, nas atividades de entrada de dados, intervalo de 10 (dez) minutos de repouso, para cada 50 (cinquenta) minutos trabalhados, não deduzidos da jornada normal de trabalho.

TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO

(Cláusula 65 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 60 — Em atendimento ao inciso XIV do artigo 7º da Constituição Federal a jornada máxima permitida em regime de turno ininterrupto de revezamento é de (seis) horas. Constituem, no entanto, exceções a esta jornada as flexibilizações pactuadas:

I - Turnos Ininterruptos de Revezamento de 8 (oito) horas: cinco grupos de turnos, com jornada de 8 horas diárias, garantido o pagamento dos adicionais de trabalho noturno, hora de repouso e alimentação, e periculosidade;

II - Turnos Ininterruptos de Revezamento de 12 (doze) horas: cinco grupos de turnos, com jornada de 12 horas diárias e relação de 1 (um) dia embarcado/confinado para 1,5 dias de repouso remunerado, garantido o pagamento dos adicionais regional de confinamento, de trabalho noturno, hora de repouso e alimentação, e periculosidade;

Parágrafo único - Ficam mantidas as demais vantagens instituídas pela Lei 5.811/72.

CONFINAMENTO EM CAMPOS DE PRODUÇÃO

(Cláusula Nova)

CLÁUSULA 61 - A Companhia, manterá para os empregados que trabalham nos campos de produção e plataformas marítimas, os regimes de trabalho de turno ininterrupto de revezamento ou de sobreaviso.

Parágrafo único - A Companhia se compromete a considerar como dia efetivamente trabalhado os dias de embarque, em que o empregado deixa seu domicílio para atender à periodicidade laboral em local de confinamento indicado pela empresa, e de desembarque, quando do retorno.

4º CONFUP

EQUIPE SÍSMICA - RELAÇÃO TRABALHO/FOLGA

(Cláusula 66 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 62 - A Companhia concederá aos empregados efetivamente engajados em trabalho de equipes sísmicas terrestres, a relação trabalho/folga de 1 x 1, jornada de 10 horas e a carga semanal de 35 horas.

HORÁRIO FLEXÍVEL

(Cláusula 67 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 63 — A Companhia continuará praticando o sistema de horário flexível, para o regime administrativo, de acordo com as características operacionais de cada órgão, conforme praticado em 1º de setembro de 1997.

HORÁRIO ADMINISTRATIVO (HA) - JORNADA

(Cláusula 69 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 64 - A Companhia garante a carga de 36 (trinta e seis) horas semanais para os empregados sujeitos ao horário administrativo.

LICENÇA ADOÇÃO

(Cláusula 68 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 65 - A Companhia concederá licença adoção pelo período de 30 dias aos empregados que adotarem menores na forma estabelecida na legislação específica para adoção e nas instruções emitidas pela Companhia a respeito deste assunto.

EXAME PRÉ-NATAL

(Cláusula 70 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 66 - A Companhia concederá às suas empregadas as dispensas necessárias, para que se submetam ao exame pré-natal, a critério de seu órgão de saúde.

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

(Cláusula Nova)

Cláusula 67 - A fim de agilizar a fiscalização e prevenir a eventual responsabilização da Companhia, a Petrobrás fornecerá aos Sindicatos cópia dos contratos firmados com empresas contratadas para prestação/execução de serviços em suas unidades, assim como, do Contrato Social destas.

CAPÍTULO VII

DA SEGURANÇA DO TRABALHO, DO MEIO AMBIENTE E DA SAÚDE OCUPACIONAL

EXAME MÉDICO - GRATUIDADE

(Cláusula 71 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 68 - A Companhia isentará os empregados de qualquer participação nas despesas relativas à realização de exames médicos por ela solicitados, relacionados com o trabalho ou explicitados em normas.

HIGIENE DO FARDAMENTO

(Cláusula Nova)

4º CONFUP

CLÁUSULA 69— A Companhia assumirá, a partir de 1 de setembro de 1998, e em todas as suas unidades operacionais, a responsabilidade pela lavagem do fardamento de seus empregados, sem quaisquer ônus para estes.

POLÍTICA DE SAÚDE SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE PARA OS EMPREGADOS DE EMPREITEIRAS

(Cláusula Nova)

CLAUSULA 70 - A Companhia exigirá das empreiteiras a realização dos exames de saúde admissionais/demissionais e periódicos, acompanhando e fiscalizando, inclusive a elaboração e a execução dos Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e os Programas de Prevenção aos Riscos Ambientais (PPRA), bem como demais programas específicos de treinamento prévio em saúde, segurança e meio ambiente para os empregados das mesmas.

Parágrafo único — A Companhia assegura ainda que tais procedimentos deverão constar em cláusulas específicas dos contratos pactuados entre ela e as empresas contratadas.

ESTABILIDADE DO ACIDENTADO

(Cláusula Nova)

CLAUSULA 71 - A Companhia assegura ao empregado que sofreu acidente de trabalho, ou portador de doença profissional, pelo prazo mínimo de vinte e quatro meses, a manutenção de seu contrato de trabalho, independentemente da percepção de auxílio-doença, a partir: da alta de benefício previdenciário decorrente do acidente com afastamento; do dia do acidente se não resultar em afastamento; ou da constatação da moléstia.

READAPTAÇÃO - ACIDENTADO/DOENÇA OCUPACIONAL

(Cláusula 72 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 72 – A Companhia manterá a atual política de readaptação para o empregado reabilitado pela Instituição Previdenciária, em cargo compatível com a redução de sua capacidade laborativa, ocorrida em razão de acidente ou doença, segundo parecer médico do órgão oficial.

Parágrafo único – Será garantida a percepção da remuneração total paga à época do acidente ou constatação da doença ocupacional, ao empregado reabilitado, ficando mantida a mesma remuneração global resultante de salários, benefícios e vantagens percebidos anteriormente, independentemente da causa.

PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO – NUTRICIONISTA

(Cláusula 74 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 73 – A Companhia obriga-se a supervisionar o programa de alimentação, com o apoio de profissionais da área de nutrição da Companhia.

CIPA

(Cláusula 75 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 74 – As eleições da CIPA serão convocadas e coordenadas pelos sindicatos e pela Companhia, comunicadas a todos os trabalhadores, efetivos e terceirizados, com antecedência de 90 (noventa) dias, observando-se os seguintes procedimentos:

- a) Todos os participantes da CIPA, representantes dos empregados, serão eleitos por escrutínio direto e secreto. O número base para a definição dos participantes da CIPA é de um titular e um suplente para cada grupo de 50 (cinquenta) trabalhadores, incluindo-se os terceirizados, com estabilidade para todos os membros titulares e suplentes;
- b) A CIPA terá acesso a todas as informações e dados estatísticos referentes à saúde, segurança do trabalho e meio ambiente;

4º CONFUP

- c) Todos os membros da CIPA serão liberados pela Companhia, diariamente, por um período mínimo de uma hora, para inspeção regular nos locais de trabalho, bem como para participar de reuniões da Comissão e exercício das demais atividades exigidas pelo cargo, sem prejuízo da remuneração;
- d) É permitido a reeleição dos membros da CIPA;
- e) É vedada a transferência dos componentes de seus locais de trabalho, sem a expressa anuência do mesmo, homologada pelo Sindicato;
- f) A CIPA terá acesso a todos os locais de trabalho, sendo vedada à Companhia, impedir, limitar ou inibir suas ações;
- g) Os componentes da CIPA têm direito a estar presentes e a acompanhar todas as diligências na análise dos acidentes ocorridos nas respectivas áreas de atuação, devendo a empresa informá-los previamente sobre tais atividades;
- h) A Companhia garantirá a formação de uma CIPA para cada plataforma marítima.

Parágrafo 1º - Fica assegurado que tão logo a nova redação da NR-5, correspondendo ao resultado das negociações ocorridas no âmbito da CTPP/MTb, for publicada, será aberto processo negocial coletivo entre FUP, Sindicatos e Petrobrás, visando a imediata adequação das condições existentes à nova determinação legal.

Parágrafo 2º - Para fins do presente acordo entendem-se como trabalhadores “terceirizados” os empregados de empresas interpostas (“contratadas ou “empreiteiras”) que prestam serviços de caráter permanente nas instalações ou unidades da Companhia.

CIPA - PARTICIPAÇÃO DO SINDICATO

(Cláusula 73 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 75 - A Companhia assegura a presença, às reuniões da CIPA, de um representante sindical indicado pelo respectivo órgão de classe, fornecendo-se ao Sindicato cópia das atas.

CIPA - AMPLIAÇÃO INDUSTRIAL

(Cláusula Nova)

CLÁUSULA 76 - A Companhia garantirá a participação dos Sindicatos, CIPA's, na discussão sobre os projetos de ampliação, criação e manutenção de suas instalações industriais, visando detectar os impactos sobre o meio ambiente, sobre a saúde dos trabalhadores e da população vizinha, e definindo os respectivos mecanismos de controle.

COMUNICACÕES OBRIGATÓRIAS

(Cláusula 76 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 77 - A Companhia assegura o encaminhamento, aos respectivos sindicatos, da seguinte documentação:

- a) Cópia da Comunicação do Acidente de Trabalho (C.A.T.), no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de sua emissão, de empregado acidentado, afastado por doença profissional, ou em agravamento desta;
- b) Cópia dos relatórios das CIPA's a respeito de quaisquer assuntos relacionados à saúde, segurança e meio ambiente;
- c) Cópia de todos os Relatórios de Ocorrência Anormal, e Relatórios de Acidente com Lesão, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, e de todo outro relatório da Companhia que possa permitir ao Sindicato o acompanhamento das condições de saúde, segurança e meio ambiente.

CIPA - CURSOS E PALESTRAS

(Cláusula 77 do ACT 97/98)

4º CONFUP

CLÁUSULA 78 - A Companhia se compromete a manter, em articulação com as CIPA's e os Sindicatos, a realização de cursos, palestras e seminários com a participação conjunta de representantes da Companhia e dos Sindicatos sobre os agentes com características tóxicas de suas matérias-primas e produtos, bem como os demais riscos presentes nos locais de trabalho e os meios necessários à preservação ou limitação de seus efeitos nocivos.

ÓRGÃOS OPERACIONAIS - ENFERMEIROS

(Cláusula 88 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 79 - A Companhia manterá, em seus órgãos operacionais, no mínimo 2 (dois) empregados de nível médio da área de enfermagem por grupo de turno.

UNIDADE AÉREA DE SAÚDE

(Cláusula 80, § único, do ACT 97/98)

CLÁUSULA 80 - A Companhia se compromete a implantar, e manter onde já existirem, unidades aéreas de terapia intensiva, para todas as áreas de confinamento.

Parágrafo único - A Companhia continuará mantendo o material necessário à prestação de primeiros socorros, incluindo pessoal treinado para esse fim.

CONDIÇÕES GERAIS DE SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE

(Cláusula 78 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 81 - A Companhia manterá seus esforços de permanente melhoria das condições de segurança e saúde ocupacional, consoante o que estabelecem as suas políticas e diretrizes para estas funções.

Parágrafo 1º - A Companhia realizará programas de treinamento com vistas a promover a capacitação dos empregados e assegurar sua participação nos programas de segurança e saúde ocupacional;

Parágrafo 2º - A Companhia assegura o direito dos Sindicatos e da FUP às informações sobre os riscos presentes nos seus locais de trabalho, assim como às medidas adotadas para prevenir e limitar estes riscos;

Parágrafo 3º - A Companhia garante aos Sindicatos, e às CIPA's, a exibição em local visível e de acesso as fichas técnicas de todos os produtos químicos existentes no meio ambiente de trabalho.

DOENÇAS TROPICAIS

(Cláusula 90 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 82 - A Companhia considerará como doenças profissionais, para todos os efeitos, as moléstias designadas como "doenças tropicais" (tais como malária, hepatite e leishmaniose), adquiridas durante jornada de trabalho em regiões de reconhecida incidência, informando aos Sindicatos o número de casos de doenças infecto-contagiosas (transmissíveis/tropicais) de notificação compulsória aos órgãos públicos de saúde.

JATEAMENTO DE AREIA

(Cláusula Nova)

CLÁUSULA 83 - A Companhia assegura estender a todas as suas unidades e órgãos operacionais, independentemente dos Estados onde estejam instalados, os procedimentos por ela adotados no Estado do Rio de Janeiro, conforme determinado pela respectiva Lei Estadual 1.979/92, que trata da substituição do jateamento de areia.

COMISSÃO - MÉDICO, ENGENHEIRO DO TRABALHO E MINISTÉRIO PÚBLICO

(Cláusula 79 do ACT 97/98)

4º CONFUP

CLÁUSULA 84 - A Companhia assegurará o acesso aos locais de trabalho de uma comissão formada por 1 (um) Médico do Trabalho e 1 (um) Engenheiro de Segurança do Trabalho de cada parte, por esta indicados, para, na qualidade de representantes do Sindicato, do Ministério Público do Trabalho, e da Companhia, verificarem as condições de saúde, segurança e meio ambiente.

ACESSO AO LOCAL DO ACIDENTE

(Cláusula Nova)

CLÁUSULA 85 - A Companhia garantirá o acesso imediato de representante dos sindicatos na área onde ocorrer acidente, assim como assegurará o acompanhamento, por esses representantes, dos inquéritos e/ou investigações decorrentes.

FISCALIZAÇÃO/REPRESENTANTE

(Cláusula 81 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 86 - A Companhia permitirá que representantes sindicais acompanhem a fiscalização, pelos órgãos competentes, dos preceitos legais e regulamentares sobre saúde, segurança e meio ambiente.

EXAME MÉDICO - RESULTADOS

(Cláusula 82 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 87 - A Companhia assegura que cada empregado será informado e orientado, por escrito, pelo seu órgão de Saúde Ocupacional, sobre o resultado da avaliação de seu estado de saúde, e dos exames complementares a que foi submetido.

Parágrafo 1º - Sempre que solicitado por Médico do Trabalho do Sindicato, o órgão de Saúde Ocupacional da Companhia fornecerá, mediante autorização do empregado, os resultados dos exames e informações sobre a saúde, relacionados com suas atividades ocupacionais;

Parágrafo 2º - Será implantada a Caderneta de Saúde do Trabalhador, que deverá conter os resultados dos exames médicos e de complemento de diagnóstico, além dos fatores de risco a que o trabalhador esteja exposto.

EXAME MÉDICO E ODONTOLÓGICO - NA APOSENTADORIA

(Cláusula 83 do ACT 97/98, aperfeiçoada)

CLÁUSULA 88 - A Companhia realizará exames médicos e odontológicos em todo empregado por ocasião da aposentadoria.

Parágrafo 1º - A Companhia manterá o direito ao exame médico periódico anual para os aposentados;

Parágrafo 2º - As despesas com tratamento, caso indicado, e desde que configurada doença profissional adquirida na Companhia, ocorrerão por conta da mesma;

EQUIPE DE COMBATE A INCÊNDIO

(Cláusula 84 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 89 - A Companhia comporá, a primeira equipe de combate a incêndios de suas Organizações de Controle de Emergência, exclusivamente com pessoal da área de Segurança Industrial.

Parágrafo único - A Companhia comporá ainda, as equipes de brigadistas exclusivamente com pessoal próprio, com número de elementos suficiente para operar todos os equipamentos necessários ao combate.

MONITORAMENTO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

(Cláusula 85 do ACT 97/98)

4º CONFUP

CLÁUSULA 90 - A Companhia compromete-se a manter o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, e o Programa de Prevenção à Exposição Ocupacional ao Benzeno — PPEOB, realizando monitoramento ambiental e biológico, sempre com acompanhamento dos Sindicatos e das CIPA's.

POLÍTICA DE SAÚDE DA COMPANHIA

(Cláusula 86 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 91 - A Companhia compromete-se a adotar uma nova Política de Saúde, priorizando as ações preventivas e aperfeiçoando as ações corretivas de saúde na assistência aos empregados.

POLÍTICA DE SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE

(Cláusula 87 do ACT 97/98, aperfeiçoada)

CLÁUSULA 92 — A Companhia garantirá aos seus empregados o direito fundamental de prestar serviços compatíveis com a preservação da saúde, segurança e meio ambiente

Parágrafo 1º - Não será permitido submeter o empregado a qualquer sanção disciplinar, quando este se recusar a trabalhar em situações que estejam em discordância com as normas públicas, ou convencionais, de saúde e segurança.

Parágrafo 2º - A Companhia garantirá que os técnicos de segurança não enfrentarão nenhum empecilho, obstrução ou punição, no exercício de seu poder de embargo de atividades, procedimentos ou instalações que estejam em discordância com as normas de saúde, segurança e meio ambiente.

CAPÍTULO VIII - DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS IMPLANTAÇÃO

(Cláusula 91 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 93 A implantação de novas tecnologias de trabalho terá como objetivo o aumento da eficiência, da qualidade dos trabalhos, da competitividade, da saúde e da segurança dos empregados.

Parágrafo único - A implantação de novas tecnologias que tragam alterações substanciais, será precedida de uma apresentação à FUP e aos Sindicatos dos objetivos, avanços e ganhos sociais que tais melhorias acarretarão.

RELOCAÇÃO DE PESSOAL

(Cláusula 92 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 94 - A Companhia assegura que no seu esforço de modernização e dentro de sua política e busca de inovações tecnológicas, promoverá, quando necessário a relocação dos empregados envolvidos, garantindo ainda treinamento nas novas funções, respeitadas as respectivas condições específicas, tabelas salariais, e regimes de trabalho dessas novas funções.

Parágrafo único - Para tal a Companhia manterá programas de treinamento que atendam as novas necessidades determinadas.

TREINAMENTO

(Cláusula 93 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 95 - A Companhia assegura, a todos os empregados, que na implantação de novas tecnologias, quando necessário, serão mantidos programas de treinamento voltados para os novos métodos e para o exercício das novas funções.

CAPÍTULO IX - DAS RELAÇÕES SINDICAIS

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO ACORDO

4º CONFUP

(Cláusula 94 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 96 - A Companhia, a FUP e os Sindicatos promoverão a instalação e funcionamento de Comissão Mista para acompanhamento e interpretação das cláusulas do presente instrumento em reuniões a cada 2 (dois) meses.

Parágrafo único - Essa Comissão, além de acompanhar as condições estabelecidas no presente Acordo, terá a incumbência de discutir outras questões de interesse dos empregados.

REUNIÕES REGIONAIS

(Cláusula 95 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 97 - A Companhia se compromete a realizar reuniões periódicas entre as Gerências dos Órgãos e os respectivos Sindicatos, em datas previamente negociadas, com o objetivo de tratar de questões locais, de interesse comum.

LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES/AMS

(Cláusula 96 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 98 - A Companhia se compromete a estender os benefícios da Assistência Multidisciplinar de Saúde aos dirigentes sindicais liberados sem remuneração, para cumprimento de mandato sindical, nos termos do disposto no § 2º, do artigo 543 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e nos limites da Lei.

Parágrafo único - A parcela relativa à participação no custeio da AMS dos dirigentes sindicais citados no *caput* e beneficiários a eles vinculados, será ressarcida mensalmente pelos Sindicatos a que estiverem filiados, mediante dedução nos seus respectivos créditos junto à Companhia.

LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES

(Cláusula 97 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 99 - A Companhia assegura a liberação de 1 (um) dirigente sindical, para cada sindicato, sem prejuízo da remuneração (interrupção da prestação de serviços).

Parágrafo único- Caberá ao sindicato a indicação do dirigente a ser liberado.

LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES POR TRABALHADORES NA BASE

(Cláusula 98 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 100 - A Companhia assegura ainda aos sindicatos a liberação de mais 1 (um), mais 2 (dois), ou mais 3 (três) dirigentes sindicais (interrupção da prestação de serviços), quando a Entidade respectiva vincularem-se bases territoriais com mais de oitocentos, mais de um mil e seiscentos, ou mais de dois mil e quatrocentos empregados ativos, respectivamente, com base na lotação da Companhia em 1º/9/98.

Parágrafo único — A Companhia se compromete com a liberação, nos mesmos moldes do *caput*, de um dirigente sindical em cada subsede, em pelo menos dois dias por semana, sem prejuízo da remuneração.

LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES / ENCARGOS

(Cláusula 99 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 101 - A Companhia assumirá os encargos previdenciários (INSS, PETROS e FGTS) dos dirigentes sindicais liberados sem remuneração.

Parágrafo 1º - O dirigente liberado na forma do *caput* terá garantida, quando de seu retorno, toda a progressão funcional do período do referido afastamento.

Parágrafo 2º - O dirigente liberado na forma do *caput* será mantido na folha de pagamento, repassado o custo correspondente para os sindicatos em desconto nas mensalidades sindicais.

4º CONFUP

LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES / FEDERAÇÃO

(Cláusula 100 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 102 - A Companhia assegura a liberação para a Federação Única dos Petroleiros de 13 (treze) dirigentes, sem prejuízo da remuneração (interrupção da prestação de serviços).

CAPÍTULO X - DAS OUTRAS DISPOSIÇÕES

REINTEGRAÇÃO DOS DEDITIDOS – GREVES

(Cláusula Nova)

CLÁUSULA 103 - A Companhia reintegrará no emprego, e cancelará todas as punições de todos os empregados do Sistema Petrobrás, dispensados, com contrato suspenso para apuração de falta grave ou punidos, a partir de junho de 1990 até a presente data, retificando-se os apontamentos funcionais.

MOTORISTAS: RESSARCIMENTO DE DANOS

(Cláusula 101 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 104 - A Companhia garante que seus motoristas profissionais ou condutores autorizados não serão obrigados a ressarcir os danos causados em qualquer tipo de viatura que dirigirem, ficando, apenas, sujeitos, como todos os empregados às Normas de Relações no Trabalho.

DEMITIDOS DE 1983

(Cláusula Nova)

CLÁUSULA 105 - A Companhia regularizará a situação dos empregados dispensados por participação nos movimentos reivindicatórios de 1983, perante a PETROS, respondendo a Fundação pelas contribuições (da patrocinadora e dos mantenedores) relativas ao período do afastamento.

CAPÍTULO XI: DA VIGÊNCIA

PRORROGAÇÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO DO ACORDO COLETIVO

(Cláusula 102 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 106 - O procedimento de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial do presente, ficará subordinado às normas estabelecidas pelo artigo 615 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Parágrafo único A Companhia efetuará o depósito deste Acordo no Ministério do Trabalho, de conformidade com os prazos estabelecidos no artigo 614 da CLT.

VIGÊNCIA

(Cláusula 104 do ACT 97/98)

CLÁUSULA 107 - O presente instrumento, e as Normas Internas da Companhia nele referenciadas, vigorarão a partir de 1º de setembro de 1998 até 31 de agosto de 1999.

4º CONFUP

DELIBERAÇÕES DOS ENCONTROS:

JURÍDICO

APOSENTADOS

SAÚDE, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

A plenária deliberou que os relatórios dos encontros JURÍDICO, APOSENTADOS, SAÚDE, TECNOLOGIA e MEIO AMBIENTE; Serão encaminhados FUP como indicativo. Porém em respeitando o Estatuto da entidade no seu Artigo 25, Parágrafo VII, no encontro de aposentados foi eleito para compor a Secretaria de Aposentados, Petros e Previdência o companheiro Almir Botelho Bonfim (Bahia), ficando como suplente o companheiro José Eray da Silva (RS)

Vejam abaixo os relatórios

Relatório do Seminário Jurídico Nacional

A 07.08.98, no Sindipetro/Cubatão, foi realizado o Seminário Jurídico Nacional da Categoria Petroleira, o qual contou com a presença de assessores jurídicos, advogados, e estagiários de direito, das seguintes entidades:

- 1 - FUP (Drs. Sid Riedel, Normando Rodrigues e Dayse Alves);
- 2 – Sindipetro/RN (Dr. Manoel Batista);
- 3 - Sindipetro Ceará (Dra. Sâmia Leitão);
- 4 - Sindipetro SE/AL (Drs. Maria Conceição Bezerra e José Eduardo);
- 5 - SUP/BA (Dr. Ney Viana)
- 6 - Sindipetro/RJ (Dr. Mario Sérgio Pinheiro);
- 7 - Sindipetro São Paulo, São José, Mauá e Campinas (Dr. J. A. Cremasco);
- 8 - Sindipetro Cubatão (Doutores Arnaldo Valente, Cláudia Brandão, Luciana Ribeiro, Sanha Diniz, Rita Soares e Priscila Martins);
- 9 - Sindipetro Paraná (Dr. Roberto Ribeiro);

Foram debatidos pelo coletivo jurídico os temas abaixo listados, a respeito dos quais foram delineadas as seguintes recomendações;

1 - Comissões de Arbitragem;

Nenhum assessor jurídico, ou mesmo sindicalista, presente ao evento, manifestou posição contrária à idéia da instituição de Comissões Mistas de Mediação e Arbitragem, mediante a pactuação de um Acordo Coletivo de Trabalho com a Petrobrás, conforme proposta apresentada no 3º CONFUP. Ao contrário, foram vários os pronunciamentos a favor da proposta, qualificando-a como de grande importância no futuro cenário de relações de trabalho.

Todavia, foi também unânime a constatação da carência de conhecimento das direções sindicais, e mesmo da militância de base, sobre o tema, pelo que recomenda-se:

- Estabelecimento de um cronograma de debates, seminários ou palestras, a respeito do tema, no maior número de bases possível, ficando a critério da FUP a forma e o momento de realização dos eventos.

2 - Cláusulas Coletivas de Segurança no Emprego

4º CONFUP

Ressalvada a posição contrária do companheiro Manoel Batista (RN), as assessorias presentes apontaram como mais interessante para inclusão na pauta de reivindicações, as cláusulas de segurança no emprego constantes da Pré-Pauta de Reivindicações, em detrimento da cláusula de 1993/94, tanto por razões de cunho técnico-jurídico como por motivos conjunturais.

3. Anistia das Multas do TST

O entendimento da assessoria jurídica é de que o veto presidencial ao § 1º, do artigo 1º da Lei de Anistia, não inviabilizará a liberação das parcelas retidas pela Petrobrás e entidades do sistema financeiro.

Definiram-se estratégias a serem seguidas pelas assessorias jurídicas, visando a mais rápida liberação das verbas e regularização das mensalidades sindicais.

As direções sindicais deverão já realizar, ainda no mês de agosto, assembleias gerais aumentando o percentual de desconto da mensalidade sindical, deixando apenas para comunicar a deliberação à Petrobrás no momento que tal orientação for recebida da FUP.

4. Reintegração dos demitidos de 1994/95

Dados os informes, e mantida a estratégia anteriormente definida, de retardar-se ao máximo a apreciação do mérito das ações pelo TST, no aguardo do desenvolvimento de uma possível solução política para a situação.

Os demais temas da pauta, decorrentes de reunião de assessorias realizada em 08.05.98, no Rio de Janeiro, foram excluídos da pauta, e remetidos para um mais profundo e estruturado seminário jurídico nacional, cuja realização se requer para até a primeira quinzena de setembro. São os seguintes os pontos:

- a) Dano e Responsabilidade Civil no contrato de trabalho;
- b) Horas Extras do Turno de 1988, novas Horas Extras do Turno (período sem acordos), e todas as decorrências;
- c) Horas Extras de Passagem de Serviço de Turno;
- d) Abonos de Aposentados;
- e) Limite de Idade;
- f) Reflexos salariais do ATS e Auxílio Almoço;
- g) Aposentadoria Especial;
- h) IRRF sobre incentivos ao afastamento;
- i) Empreiteiras;
- j) Medidas da Petrobrás pela retirada de processos;
- k) Análise e perspectivas do Sistema de Relações de Trabalho após as medidas anunciadas pelo Governo FHC.

Relatório do Encontro de Aposentados

Aprovado:

1. Encontro Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Setor Petróleo, Petroquímico, Químico, Plásticos e afins, para discutir a CUT e os aposentados na relação com o Estado.
2. Que o Encontro de Aposentados, que acontece na véspera do Congresso, seja feito 3 meses anteriores ao Congresso Nacional da categoria., para que as propostas tiradas nos encontros sejam melhor discutidas nos Congressos Regionais.

4º CONFUP

3. Orientar os aposentados em participar das atividades dos trabalhadores da ativa.
4. Construir uma melhor atuação na luta dos aposentados na relação com o Estado e na relação com a Petrobrás. Para isso, deverá ser constituído a seguinte:
 - a) Formar um Conselho Nacional de aposentados composto de 5 regionais, SP/MG, PR/SC/RS, RJ/ES, BA/SE/AL/PE, PA/AM/CE/RN, composto de 3 representantes em cada região, que se reunirão de 6 em 6 meses, com os representantes dos aposentados na FUP, para melhor traçar a atuação dos aposentados na categoria;
 - b) Que os representantes dos aposentados na FUP, eleitos no encontro dos aposentados tenha assento na mesa de negociação;
 - c) Na reunião do Conselho Nacional de aposentados será convidado 01 representante (Nacional) das associações de aposentados para fazer a interface entre os sindicatos e associações de aposentados;
 - d) O representante dos aposentados participará de todas as reuniões da FUP, garantindo-se o traslado.

Representantes dos aposentados na FUP

Almir (BA) 27

Herair (RS) 22

Prioridades a serem encaminhadas pela Secretaria de Saúde, Tecnologia e Meio Ambiente da FUP

1. Reativar o Coletivo Nacional de S/T/MA com dois diretores da Secretaria de S/T/MA, mais um companheiro por sindicato, no mínimo A primeira reunião deve ser realizada após as eleições, mantendo uma periodicidade quadrimestral, informando o calendário à CNQ.
2. Dar continuidade aos Seminários Regionais de Formação, juntamente com a Fundacentro nas regiões ainda não contempladas. Realizar os seminários previstos em convênio com ICEM/DIESAT para o próximo período. Realização de um Seminário Nacional.
3. Retomar o boletim Primeira Mão de Saúde, com periodicidade quadrimestral.
4. Garantir assessorias técnicas para a FIJP para desempenhar assessoria neste Coletivo e nas atividades da coordenação desta Secretaria.

Ações sindicais prioritárias

- 1) Mapa de risco - elaboração, divulgação dos resultados e continuação dos cursos de formação;
- 2) Acordo Benzeno (Seminário Internacional, publicação de material informativo/educativo, curso para os GTBs);
- 3) Sistematização das Comunicações de Acidentes de Trabalho - CATs - formação de banco de dados;
- 4) Campanha para redução da jornada de trabalho sem redução de salário;
- 5) Campanha em defesa da consolidação da quinta turma em busca da sexta turma;
- 6) Campanha da FUP/CNQ para garantir aposentadoria especial aos trabalhadores de turno ininterrupto de revezamento junto ao Congresso/Minist. Previdência;
- 7) Eleição de todos os membros das CIPAs;
- 8) Campanha contra o retorno ao trabalho com restrição, quando do afastamento médico;
- 9) Implementar Caderneta de Saúde do setor petróleo para que o trabalhador possa exercer acompanhamento e controle sobre o seu estado de saúde.

4º CONFUP

Outras ações

- 1) Priorizar a saúde do trabalhador e intensificar a luta pela cidadania e pela expressão política nos locais de produção.
- 2) Acompanhamento do trabalho das CIPAs (mapeamento de riscos, análise de acidentes, etc), por parte das diretorias dos sindicatos, participando efetivamente das reuniões das CIPAs, cobrando o envio das respectivas atas de reuniões ao sindicato, sendo cópias das mesmas repassadas ao Coletivo S/T/ MA - Sec. da FUP. Realizar atividades de formação para cipistas. Garantir que o Secretario da CIPA seja indicado pelos trabalhadores;
- 3) Exigir das empresas ações específicas para diminuir a exposição ao ruído (fiscalizar Programa de Prevenção a Riscos Ambientais - PPRA), inclusive obtendo o mapeamento do ruído das plantas e acompanhar a implementação do Programa de Controle Auditivo;
- 4) Exigir o Programa de Controle Médico - PCMSO das empresas, incluindo uma análise das audiometrias para identificar os setores de maior exposição ao ruído (fiscalizar PCMSO);
- 5) Exigir das empresas fichas técnicas dos produtos químicos e os riscos à saúde;
- 6) Exigir que as condições de trabalho dos companheiros terceirizados sejam as mesmas dos trabalhadores das empresas contratantes;
- 7) Exigir das empresas do setor petróleo o cancelamento dos serviços geradores de silicose;
- 8) Exigir da direção das empresas do setor petróleo que as avaliações médicas não sofram interferências dos gerentes e cobrar atuação dos Conselhos Regionais de Medicina CRM/Conselho Federal de Medicina-CFM e Secretaria Estadual de Saúde -SES.
- 9) Exigir que sejam incluídas nos protocolos de avaliação dos exames médicos questões relacionadas à saúde mental.
- 10) Criar comissões empresa/CIPA/sindicato para discutir efetivo mínimo nas unidades.
- 11) Acompanhar a delimitação de área para definição de periculosidade, e efetuar ações visando a regulamentação da penosidade sem prejuízo das ações de eliminação do risco ao agravo à saúde (discutir % adicional).
- 12) Realizar um estudo e campanha a nível nacional sobre as condições de saúde de todos os petroleiros e sua qualidade de vida.
- 13) FUP e Sindicatos devem continuar participando das comissões sobre as alterações da NR-13, Acordo Benzeno e Convenção 174-OIT.
- 14) Os sindicatos devem orientar/realizar fóruns unificados dos cipistas, promovendo a realização 1e encontros regionais dos cipistas (suL/sudeste/norte/nordeste) discutindo no Coletivo a realização do encontro nacional das Cipas do setor petróleo, e a importância da reivindicação em eleger todos Os membros da CIPA.
- 15) Ocupar os espaços de controle social das ações do Estado (saúde/meio ambiente/educação/etc).
- 16) Convênio entre FUP e órgãos ambientais para mapear área ambientais de situação das empresas do setor petróleo.
- 17) Procurar junto às Secretarias de Saúde, Universidades, Fundações e outras organizações
- 18) Desenvolvimentos de protocolos para monitoramento de saúde com participação da FUP/Sindicatos.
- 19) Realizar na base, incluindo trabalhadores de empreiteiras, levantamento minucioso das doenças mais frequentes, relacionado com os riscos químicos, físicos e biológicos existentes o local de por trabalho. Com estes dados, que as assessorias especifiquem quais os exames médicos que devem constar no exame periódicos e a periodicidade doa mesmos, obrigando ainda as empresas do setor a realizar este exames. Garantir acesso dos sindicatos a esses exames.
- 20) Exigir das direções das empresas do setor petróleo a garantia de não virada de turno.
- 21) A FUP deve ter um cadastro dos petroleiros que participam de Conselhos de controle social em todos os níveis.

4º CONFUP

- 22) Divulgação das revisões das Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho - das NRs, especialmente NR-5, propondo alteração através da CUT o quadro 1 da NR -5, visando maior representação dos trabalhadores.
- 23) Manter as negociações das cláusulas de saúde, tecnologia e meio ambiente em separado, conforme resolução do II CONFUP, formulando e discutindo ainda uma proposta concreta para negociar com a direção das empresas do setor petróleo a questão da educação ambiental.
- 24) Divulgar a cartilha sobre LER da CUT, promovendo debates. Socialização de todo o material produzido pelos sindicatos par a FUP.
- 25) Intervir na CIPA para que as S1PATs sejam efetivamente um fórum de discussão da saúde do trabalhador.
- 26) Implementar os aspectos de saúde do trabalhador previstos na Lei Orgânica. da Saúde do trabalhador.
- 27) Exigir que a implantação de novas tecnologias, reestruturação e remanejamento de pessoal sejam acompanhadas de estudos ergonômicos, realizados por instituições públicas de ensino e pesquisa com experiências comprovadas no assunto; acompanhamento e acordo com os sindicatos em todas as fases.
- 28) Gestionar junto às empresas do setor petróleo o levantamento do nível de mercúrio em todas as unidades operacionais destas empresas, incluindo campos de produção terra e mar, publicando e divulgando os resultados.
- 29) Cobrar da direção das empresas do setor petróleo o poder de embargo para os profissionais da área de segurança, que hoje são tratados como meros assessores.
- 30) Orientar os trabalhadores para o preenchimento do DSS 8030- antigo SB 40- (orientação esta estudada junto com às assessorias jurídicas e de saúde), que seja entregue com cópia protocolada e enviada aos sindicatos, pala acompanhamento. Padronizar preenchimento a partir das condições de trabalho do ambiente e não por indivíduo (incluindo trabalhadores contratados indiretamente).
- 31) A FUP deve divulgar para todos os sindicatos, a relação de doenças que são reconhecidas como acidente de trabalho pelo INSS.
- 32) PPRA e Programa de Prevenção à Exposição Ocupacional ao Benzeno — PPEOB: incorporação dos trabalhadores terceirizados nos GTBs das empresas do setor petróleo, substituindo a dinâmica destas empresas que é de permitir que a contratada “faça” seu PPRA/PPEOB a partir das diretrizes destas empresas.
- 33) Implantar um sistema de vigilância á saúde do trabalhador do setor petróleo, com registro das CATs, laudos periciais, pareceres relacionados à doenças ocupacionais ou outras doenças que levem a um afastamento de trabalho. Registrar os resultados de exames de saúde dos trabalhadores expostos a determinados riscos, incluindo exame admissional.
- 34) Eleger projetos a nível Nacional ou Regional utilizando como marco uma mesma base de dados, a exemplo do Programa EPI NFO, da Organização Mundial de Saúde- OMS, para agrupamento dos dados e intercâmbios de informações. Como sugestão pode-se iniciar com os seguintes pontos: lesões por esforços repetitivos- LER; benzenismo; empreiteiras.
- 35) Fazer uso de projetos de iniciativa popular nas localidades (Câmaras Municipais) que podem rejeitar projetos e empreendimentos que possam ter impactos negativos ou prejuízos para a sociedade.
- 36) Responsabilizar civil e criminalmente as empresas pelos acidentes e doenças ocupacionais.
- 37) Criar uma campanha nacional sistemática contra a forma de cálculo da Taxa de Acidente com Afastamento-TFCA, para combater a política das empresas que mascaram os acidentes de trabalho.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

DOCUMENTO 1

ABORDAGEM SOBRE A PETROS

Já sabemos que a Previdência Complementar Privada visa preservar a promoção social conquistada pelo trabalhador e representa um avanço nas políticas de recursos humanos das empresas, sob o regime da democracia econômica.

O Fundo de Pensão, fruto da livre iniciativa inerente às sociedades democráticas, é uma entidade de direito privado com caráter e finalidade social. Está organizado sob o regime de capitalização sob os auspícios da Lei 6.435/77.

Como instituição social, responsável ante as demais instituições e ao País, o Fundo de Pensão acha-se indeclinavelmente subordinado à ética e à transparência em todos os seus atos.

Não obstante a força da legislação atual específica, há ainda muito a fazer, principalmente no que se diz a um maior controle pelos participantes.

Nos relatórios das CPI dos Fundos de Pensão, já realizados pelo Congresso, quanto por demais órgãos do Governo Federal, entre as medidas de controle sugeridas entre outras, sempre apontam para o papel dos Conselhos Fiscais, no qual nunca nem deveriam ter participantes do patrocinador.

No nosso Fundo de Pensão, existem três membros em seu Conselho Fiscal, sendo dois nomeados pelo patrocinador, cabendo aos participantes, a indicação de apenas um; e como se vê, diante desta proporção, muitas vezes ficamos em total desvantagem quando da discussão de medidas de interesse do patrocinador.

Mesmo diante dessa desvantagem numérica, por sorte, não tivemos ao longo desse mandato, confrontos que inviabilizassem a nossa participação quando da necessidade de sensibilizá-los do rigor no acompanhamento das contas da Petros.

As contas dos Fundos de Pensão são um misto da contabilidade convencional juntamente com dados atuariais. Neste último é onde a coisa complica e podem ser mascarados os dados da Fundação; basta o atuário utilizar em seus cálculos, tábuas com dados desatualizados e obscuros, sem falar na questão das correntes a que estão presos alguns atuários. Alguns podem até utilizar princípios de eficácia duvidosa como é o caso da inclusão de gerações futuras, outros não.

No caso específico do Plano da Petros, o atuário as utiliza, provavelmente com o intuito de reduzir o custo do plano, resultando disso, valor inferior das reservas a amortizar, que no nosso caso só favorece ao patrocinador, mascarando portanto o verdadeiro valor dessas reservas.

Um fato que nos tem preocupado também, é a redação do art.48 - inciso X, do Regulamento do Plano de Benefícios da Petros, que diz - aporte de recursos, por parte das patrocinadoras, na mesma proporção de suas contribuições, nos anos em que porventura ocorrerem déficits técnicos. A inclusão deste inciso ocorreu quando da criação do FAT - FC em 1984, assegurando ao participante assistido a manutenção da condição “como se na atividade estivesse”, ou seja, garantindo uma renda mensal INSS + PETROS equivalente a 90% da média dos seus 12 últimos salários-de-participação valorizados.

Para nós participantes, a criação do FAT-FC, foi de grande valia, até porque se não fosse e artifício de cálculo, a que tamanho estariam reduzidos nossos benefícios? O problema é que em bojo, vieram também déficits sucessivos para a Petros; e o inciso X do art.48, citado anteriormente, deixa em aberto a possibilidade de ser enviado para nós participantes, parte da conta do déficit.

Estudos anteriores já haviam indicado a adoção de medidas para equacionamento do déficit técnico da Petros. Os quais elevariam as taxas de contribuição dos mantenedores-beneficiários e das patrocinadoras ou alterariam o atual plano de benefícios. Devido às dificuldades de implantação dessas medidas foram feitos novos estudos que apontaram para

4º CONFUP

que a patrocinadora Petrobrás custeasse os benefícios de aposentadoria, pecúlio e pensão dos “pré 1970”, que foi aprovado pelo C.A da Petrobrás em reunião de 09.05.96.

O conceito de Reservas a Amortizar por parcelas pré definidas, passou a ser utilizado nas contas da Petros a partir de janeiro de 1996 - prestações mensais inicialmente de R\$ 27,5 milhões já que este era o valor suportado pelo caixa da Petrobrás. O Balanço anual de 1995 fechado no primeiro trimestre de 1996 veio com um déficit de aproximadamente R\$ 600 milhões e havia risco de intervenção na Petros pela Secretaria de Previdência Complementar -. SPC. Foi feito novo Balanço e nele adotadas novas premissas do atuário, as quais resultaram num pequeno superávit. Acredito que o risco iminente de intervenção, obrigou a Petrobrás a adotar aquelas medidas. Análise histórica da Petros, apontam para erros estruturais do plano como os verdadeiros responsáveis pelos déficits.

Hoje, os números de seu balanço, não conseguem esconder os riscos que ora passamos, mesmo com as medidas ditas saneadoras adotadas a partir de janeiro de 1996. A evolução crescente das Reservas a Amortizar, como também a queda expressiva do número de participantes ativos, nos deixa muitas dúvidas para o nosso futuro. É hora de encontrarmos uma saída para o imbróglio da dívida da Petrobrás conosco. A monta é expressiva - superior a R\$ 5,5 bilhões - atentem para a expressão desse valor, pois sem este aporte, a Petros dificilmente sobreviverá.

As Patrocinadoras, no caso de serem insuficientes os recursos da Petros, assumirão a responsabilidade de encargos adicionais, na proporção de suas contribuições, para cobertura de quaisquer ônus decorrentes das alterações introduzidas em 23/8/84 pelo Conselho de Administração da Petrobrás, nos arts. 30, 41 e 42 deste Regulamento e aprovadas pelo Secretário da Previdência Complementar do MPAS através dos ofícios nº 244/SPC-Gab. de 25/09/84 e nº 250/SPC-Gab. de 05/10/84.

Adonaide Crispim - JUL/98

Membro do Conselho Fiscal da Petros

DOCUMENTO 2

A DÍVIDA DA PETROBRÁS COM A PETROS

Segundo levantamento apresentado pelos nossos Curadores sobre o Fundo de Pensão PETROS, a dívida da Petrobrás para com o mesmo é atualmente em torno de 6 bilhões de dólares. Perguntamos: Qual o motivo dessa dívida e porque? Para respondermos iremos fazer um breve histórico.

Em 1970 quando a Petrobrás criou o Fundo de Pensão - PETROS, desobrigando-se dessa forma de fazer a Complementação de Aposentadoria dos seus Empregados, conforme previa o seu Manual de Pessoal, já existiam em torno de 21.000 trabalhadores na Empresa. A criação do Fundo PETROS foi possibilitada devido o aporte inicial de capital feito pela Empresa. No entanto o Passivo Previdenciário desses 21.000 trabalhadores, apesar de calculado nunca foi saldado pela Patrocinadora. Desses 21.000 trabalhadores, em torno de 19.000 entraram no Fundo PETROS. O restante, pelos mais variados motivos não aderiram ou não estão hoje neste Fundo de Pensão. Os que entraram no Fundo PETROS são conhecidos como “Pré 70”. Dentre os mesmos havia aqueles recém-contratados e até os que já contavam com 16 anos de empresa, remanescentes do CNP - Conselho Nacional de Petróleo.

Em 1974, após várias cobranças do Fundo de Pensão PETROS, a Petrobrás encaminhou o caso ao então Presidente da República, Ernesto Geisel, devido ao tamanho da dívida, para que o mesmo autorizasse um Acordo entre ambos. Após a aprovação do presidente Ernesto Geisel a Petrobrás fez o seguinte acordo: A contribuição da Patrocinadora para o Fundo PETROS passaria de 1/2 para 2/3, ou seja, de para cada valor que o trabalhador pagasse ao Fundo de Pensão a Empresa passaria a pagar o dobro. Esta situação continuaria até que a dívida fosse quitada.

4º CONFUP

Com o passar dos anos a Petrobrás não manteve a proporção de contribuição que havia sido acordada (2 x 1). Em 1990 a Empresa começou um Programa de Incentivo à Aposentadoria (P.D.V.) que ficaria conhecido como “Sopão”. De 1990 à 1996, 15.000 trabalhadores aderiram ao “Sopão”. Em média, esses trabalhadores se aposentaram 5 anos antes do que o Fundo PETROS previa. Isso, segundo cálculos realizados pelos atuários produziu um “Déficit Técnico” de US\$ 850 milhões de dólares. Esse estudo infelizmente vazou para um dos órgãos de imprensa que mais atacam os trabalhadores da Petrobrás: A Rede Globo. Devido a grande repercussão alcançada pelas denúncias que mais uma vez foram distorcidas por esse órgão de imprensa, a Petrobrás apressou-se em negociar com o Fundo Petros a cobertura não só desse déficit como também do outro: A dívida dos PRE - 70 que calculada em número atualizados chegam a cifra de US\$ 5,2 bilhões, perfazendo um total de US\$ 6 bilhões de dólares. Qual foi então o acordo: A partir de 1996 a Petrobrás voltou a paridade de contribuição passando do 2 x 1, que ela já não estava cumprindo, para o 1 x 1. Com isso a Petrobrás se antecipou a Reforma da Previdência, que está sendo votada no Congresso, e caso a mesma seja aprovada com a paridade de contribuição para os Fundos de Pensão das Estatais, essa mudança não atingirá o Fundo PETROS. Em contra-partida a Petrobrás assumiu a aposentadoria dos 19.000 Pré-70. Desta forma desde 1996 até 2021, portanto 25 anos a Petrobrás repassará mensalmente para a PETROS todos os valores pagos a título de aposentadorias e pensões referentes aos Pré-70. No último mês (maio/98) esse valor atingiu a cifra aproximada de US\$ 32 milhões de dólares. No entanto esses valores caem mensalmente devidos aos óbitos que ocorrem, pois os PRÉ-70 já possuem uma idade já avançada, assim como suas esposas(os) e ou companheiras(os) e seus dependentes já se encontram próximos da maioridade (21 anos ou 24 anos se universitários). Desta forma os Atuários calculam que daqui há 19 anos não haverá nenhum PRÉ-70 e dependentes para receberem os benefícios. Conclusão: se o Acordo Petrobrás x Petros for mantido o Fundo continuará saudável, caso contrário ele estará inviabilizado num espaço bem curto de tempo. O patrimônio da Petros hoje é de US\$ 5.1 bilhões de dólares. Esse volume de recursos paga as atuais aposentadorias durante, no máximo, três anos, segundo os atuários. Portanto, a manutenção do Acordo é fundamental para o futuro do Fundo de Pensão Petros. Diante deste fato e da possibilidade, que não pode ser descartada, da reeleição de FHC para presidente da República e a conseqüente privatização do Sistema Petrobrás, a manutenção do Acordo seria impossível pois a(s) Empresa(s) que passarem a ter o controle acionário do Sistema Petrobrás fatalmente não assumirão esse contrato. Restaria então o Governo Federal e o Ministério das Minas e Energia, o que a nosso ver também não acontecerá, devido ao volume da dívida e a falta de compromisso desse Governo para com os trabalhadores. A situação é muito delicada. Diante do exposto, propomos:

1. Uma ampla campanha de divulgação junto aos Ativos e Aposentados sobre a real situação do Fundo Petros, através de boletins, palestras e dos meios de comunicação.
2. Mobilização dos trabalhadores na Campanha Reivindicatória 98/99 colocando o fundo Petros como uma das principais bandeiras dessa campanha.
3. Apresentar na Pauta de Reivindicações do ACT 98/99 a paridade no Fundo de Pensão Petros nos mesmos moldes do Fundo de Pensão do Banco do Brasil – PREVI (Diretores: 3 indicados pela empresa e 3 eleitos pelos trabalhadores; Conselho de Curadores: 3 indicados pela empresa e 4 eleitos pelos trabalhadores; Conselho Fiscal: 1 indicado pela empresa e 3 eleitos pelos trabalhadores).
4. Apresentar na Pauta de Reivindicações a proposta de securitização da dívida (hipotecar) as ações da Petrobrás, no valor da dívida, para o Fundo Petros, que seriam devolvidas à Petrobrás, conforme a mesma fosse pagando a referida dívida de US\$ 6 bilhões).
5. Trabalho conjunto com todas as entidades representativas dos trabalhadores ativos e aposentados que são mantenedores do Fundo Petros para mobilização dos mesmos em torno dessas propostas visando solucionar principalmente o problema dessa dívida. Apesar das dificuldades existentes para mobilizarmos os trabalhadores devido aos problemas que enfrentamos, é necessário conscientizá-los, pois esta Campanha se desenvolverá num momento que poderá nos ser extremamente favorável. Com as Eleições Gerais e principalmente com a possibilidade concreta de haver 2º Turno na Eleição presidencial, o Governo estará mais fragilizado, haverá um vácuo de poder, principalmente na Petrobrás, justamente no momento em que estará se desenvolvendo a nossa Campanha. Se os trabalhadores entenderem a nossa estratégia e seguirem o chamado das lideranças, teremos uma correlação de forças que nos será favorável. Conseguiremos, desta forma, alcançar

4º CONFUP

nossos objetivos. Portanto o momento é de união e de muito trabalho para alcançarmos a VITÓRIA.

DOCUMENTO 3

A QUESTÃO - DEMAGÓGICA -DOS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS

O Governo FHC faz demagogia com os preços dos combustíveis, senão vejamos:

* Desde que assumiu, este Governo já aumentou os combustíveis básicos em mais de 46% e, agora, divulga-se, com conotações festivas, uma redução ridícula de 2,5 % - para a gasolina.

* Este governo trouxe para o país, dentre outras mazelas, sobre os combustíveis, a crise da Ásia, através do “pacote fiscal” de novembro passado, fazendo com que o seu próprio Ministro interino da Fazenda, Sr. Bolívar Moura Rocha, em discussão com a Folha de S Paulo (coluna Paineis de sábado 25/07/98) sobre este tema, afirmasse “A parcela preservada (explicação nossa: a “parcela” é para liquidação da dívida do Tesouro com a Petrobrás — sobre as contas petróleo-derivados e álcool, prevista na Lei em vigor) é de magnitude superior às projeções feitas por ocasião das medidas de ajuste fiscal adotadas em novembro último, que incluíram reajuste dos preços da gasolina, óleo diesel e gás liquefeito de petróleo” (sic).

* Para que todos saibam, em 01/04/98, portanto quase quatro meses, ocorreu um decréscimo no preço da nafta petroquímica de 9,6%, em face do que determina a Exposição de Motivos 400-MF (de 1 0/1 2/93), ainda em vigor e amparada no Art.7 1 da atual Lei 9478 - do Petróleo - o qual estabelece o amparo aos insumos e garante a competitividade da indústria petroquímica brasileira (é um instrumento de proteção ao setor privado, pela PETROBRÁS, pelo período de transição de 3 anos - diz a Lei). Ainda, nesta mesma data (01/04/98), o preço de refinaria do QAV (querosene de jato) foi reduzido em 4,8%. Desse modo, em abril/98, ocorreu um ajuste na Estrutura de Preços, que refletiu-se num aumento de 0,29% no VMR.

NOTA: VMR é o Valor médio de Realização da Petrobrás, definido pelo DL- 1599/77 e corresponde à receita média de venda dos derivados produzidos pelas refinarias para atender ao mercado interno, sendo o valor necessário e suficiente para cobrir o custo médio de produção dos derivados, incluídas as parcelas de depreciação e remuneração do capital investido no parque de refino.

* O VMR recebido pela Petrobrás (R\$ 22,00/bbl - vinte e dois reais por barril - equivalendo a US\$ 19,28/bbl) no final do primeiro quadrimestre/98, permaneceu abaixo do custo alternativo de importação dos derivados de petróleo (US\$ 22,92/bbl) e abaixo dos preços médios recebidos, no período jan. a dez/97, pelas refinarias dos Estados Unidos (US\$ 26,58/bbl) Europa (US\$ 24,50/bbl , considerando os seguintes países : Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Holanda e Bélgica - estes dois últimos constituem um referencial de preço internacional - o ARA - Amsterdam , Rotterdam, Antwerp - importante no mercado SPOT).

* A diferença entre o que recebe a Petrobrás pelo seu VMR (US\$ 19,28bbl) e o custo alternativo de importação de derivados (US\$ 22,92/bbl), ou seja, US\$ 3,64/bbl, representaria, por dia, tomando a média de consumo de 1,7261 milhão de barris por dia (maio/98), excluído o consumo diário de álcool, unia economia de US\$ 6,283 milhões de dólares/dia ou, US\$ 2,262 bilhões de dólares/ano.

PREÇO NOS POSTOS E REALIDADE

* A gasolina está sendo vendida, hoje, nos postos de Brasília, a R\$ 0,863 o que equivale a R\$ 137,19/bbl, ou US\$ 117,79 (câmbio 1 = 1,1647) o que é muito caro, principalmente se compararmos com os US\$ 19,28/bbl que remunera a Petrobrás.

* A verdade é que quando a Petrobrás vende a Gasolina a R\$ 0,3617/litro, no seu porto em Alemoa (São Paulo), este valor está incorporando a parcela do seu VMR de R\$ 0,1384 (que cobre o petróleo bruto mais o custo do refino), mais a parcela da FUP (FRETE

4º CONFUP

UNIFICAÇÃO) de R\$ 0,1568 e mais uma parcela compensatória (subsídio para outros custos) de R\$ 0,0665, o que dá, exatamente os R\$ 0,3617/litro, conforme consta na fatura de venda a uma Distribuidora, emitida recentemente (em 16/07). Este valor equivale a R\$ 57,50/bbl ou US\$ 49,37/bbl , O QUE ESTA MIJITO DISTANTE DOS US\$ 1 17,79/bbl (138,6 % acima do preço de fatura da Petrobrás em Alemoa) que cada um paga, HOJE, nos postos (pela gasolina comum).

A LEI E A CONJUNTURA DO PETRÓLEO

* A Lei em vigor determina - Art. 20 - que o CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) faça e proponha as políticas do setor. Parece que não há tempo para tal, com a agenda eleitoral prevalecendo. -Desse modo, a ANP e o MF, conforme explica o Ministro interino (FOLHA SP - acima citada) fazem a política da conjuntura, daqui. Não a do setor.

* A conjuntura do setor aponta tempos difíceis, de curto prazo, com o excedente de estoques de produtos entre todos os países industrializados, com refinarias trabalhando à plena utilização de suas capacidades e preços deprimidos, a ponto do analista da AP/DOW JONES afirmar, em 23/07, “se continuarem a processar esta quantidade de refinados estaremos nadando em produtos”. Por outro lado, a Bloomberg News (em 23/07), em análise de conjuntura do setor aponta que a SHELL OIL CO. (subsidiária da RD SHELL), junta-se a outras empresas de petróleo que anunciaram queda dos lucros no segundo trimestre como resultado na queda no preço de 26% do óleo cru, tendo a Shell registrado perda de 34% no lucro do segundo trimestre devido a retração nos preços do óleo, além de queda na receita (vendas brutas) de 29%. As perspectivas do setor são de extremos cuidados, mormente quanto a mercado futuro e volumes de produção, estimando-se que tal cenário não se sustenta num prazo médio.

* Daí, nos assusta, e muito, o Governo FHC estar desenhando políticas para o setor petróleo que se esperam ter alguma solidez, num cenário internacional em tais condições, com extremas pressões especulativas sobre a produção, tanto a montante como a jusante na indústria do óleo.

CONCLUSÃO

Ao que tudo indica, a grande mágica da proposta atual do Gov. FHC é no sentido de refazer a estrutura do VMR, portanto, buscando uma remuneração menor para a PETROBRÁS. Com isso, acreditam, os que detém a parte do Leão no negócio PETRÓLEO - as mega distribuidoras - se sentirão estimuladas a reduzir os seus ganhos, reduzindo os preços nos postos. Já alardearam, redução de 2,5 %! - Bastante compatível com taxas de “tempos de estabilização”.

RESTA SABER, se combinaram o resultado do jogo com as matrizes das HOLDINGS, lá no primeiro mundo, para que elas abram mão de cobrir ou compensar os prejuízos que estão tendo por lá, com os ganhos extras que normalmente realizam por aqui. É terrível , ter que acreditar nisso.

HENIO TRINDADE

27/07/98

4° CONFUP